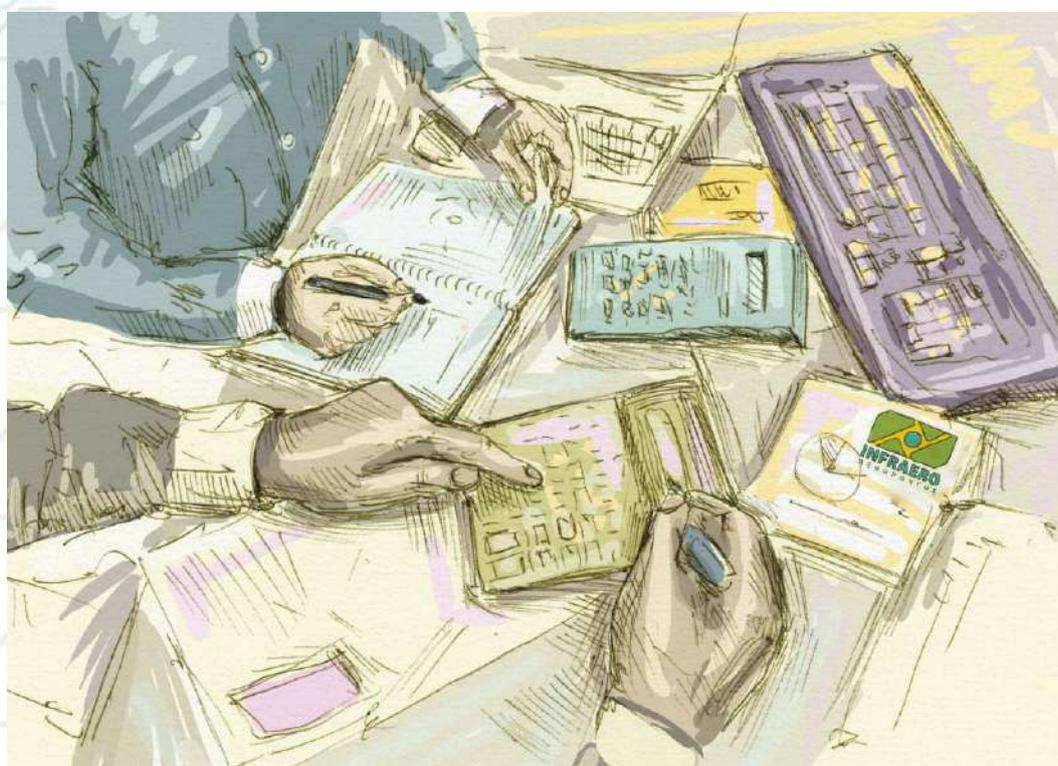


RELATÓRIO ANUAL 2016



Apresentação
Mensagem da Administração 2016
Relatório da Administração 2016
Demonstrações Contábeis 2016
Notas Explicativas
Parecer da Auditoria Interna
Parecer da Auditoria Independente
Parecer do Conselho Fiscal

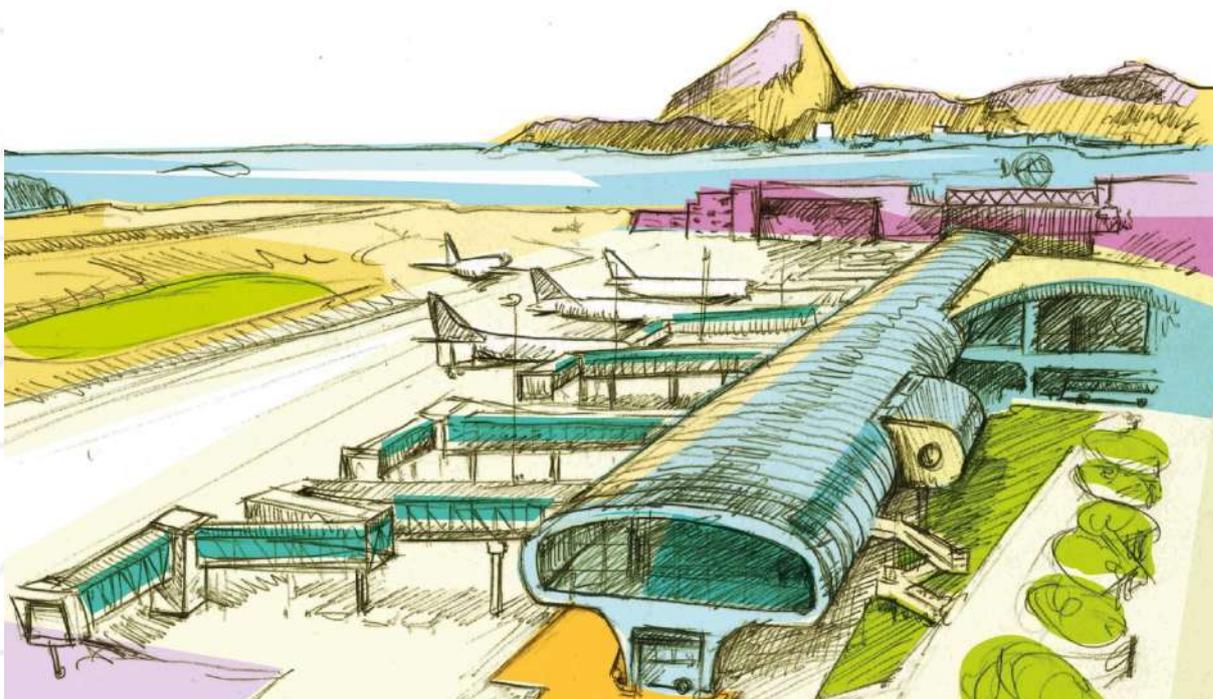


Apresentação

Como uma grande empresa do setor de administração de aeroportos, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero vem desenvolvendo suas atividades ao longo de 44 anos e, em 2016, continuou aprimorando suas práticas empresariais, pautadas pela ética, pela transparência e pela responsabilidade.

Mais do que apresentar os resultados financeiros de 2016, este relatório tem como objetivo mostrar o trabalho da Infraero, ao longo do ano, apresentando as ações e os projetos que foram destaque, avaliando os aspectos mais relevantes para o seu negócio, tanto sob o ponto de vista da Empresa quanto da sociedade, além de mostrar a sua participação no desenvolvimento do país e do setor aéreo, contribuindo com a integração nacional. Um compromisso com o Brasil e com as próximas gerações.

Boa leitura!



Mensagem da Administração 2016

Senhores Acionistas,

A Diretoria Executiva da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e à deliberação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração, que destaca as principais ações desenvolvidas pela Infraero, as demonstrações contábeis e as respectivas notas explicativas referentes às situações patrimonial e financeira da Empresa no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Ao presente relatório se incorpora o parecer da auditoria independente e do Conselho Fiscal.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A INFRAERO E SEUS AEROPORTOS

- Mapa da Rede.....05
- Destaques 2016.....06

A INFRAERO

- Mensagem do Presidente.....07
 - Perfil Corporativo.....09

DESEMPENHO NA GESTÃO DE AEROPORTO.....13

DESEMPENHO NOS NEGÓCIOS.....14

DESENVOLVIMENTO NA INFRAESTRUTURA.....22

DESEMPENHO OPERACIONAL.....29

DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO.....42

DESEMPENHO SOCIAL.....50

DESEMPENHO AMBIENTAL.....54

DESEMPENHO DAS ÁREAS DE SUPORTE.....56

INFORMAÇÕES CORPORATIVAS.....59

A INFRAERO E SEUS AEROPORTOS

MAPA DA REDE INFRAERO



DETAQUES 2016

MISSÃO

Oferecer soluções aeroportuárias inovadoras e sustentáveis aproximando pessoas e negócios

NEGÓCIO

Soluções aeroportuárias

VALORES

- Compromisso com os clientes
- Efetividade e competitividade
- Valorização dos colaboradores
- Inovação, qualidade e segurança
- Ética e responsabilidade socioambiental
- Geração de resultados
- Orgulho de ser Infraero

VISÃO 2016

Ser a referência brasileira em soluções aeroportuárias



Investimentos - **R\$ 1.293,6 milhão**



Movimento de Passageiros - **104.793.776**



Movimento de Aeronaves - **1.584.428**

Pousos - **792.233** Decolagens - **792.195**



Força de Trabalho (dez/2016)

Empregados orgânicos - **10.980**

Terceirizados - **9.784**



Movimentação nos Terminais de Logística de Carga

Importação - **68.676,6** toneladas

Exportação - **35.778,9** toneladas

A INFRAERO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Ao final de cada ano, um relato sucinto das ações executadas durante aquele período deve ser apresentado. Portanto, no cumprimento dessa rotina, informo os principais temas tratados e as ações realizadas na Infraero, em 2016.

No ano passado, o cenário nacional, como todos devem lembrar, era de incertezas, o que abalou fortemente a economia do país. A Infraero, contudo, estava empenhada na busca pela sua sustentabilidade, sendo que quatro de seus aeroportos – Salvador/BA, Porto Alegre/RS, Fortaleza/CE e Florianópolis/SC – foram incluídos na nova rodada de concessões do Governo Federal. Nesse contexto, tínhamos o grande desafio de reestruturar a empresa, buscando independência financeira para arcar com a folha de pagamento, investimentos e manutenção dos aeroportos sob nossa administração.



O foco inicial - e que ainda se mantém como prioridade desta gestão - é o capital humano, maior ativo da empresa, representado por seus quase 11 mil empregados. Manter salários, benefícios e direitos e a atenção em cuidar dos nossos empregados foi e continuará sendo meu foco pessoal enquanto presidente dessa organização.

Fechamos o ano de 2016 de forma exitosa. Conseguimos acelerar o ritmo do Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria (PDITA), cujo resultado ajudou a vislumbrar o tão desejado e necessário equilíbrio em nossas contas, deduzindo drasticamente o resultado negativo quando comparado a 2015, e, inclusive, prospectando no orçamento para o ano de 2017 resultado operacional positivo. Estamos conscientes da necessidade imperiosa de reestruturar a empresa, compatibilizando seu custo e redistribuindo atividades importantes para podermos encarar, com chances de sucesso, o desafio de disputarmos o novo mercado de infraestrutura aeroportuária, serviços e soluções.

Mesmo diante das dificuldades, não paramos de investir em ampliação e reforma dos aeroportos, como os de Vitória/ES, Macapá/AP, Rio Branco/AC e São Luís/MA. Entregamos para uso pleno os aeroportos de Curitiba/PR, Goiânia/GO, Tabatinga/AM, Tefé/AM e Santarém/PA. Também investimos em nosso público interno, priorizando os treinamentos, atualizações e capacitações exigidas pelos acordos internacionais, dos quais o Brasil é signatário.

Em 2016, nossos aeroportos registraram 104,7 milhões de passageiros, e sabemos que esse público pode contar com nossa equipe de profissionais para atendê-lo com eficiência e cortesia. Prova disso foi a última pesquisa publicada pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, em janeiro deste ano, que elencou os terminais de Curitiba/PR, Recife/PE, Santos Dumont/RJ, Porto Alegre/RS e Manaus/AM entre os dez melhores aeroportos do país. Importante registrar que enquanto houve queda geral no volume de passageiros em todo o

Brasil, tivemos recorde histórico nesse quesito no Aeroporto de Congonhas/SP, com 20,8 milhões de embarques e desembarques.

Reconheço as dificuldades, mas com dedicação, profissionalismo e comprometimento que tenho observado nas bases da empresa, estou confiante de que venceremos essa etapa, nos tornando cada vez mais competitivos, eficientes e demandados na direção de tempos melhores.

No cenário nacional, avançamos na consolidação de nossa imagem perante a opinião pública, mostrando o caráter social que envolve os aeroportos da Rede, fator de desenvolvimento econômico, geração de renda e consolidação do turismo. A Infraero está presente em todos os estados, contribuindo como porta de entrada e saída, não apenas de passageiros, mas também como viabilizadora do modal aéreo que leva para o interior tudo o que é necessário ao desenvolvimento do Brasil.

Mudanças trazem incertezas e apreensões, mas representam, principalmente, oportunidades de crescimento e amadurecimento. Estou confiante de que “juntos somos mais” e que vamos superar obstáculos e voltarmos a crescer de forma sustentável.

Antônio Claret de Oliveira

Presidente da Infraero

PERFIL CORPORATIVO

A Rede Infraero

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, empresa pública instituída nos termos da Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, está organizada sob a forma de sociedade anônima, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira e vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Prestando serviços que atendem a padrões internacionais de segurança, conforto e qualidade, a Infraero está entre as três maiores operadoras aeroportuárias do mundo e, desde 1973, contribui para simplificar e enriquecer a experiência dos clientes que utilizam nossos 60 aeroportos, 68 Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTAs) e 24 Terminais de Logística de Carga (Tecas).

Com mais de 104 milhões de passageiros transportados em 2016, os aeroportos da Rede Infraero são considerados verdadeiros centros de negócios e abrigam as mais diversas atividades econômicas, desde o varejo, a alimentação e a mídia aeroportuária, até empreendimentos externos como hotéis, hangares, centros de convenções e estacionamentos de veículos. Também somos sócios – com 49% de participação – dos aeroportos de Brasília/DF, Guarulhos/SP, Viracopos/SP, Confins/MG e Galeão/RJ.

A Rede Infraero contabilizou, em 2016, mais de 1,5 milhão de pousos e decolagens de aeronaves nacionais e estrangeiras e foram processadas cerca de 104 mil toneladas nos Terminais de Logística de Carga.

Plano Estratégico 2017-2021

Em 2016, a Infraero concentrou esforços na atualização do seu Plano Estratégico para o período de 2017 a 2021. Esse processo teve início com a avaliação dos ambientes interno e externo, identificando as principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que devem ser trabalhadas nos próximos cinco anos. A partir desse levantamento foram definidas as competências-chave:

- **Rede de Aeroportos**
- **Marca Valorizada**
- **Competência técnica**
- **Mão de obra qualificada e experiente**

Qualquer empresa pode produzir bons processos e conceber um portfólio de produtos ou serviços, mas só as melhores o fazem a partir da observação dos pontos de vista de seus clientes, pela identificação dos seus requisitos e expectativas. Reunir essas informações foi um dos principais desafios dos nossos executivos em 2016.

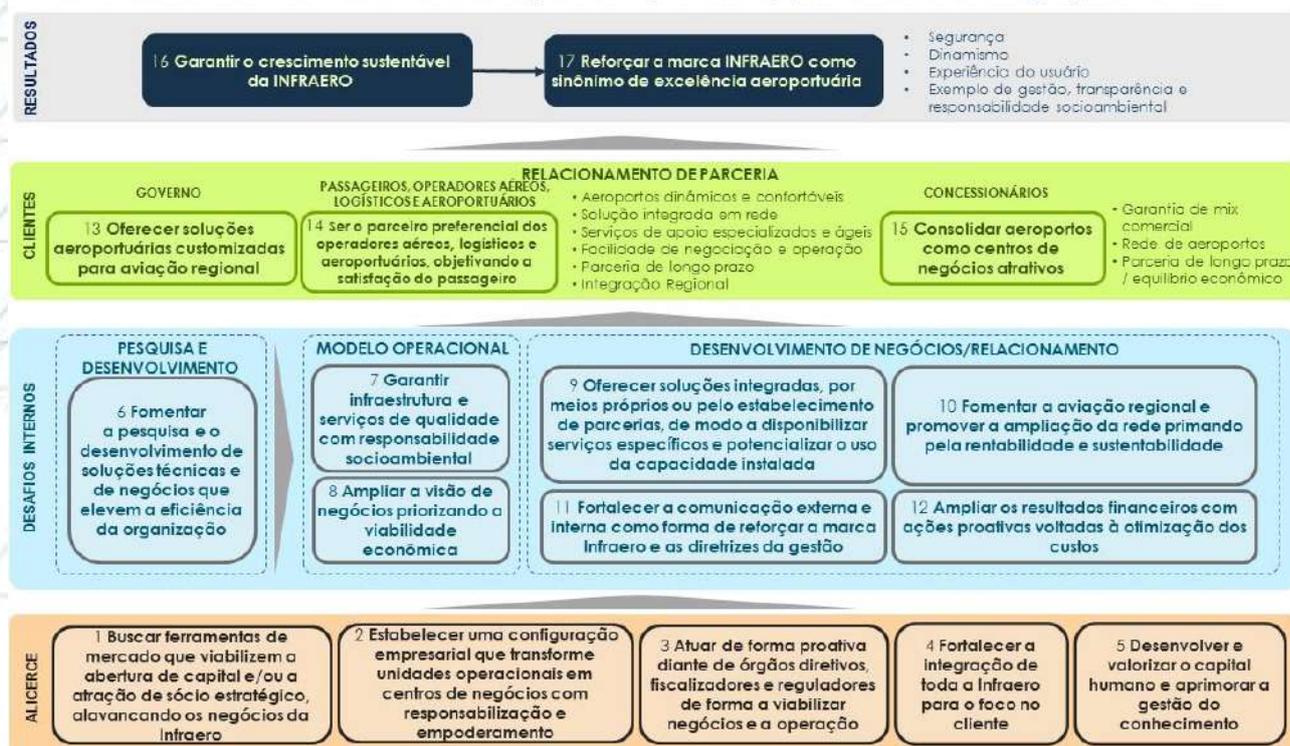
Definida a carteira de clientes (governo, passageiros, operadores aéreos, logísticos e aeroportuários e concessionários) a Infraero utilizou-a como premissa durante o processo de planejamento.

Assim, a atualização do Plano Estratégico da Infraero além de atender às exigências da Lei das Estatais, condiciona o desempenho empresarial à realização das estratégias relacionadas aos clientes.

Tecnicamente, sua concepção ocorreu sob a lógica do *Balanced Scorecard* (BSC). Nele foram estabelecidos quatro níveis de controle (perspectivas) que norteiam as ações estratégicas da Organização para o atendimento ao pleito de clientes, da sociedade e de outras partes interessadas.

Mapa Estratégico 2017-2021

“Ser a referência internacional em soluções aeroportuárias, promovendo a integração nacional”



O Mapa Estratégico é uma forma gráfica reconhecida pelo mercado e que permite o entendimento dessas ações também pelos gestores das médias gerências e dos colaboradores em geral.

Com a implementação destas novas estratégias, a Empresa pretende reafirmar sua missão de oferecer ao mercado soluções aeroportuárias inovadoras e sustentáveis, além de contribuir para a diminuição das distâncias, seja para pessoas ou para negócios. É a maneira pela qual a organização pretende, a cada dia, consolidar sua Visão de Futuro que é, em 2021, ser a referência internacional em soluções aeroportuária e, simultaneamente, promover a integração nacional.

Gestão por processos

Em 2016, a partir da implantação do novo modelo organizacional da Infraero, elaborado com base nos direcionadores estratégicos da Empresa em 2016, a área de Gestão de Processos passou a realizar monitoramento, com a Diretoria Executiva, com vistas à adoção de medidas de contingência para adequação das ações em implantação e/ou implantadas, bem como para administração dos riscos inerentes ao processo de mudança ainda em curso na Empresa.

No segmento Gerenciamento de Processos, foi aprovada a revisão na nova Cadeia de Valor da Infraero, que passa a ter 31 macroprocessos e 105 processos.

No que tange ao monitoramento dos processos redesenhados, foi realizado o acompanhamento dos Planos de Ação e dos Indicadores, além da elaboração do Relatório de Acompanhamento Mensal.

Ainda em 2016, os consultores da área capacitaram profissionais para serem multiplicadores de Gestão de Processos em suas áreas de atuação.

Gestão e Governança

A Infraero é signatária do *Global Compact* desde fevereiro/2004 e tem acompanhado e realizado as ações ligadas ao assunto por meio da parceria com o Instituto Ethos e Pacto Global/ONU.

Além disso, desde 2007 a Infraero integra o grupo de empresas que participam do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, que é uma iniciativa criada por várias instituições, destacando o Instituto Ethos. Entre suas funções, está a de auxiliar na implementação de políticas de promoção da integridade e combate à corrupção e mobilizar empresas e entidades empresariais. Entre os temas tratados pelo Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, destacam-se quatro: compras públicas, financiamento de campanhas eleitorais, desvios de recursos públicos e publicidade governamental.

No exercício de 2016 foi instituído o Programa de Integridade na Infraero, como iniciativa estruturante advinda do “Programa Infraero 2020 - Plano de Implementação de Gestão de Risco e Compliance de Classe Internacional”. O Programa é instrumento de apoio ao gestor, com vistas a alcançar, com mais rapidez e segurança, os objetivos finais da Infraero. A gestão da integridade é componente da boa governança, condição prévia que dá às outras atividades da entidade legitimidade, confiabilidade e eficiência.

O “Programa Infraero 2020 - Plano de Implantação da Gestão de Risco e *Compliance* de Classe Mundial” tem como objetivo instituir a gestão de risco e compliance com suporte profissional à melhoria da governança, garantindo a agregação de valor aos processos da Infraero e a modernização de sua gestão.

Neste contexto, a área de Gestão de Risco e *Compliance* liderou grupo de trabalho formado por representantes da Comissão de Ética, Corregedoria, Jurídica e Recursos Humanos na elaboração do Código de Conduta e Integridade da Empresa que tem por objetivo estabelecer e divulgar de maneira clara e transparente os princípios, os valores e a missão da Empresa, fixar parâmetros de conduta e orientar sobre a prevenção de conflito de interesses e vedação de atos de corrupção e fraude, disseminando as diretrizes que devem orientar o

comportamento de todos os agentes públicos da Infraero, assim considerados os empregados, os membros estatutários e os representantes em órgãos estatutários de empresa de que participe, e os colaboradores da Infraero, bem como os terceiros.

Além do mais, a área de *Compliance* está conduzindo a elaboração da metodologia de *compliance* que visa a verificar o nível de aderência dos processos às políticas, às normas, aos procedimentos, às legislações e ao controle interno.

A área de Gestão de Risco e *Compliance* obteve a aprovação da Política de Conformidade Corporativa que visa a orientar as ações de conformidade (*compliance*) no âmbito da Infraero e suas subsidiárias, por meio de diretrizes, princípios e responsabilidades observados no desempenho das atividades em harmonia com as determinações legais e regulamentares para mitigação de riscos legais. Prevê ainda diretrizes para o estabelecimento de regras de conduta e controles internos de modo a proporcionar segurança à realização dos objetivos relacionados a operação, divulgação e conformidade no âmbito da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, em especial mediante a institucionalização de três linhas de atuação: controles internos de gestão, gestão de *compliance* e auditoria interna.

Gestão de Risco

No âmbito da Gestão de Risco está em andamento o Projeto de Implantação da Metodologia de Gestão de Riscos, cujas principais ações de 2016 merecem destaque para:

- Normativos Internos
- Riscos em Processos Organizacionais
- Riscos em Processos Estratégicos
- Riscos em Projetos Estratégicos
- Comitê de Gestão de Segurança da Informação e Comunicações da Infraero

DESEMPENHO NA GESTÃO DE AEROPORTOS

Um dos destaques na Gestão de Aeroportos, em 2016, foi o avanço nos indicadores Metodologia de Avaliação de Desempenho dos Superintendentes de Aeroportos (MADSA), quando comparados com os resultados de 2015.

A melhoria, fruto da supervisão e do monitoramento das metas dos Centros de Negócios pela área de aeroportos, representou avanço em mais de 50% das pontuações avaliadas no nível verde - Gestão Padrão.

A metodologia MADSA mede quadrimestralmente a eficiência dos gestores no desempenho aeroportuário, incluindo aspectos Operacionais, *Safety*, *Security*, Financeiros e Comerciais, permitindo foco nas ações de redução de despesas, aumento de receitas e eficiência operacional.

Com relação às ações realizadas em 2016, merece destaque o trabalho de acompanhamento das obras e entregas da ampliação do Aeroporto Internacional Afonso Pena – Curitiba/PR e do Novo Terminal do Aeroporto de Goiânia/GO. O trabalho contou com visitas fiscalizatórias, acompanhamento do Plano de Transição Operacional (PTO), análise das novas solicitações contratuais e revisão dos contratos vigentes, visando atender às necessidades dos aeroportos e à adequação do efetivo, promovendo chamamentos com as áreas técnicas e de Recursos Humanos.

No Aeroporto da Pampulha/BH, foram desenvolvidas ações para adequação da infraestrutura, visando atender aos requisitos normativos que permitirão a operação de aeronaves de código 3C (Airbus-318, Boeing 737-700, Embraer-190), incluindo alterações nos equipamentos de pistas e reforma das instalações do terminal de Passageiros, estando pronto para liberação por parte do órgão regulador, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

No que diz respeito à administração dos aeroportos não outorgados à Infraero, e dando sequência às iniciativas de negociação com os Municípios e Estados, a Empresa abriu possibilidades de efetuar contratos para administração de outros aeroportos no Estado de Santa Catarina, a exemplo do Aeroporto de Pinto Correa/SC.

DESEMPENHO NOS NEGÓCIOS

Concessão de Áreas Comerciais – aqui seu negócio decola



O varejo aeroportuário sofreu importantes transformações nas últimas décadas no Brasil. Atividades tradicionais como agências de turismo, com salas espaçosas para atendimento especial de seus clientes, reduziram suas operações nos aeroportos, em virtude da concorrência com portais de reserva pela Internet e pela maior oferta de

outras atividades que também atendem ao público de negócios, habitual usuário desse serviço.

As salas de atendimento VIP (especial) também sofreram reorganização. Anteriormente patrocinadas por grandes cartões de crédito, companhias aéreas e instituições bancárias que as franqueavam a seus clientes, começaram a ser empreendimentos mais autônomos, obtendo receita diretamente de seus usuários.

A expectativa é de que acordos na indústria de locação de veículos e gestão de frotas entre grandes *players* do mercado certamente promoverão racionalização de suas operações, com possível impacto no setor de serviços dos aeroportos. No mesmo sentido, haverá impacto devido ao acordo operacional ocorrido entre as instituições bancárias que decidiram, por questões de segurança e racionalização de custos, aderir a caixas eletrônicos coletivos.

Esse setor de serviços também registra a repercussão da economia compartilhada dos veículos de transporte de aluguel por aplicativo, que abalaram profundamente o segmento dos taxistas, usuais concessionários de grandes extensões de áreas externas e de balcões nos aeroportos por meio de suas cooperativas.

O segmento de livrarias e revistarias está sofrendo reinvenção visível no mercado, em virtude da queda média de seu fluxo em lojas físicas, embora siga firme no segmento de clientes acima dos 45 anos de idade, apostando em técnicas de *e-commerce*, customização das ofertas e aumento do portfólio para produtos *geek* e de papelaria. Nos aeroportos, esse aumento de portfólio é mais sentido na incorporação de artigos de conveniência ao viajante e no oferecimento limitado de produtos de alimentação no estilo pague e leve, consumindo no

caminho. A forte tendência da indústria na redução de custos, uma vez que seus produtos principais (livros e revistas) mantêm seus preços de venda praticamente inalterados, poderá impactar a estratégia de operações em aeroportos.

O segmento de cine/foto/som enfrentou a reinvenção mais extrema que todos os demais. Atividade costumeira em grandes terminais aéreos, viu sua presença regredir em virtude da concorrência digital, seja por *downloads* de músicas e vídeos, seja pela melhoria das câmeras dos *smartphones* ou pela redução do hábito de impressão de fotografias. Sua presença agora apresenta-se na forma de nicho especializado, focada no segmento de tecnologia (*hight tech*).

Nesse cenário, o setor de alimentação ganha destaque nos terminais de passageiros dos aeroportos, não apenas pelo atendimento a uma necessidade básica, mas também por suprir a demanda por variedade e diversidade de opções, que afeta diretamente a experiência do passageiro. A regionalização do segmento de alimentação é algo visível em terminais da Rede Infraero.

Atividades típicas de shoppings, como vestuário e acessórios de esporte, ganham espaço em aeroportos, com a presença das marcas conhecidas e das regionalizadas. O atendimento segmentado, como o infantil, tem se ampliado.

O avanço da tecnologia e o hábito cada vez mais incorporado dos consumidores em utilizá-la está impulsionando o autosserviço. Cada vez mais, as máquinas de autoatendimento tornam-se presentes em ambientes de grandes fluxos de passageiros. Essas máquinas dispõem de bebidas, *snacks*, *food machines*, flores e até equipamentos eletrônicos de conveniência, como fones de ouvidos, carregadores de celular, carregadores USB, entre outros. Essa é uma forte tendência do mercado e deve receber especial atenção no desenvolvimento de novas receitas para o varejo futuro.

Já nas áreas externas, as oportunidades de negócios são bastante diversificadas. Nossos aeroportos estão situados em grandes áreas, com lotes comerciais que permitem a implantação e exploração de hotéis, postos de combustíveis, centros comerciais, supermercados, faculdades, restaurantes, concessionárias de veículos, hangares, estacionamentos. A gestão e o desenvolvimento dessa atividade ficam a cargo da Superintendência de Negócios em Áreas Externas e Serviços Aéreos, dentre as ações desenvolvidas, destacamos:

A celebração, em 2016, do maior contrato comercial da história da Infraero, no valor global de R\$ 346 milhões, cujo objeto prevê a concessão comercial com investimento, por um período de 25 anos, para construção e exploração do estacionamento de veículos no Aeroporto de Curitiba/PR. O investimento do ente privado neste contrato, para construção do Edifício Garagem (EDG) está estimado em R\$ 60 milhões.

Importante também destacar a concessão do estacionamento do Aeroporto de Porto Alegre/RS, o qual resultou em um pagamento de R\$ 10 milhões à vista, na assinatura do contrato. Valor global do contrato de R\$ 193 milhões, contemplando ainda a reforma do Edifício Garagem e a instalação de sistema eletrônico de sinalização de vaga.

Já no estacionamento do Aeroporto Santos Dumont/RJ tivemos, em abril de 2016, a entrega das obras de melhoria. O projeto de reforma contemplou, dentre outras medidas, a criação de 932 vagas para carros e mais 48 vagas para motos, totalizando 980 posições para estacionamento. Além disso, a iniciativa promoveu melhorias que abrangem a otimização de serviços que vão desde consertos estruturais até a promoção na qualidade do atendimento. As principais novidades do empreendimento são a automação das cancelas de entrada e saída, a instalação de totens de autoatendimento para pagamento e a criação de uma sala de administração.

No Aeroporto de Aracaju/SE instauramos a primeira concessão comercial cujo critério de avaliação comercial foi o maior lance para o preço básico inicial (PBI). Concedemos o estacionamento de veículos para a empresa Propark Estacionamento Ltda, a qual se sagrou vencedora do certame com um lance de R\$ 905 mil de PBI, ágio de 20%. A Infraero será remunerada mensalmente por R\$ 50,0 mil ou 40% do faturamento bruto do concessionário (valor que for maior) – além disso, o concessionário terá que realizar a cobertura de, no mínimo, 50% das vagas de estacionamento, corrigir a pavimentação, pintar e sinalizar.

O Aeroporto de Jacarepaguá/RJ, localizado na Barra da Tijuca, possui várias oportunidades de negócios, haja vista sua localização privilegiada. Essa realidade se reflete nas receitas comerciais auferidas pelo Aeroporto, cujo montante em 2016 alcançou os R\$ 40,0 milhões. Destacamos, em 2016, a formalização de novos contratos para exploração comercial de 02 (duas) concessionárias de veículos e 01 (um) complexo esportivo.

A atividade de posto de combustível também tem espaço garantido nos aeroportos da Rede Infraero, com destaque para assinatura de 02 (dois) novos contratos de concessão comercial no Aeroporto de Aracaju/SE. A previsão é de que no segundo semestre de 2017 esses empreendimentos iniciem suas operações - cujos investimentos serão dispendidos integralmente pelos futuros concessionários e estão estimados em R\$ 6 milhões.

Encontra-se em desenvolvimento, no Aeroporto de Congonhas/SP, o projeto Inova Congonhas, o qual prevê a reforma e expansão de 36,2 mil m² do Terminal de Passageiros, construção de 10 novas pontes de embarque e a oferta de novas vagas de estacionamento. Em contrapartida ao investimento que será exigido, o concessionário terá o direito de explorar, por um período de 25 anos, as atividades comerciais de varejo, alimentação, serviços e estacionamento de veículos – além de um lote de 22,5 mil m² situado na área externa do Aeroporto.

Para 2017 temos um portfólio com cerca de 65 projetos em desenvolvimento para concessão comercial de áreas externas – cerca de 2,0 milhões de m² de áreas disponíveis, com lotes de 2 mil a 135 mil m² – contemplando diversas oportunidades de negócios (empreendimentos comerciais, complexos logísticos, estacionamentos, hangares, hotéis, postos de combustíveis, etc).

Logística de Carga - uma grande parceria



A atividade de Logística de Carga da Infraero oferece ao importador e ao exportador de carga aérea facilidades e serviços, que podem ser encontrados nos 24 Terminais de Logística de Carga da Infraero (Tecas), presentes em aeroportos de todas as regiões do Brasil. Nos Tecas, o cliente pode contar com armazenagem segura e processamento rápido e eficiente.

Para manutenção e incremento dessa infraestrutura disponível, diversas ações foram realizadas no exercício de 2016, das quais serão destaque as mais relevantes.

Em fevereiro de 2016, teve início, no Teca de Manaus/AM, a operação do Transelevador Linha Plus, um sistema totalmente automatizado para armazenamento e retirada de carga, com capacidade total de 2,2 mil toneladas. Sua operacionalização possibilitou o incremento de cerca de 35% da capacidade de processamento de cargas do Teca, proporcionando mais agilidade no atendimento.

O módulo TecaPlusNet foi implantado em toda a Rede de Terminais de Logística de Carga da Infraero, a atualização tecnológica no Sistema Tecaplus, que proporcionou melhoria significativa nas intervenções necessárias à manutenção do Sistema.

Ainda no exercício, foi disponibilizado o Sistema Carga Aérea *Online*, com adequações e disponibilidade de novos serviços, a exemplo do processamento e da tarifação dos contratos de Carga Nacional. A sua implantação teve como principal objetivo oferecer ferramenta mais moderna e adequada às necessidades dos clientes.

Em outras frentes de ação, durante a participação na Feira *Intermodal South America*, em São Paulo, a Logística de Carga da Infraero apresentou ao mercado o Projeto de Implantação dos Centros Logísticos de Uberlândia/MG e de Recife/PE. O projeto prevê modelo inovador de concessão de áreas nos sítios aeroportuários para investimento, gestão e exploração comercial da área destinada à Logística de Carga nos aeroportos da Rede Infraero com maior potencial.

Durante a Primeira Conferência E-commerce Brasil, foram apresentadas as oportunidades de negócios oferecidas pela Rede Teca. Na ocasião, foi exposto o potencial econômico e operacional dos Tecas para as atividades de remessas expressas em possíveis áreas dos aeroportos onde se instalarão os Centros Logísticos.

Em 2016 foram realizadas solenidades de entrega do Prêmio Infraero de Eficiência Logística (PIEL) nas cidades de Porto Alegre - 4ª edição; Aeroportos da Região Nordeste - 3ª edição; Aeroportos da Região Sul - 2ª edição; Curitiba - 3ª edição; Manaus – 5ª edição. O PIEL tem se mostrado ótima oportunidade de aproximação com os grandes clientes, sobretudo pela consultoria personalizada prestada na busca de melhores resultados em suas operações de importação.

No ano, com o trabalho das equipes de Prospecção e Fidelização da Rede Teca, 80 empresas importadoras de diversos segmentos foram fidelizadas, 53 contratos relativos à atividade da Carga Nacional e atividades correlatas foram firmados e 731 importadores foram visitados com o objetivo de captar, fidelizar e manter a carteira de Clientes dos Tecas da Rede, representando aumento de 105% sobre o ano de 2015, evidência de que a Logística de Carga da Infraero está cada vez mais próxima do mercado.

Foi concluída a elaboração do Memorial de Requisitos de Infraestrutura para Empreendimentos de Negócios em Logística de Carga (MRIE) do Teca de Goiânia/GO. Esse Memorial consolidou os requisitos operacionais necessários para a área técnica elaborar os novos empreendimentos da área de logística. Ainda para a atividade em Goiânia, foram concluídos, em parceria com área de Negócios e Desenvolvimentos de Áreas Externas, os levantamentos e os estudos para a implantação de novo modelo de operação do Terminal, com a participação de um operador privado, modelo que deve ser ampliado para outras dependências ainda em 2017.

A conclusão dos estudos preliminares para o novo Complexo Logístico do Aeroporto de Joinville/SC propõe a concessão de uso de áreas para implantação, gestão e exploração comercial de centro logístico, aeroporto industrial, além de edificação para entreposto aduaneiro e novo terminal de carga.

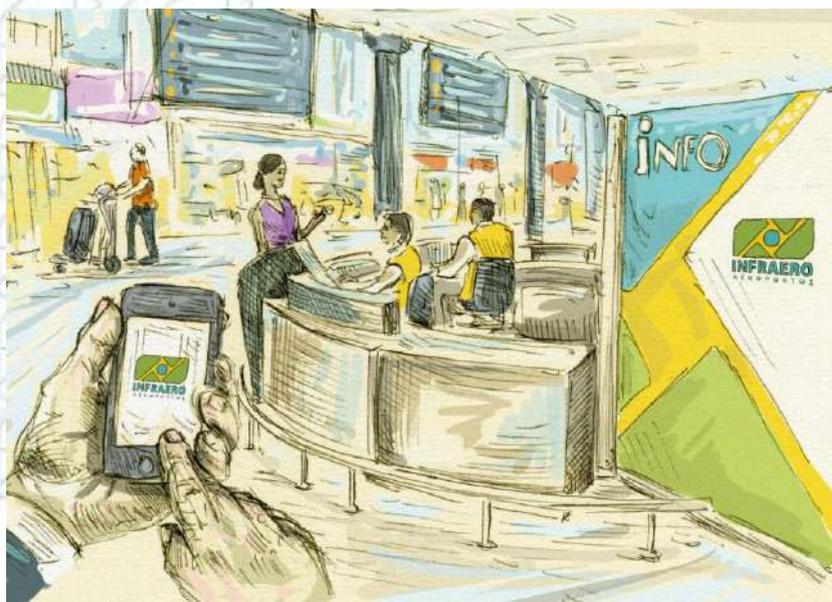
A atualização dos recursos didáticos utilizados para os treinamentos relacionados ao transporte de artigos perigosos e a criação de todo material da Categoria 14 - Programa de Treinamento de Artigos Perigosos - funcionários responsáveis pelo Manuseio, Armazenagem e Carregamento da Carga Não Classificada como Artigo Perigoso e da Bagagem proporcionou mais segurança na atividade logística da Empresa.

Os gestores dos Terminais de Logística de Carga receberam orientação e esclarecimento em relação à aplicação dos atos regulatórios que envolvem a atividade. No mesmo sentido, com o fim de elaboração de pareceres técnicos, houve atuação com os Órgãos Anuentes, subsidiando o entendimento e a expertise relativa ao arcabouço legal e operacional existente.

Foi realizado pela Infraero, em São José dos Campos/SP, o fórum Desembarça Vale, com grande cobertura da mídia local, para o lançamento do Novo Programa de Incentivo aos Negócios no Terminal de Cargas do Aeroporto de São José dos Campos/SP - o Vale Flex. O Programa visa a estimular as empresas de comércio exterior da Região do Vale do Paraíba, no interior paulista, a utilizarem o Teca para desembarço aduaneiro de cargas de importação.

A realização de *workshops* nos Aeroportos de Curitiba/PR, Manaus/AM e Recife/PE, com o objetivo de divulgar a infraestrutura e as facilidades disponíveis nos Tecas, além de aproximar os elos da cadeia logística para o desenvolvimento dos negócios voltados à importação e exportação de cargas, contou com a presença de gestores da Infraero, empresas do ramo logístico e órgãos públicos.

Marketing Comercial – a marca Infraero no mercado



O Marketing Comercial encerrou o exercício de 2016 com a realização de projetos e iniciativas afinadas com o desafio empresarial de expandir os negócios com geração de valor por meio do estabelecimento de negócios e parcerias em nossos aeroportos, tanto no varejo aeroportuário como na logística de carga. Por meio do desenvolvimento dos

negócios atuais e a busca de novos negócios, a Infraero expande sua atuação em novos mercados com foco na geração de valor.

Para se atingir o objetivo proposto é necessário planejamento que, por sua vez, depende de informação qualificada e direcionada. Com essa visão, em 2016, foi aprimorada a produção de estudos e análises de inteligência de mercado. Ao longo do ano, foram mais de 150 trabalhos realizados para incrementar as ações comerciais da Rede.

Dentre esses trabalhos, destacou-se o Relatório Raios X dos aeroportos, com a segunda edição das análises sobre cruzamento de dados de diferentes fontes que mostram informações como arrecadação por segmento, por piso, e, o mais interessante, quantos metros quadrados estavam disponíveis para comercialização no período – consequentemente, o potencial de crescimento comercial do aeroporto.

Com o mesmo objetivo de expandir os negócios da Infraero são feitos Estudos de Geomarketing com análise das regiões circunvizinhas aos aeroportos, utilizando a abordagem do georreferenciamento, considerando as variáveis relevantes para o marketing e o planejamento comercial aplicadas a mapas. Estudos de geomarketing têm subsidiado especialmente processos de prospecção nos segmentos de varejo e áreas externas em aeroportos de todos os portes na Rede. Os desdobramentos dos estudos são apresentações e outros materiais de prospecção e divulgação, desenvolvidos a partir dos *insights* da inteligência de mercado, como os books dos aeroportos, que apoiam a prospecção e a apresentação da área comercial nas pontas.

Análises de inteligência de mercado foram fundamentais para orientar adequadamente a gestão comercial dos aeroportos. Seu desenvolvimento favoreceu a evolução da administração dos Centros de Negócios da Infraero.

A promoção comercial na Infraero foi realizada por meio de projetos e produtos de marketing baseados no planejamento, na organização e na coordenação de eventos que, por sua vez, dependem da criação de peças publicitárias, promocionais e de marcas.

Dentre os projetos e produtos de 2016, merece destaque a ação de marketing - *Black Week* que, alinhada ao planejamento estratégico da área Comercial e de Logística de Cargas, de alavancar a receita comercial e consolidar cada vez mais o varejo aeroportuário (nos moldes da *Black Friday*), é forte ação de vendas já consolidada nos shopping centers. Essa nova experiência foi realizada nos Aeroportos de Congonhas/SP e Santos Dumont/RJ, com vistas a alavancar as vendas em períodos de menor apelo comercial e aumentar a percepção com o cliente de que vale a pena consumir no ambiente aeroportuário, proporcionando, inclusive, nova experiência ao passageiro. O resultado foi a maior integração entre aeroporto e concessionários, provocando melhor relacionamento.

O fomento dos negócios aeroportuários necessita da criação constante de ações de prospecção estratégica do mercado. A ação de marketing, batizada de Voo de Negócios, reuniu empresários, agências de publicidade e eventos, associações comerciais, entidades de classe e *players* do varejo, entre outros, para assistirem a uma apresentação do aeroporto e conhecerem as oportunidades de negócios. O primeiro aeroporto a receber o Voo de Negócios foi o de Aracaju/SE, seguido do Aeroporto de Curitiba/PR, que contou com inovação e evolução do seu formato original - o caráter regional – que potencializou o processo estratégico, trazendo a participação e a divulgação das áreas dos Aeroportos de Bacacheri-Curitiba/PR, Criciúma/SC, Florianópolis/SC, Foz do Iguaçu/PR, Joinville/SC, Londrina/PR e Navegantes/SC.

A inovação na área de negócios deve ser uma constante. Na Infraero, a intenção é fomentar os negócios aeroportuários, frente aos desafios de ampliar a carteira de negócios da Empresa. Com esse foco, a área inova o formato de atrair clientes, apresentando a Infraero e sua Rede de aeroportos como a vitrine que os investidores precisam para alavancar os seus negócios, pois passam pelos nossos espaços consumidores estratégicos – nacionais e internacionais. O planejamento e o desenvolvimento de estratégias de aproximação com potenciais clientes dos aeroportos da Infraero, visa à melhoria, à ampliação e o desenvolvimento dos negócios aeroportuários de forma constante.

Em 2016, foram realizados 1.689 atendimentos pela equipe do SAC Comercial. Desse total, 988 atendimentos foram a clientes interessados em realizar negócios com a Infraero.

Conhecer os interesses e os desejos dos clientes é essencial para a manutenção e a expansão dos negócios. Iniciada com a carteira de clientes de logística de cargas, é realizada mensalmente a Pesquisa de Avaliação de Atendimento/Relacionamento com os clientes para saber o grau de satisfação daqueles prospectados e/ou fidelizados que foram atendidos pela nossa equipe dos aeroportos.

A presença digital também é outra ferramenta estratégica para os negócios. A Infraero criou e mantém no portal www.negociosaeroportuarios.com o ambiente 'oportunidades', <http://www.negociosaeroportuarios.com/index.php/oportunidades>, espaço de divulgação e transparência das oportunidades que estão planejadas para serem licitadas e/ou realização de ações eventuais da Empresa.

Receitas Comerciais – avaliação dos resultados

Na avaliação dos resultados, a receita bruta oriunda das concessões comerciais e logística de carga apresentou crescimento de 3,6%, totalizando R\$ 1.203,4 milhões, valor este que representa 40,8% do montante de receita arrecadado no exercício de 2016.

Com especial destaque para o crescimento de 6,1% das receitas de concessão de áreas, reflexo do estabelecimento e acompanhamento sistemático de metas de arrecadação de receitas para os aeroportos da rede.

Ações complementares

Em linha com as novas diretrizes estratégicas da presidência da Empresa, a área comercial iniciou trabalhos para introduzir, nos Centros de Negócios, fatores agressivos de desempenho de vendas, visando altos crescimentos percentuais nas receitas comerciais e intensa interação pessoal por meio de gestão participativa.

Para tanto, foram efetuadas análises consultivas, com subsequente treinamento comportamental e administrativo diretamente dos aeroportos da Rede Infraero. Inicialmente em 2016, este trabalho focou os Aeroportos de Congonhas/SP, Santos Dumont/RJ e Afonso Pena – Curitiba/PR, e seguirá cobrindo os demais aeroportos, no primeiro semestre de 2017.

DESEMPENHO NA INFRAESTRUTURA

Desenvolvimento da Rede Infraero



A Infraero, em 2016, direcionou seus esforços para a realização de projetos e execução de obras de acordo com o seu planejamento estratégico, alinhados às metas e aos objetivos de desenvolvimento do País. Neste contexto, comprometida com o desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária nacional, continua superando os constantes desafios impostos pela crescente expansão do

segmento de aviação civil.

Foram atualizados os trabalhos de projeções de demanda por transporte aéreo englobando os Aeroportos de Cruzeiro do Sul/AC, Altamira/PA, Ilhéus/BA, Imperatriz/MA, Macaé/RJ, Macapá/AP, São José dos Campos/SP e São Luis/MA, e das projeções anuais do movimento de aeronaves por modelo em 31 aeroportos da Rede Infraero. Também foram realizados estudos de capacidade de 16 terminais de passageiros e de hora pico de projeto.

Com relação aos Planos Diretores, dos 63 Planos elaborados, 62 foram encaminhados à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). 17 foram aprovados e 35, validados. Os demais permanecem em avaliação pela Agência.

Ainda no exercício, dentro do plano de trabalho do projeto “Atualização do Sistema de Informações Geográficas da Infraero”, foram realizados levantamentos topográficos e correção geométrica de imagens de satélite em 14 aeroportos da Infraero. Também foram feitas análise e consolidação da documentação patrimonial do Aeroporto Internacional de Maceió/AL e do Aeroporto de Joinville/SC; análises de estudos preliminares e leiautes prévios dentro do programa de Investimentos em Logística – Aeroportos Regionais; e consolidação de Banco de Dados sobre voos noturnos, para subsidiar estudos relacionados ao Ruído Aeronáutico.

Outros trabalhos mereceram destaque. Entre eles, a revisão e o desenvolvimento de novos parâmetros para Terminais de Passageiros de Pequeno Porte - Requisitos Operacionais; Terminais de Passageiros de pequeno, médio e grande portes na Rede Infraero - parâmetros para dimensionamento de áreas para órgãos públicos; elaboração de análises e Requisitos Operacionais de Infraestrutura para o Inova Congonhas, empreendimento que segue em discussão conduzida pela área Comercial; Implantação de Módulo Operacional (MOP) e estacionamento público no Aeroporto de São José dos Campos/SP; e adequação do Sistema de Pista e Pátio do Aeroporto de Campo Grande/MS.

Gestão de Empreendimentos

A Infraero deu mais um importante passo para consolidar sua posição no cenário nacional, garantindo a melhoria contínua das metodologias de gestão de empreendimentos e de projetos.

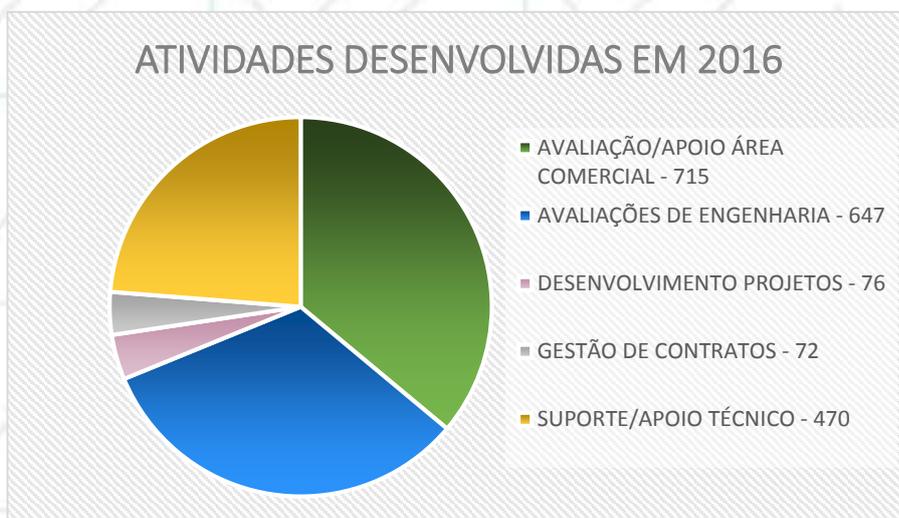
A governança de gestão monitorou, mensalmente, os indicadores de desempenho dos empreendimentos com a publicação no Portal de Empreendimento da Empresa.

Foram mais de 269 capacitações ao longo do ano com destaque aos cursos de Gerenciamento de Projetos, Gerenciamento de Empreendimentos, Gestores e Fiscais de Contratos de Engenharia e Topografia Aplicada a Aeródromos.

Durante ao ano, diversas atividades foram realizadas com vistas a atingir os objetivos estabelecidos. Na área de planejamento foram realizadas revisão de normas e manuais de empreendimento; melhoria no processo de pesquisa de maturidade; revisão dos processos e implantação de metodologia de gerenciamento de riscos em empreendimentos, projetos e contratos; e a integração da Metodologia de Gestão de Projetos e de Elaboração de Orçamentos utilizando o Sistema de Orçamentação da Engenharia (SOE).

O Portal de Empreendimentos conta com o novo Portfólio de Serviços de Suporte de Engenharia e foi realizada a automação de emissão de relatórios.

Dentre as ações, destacamos o planejamento do projeto Sistema de Gestão de Pavimentos (SGP) e Intervenções; o planejamento do projeto Aeroportos Regionais; e os memoriais do empreendimento do projeto de concessão das áreas comerciais do Aeroporto de Congonhas e o memorial preliminar do empreendimento de ações de engenharia para Certificação Operacional dos Aeroportos de Londrina/PR, Navegantes/SC, Teresina/PI, Uberlândia/MG, João Pessoa/PB e Aracaju/SE.



Investimentos em Obras

Apesar das restrições impostas pelo momento econômico vivido pelo país, a Infraero continuou a realizar investimentos importantes na sua estrutura aeroportuária, compostos por projetos, obras e equipamentos voltados para a modernização dos aeroportos da Rede.

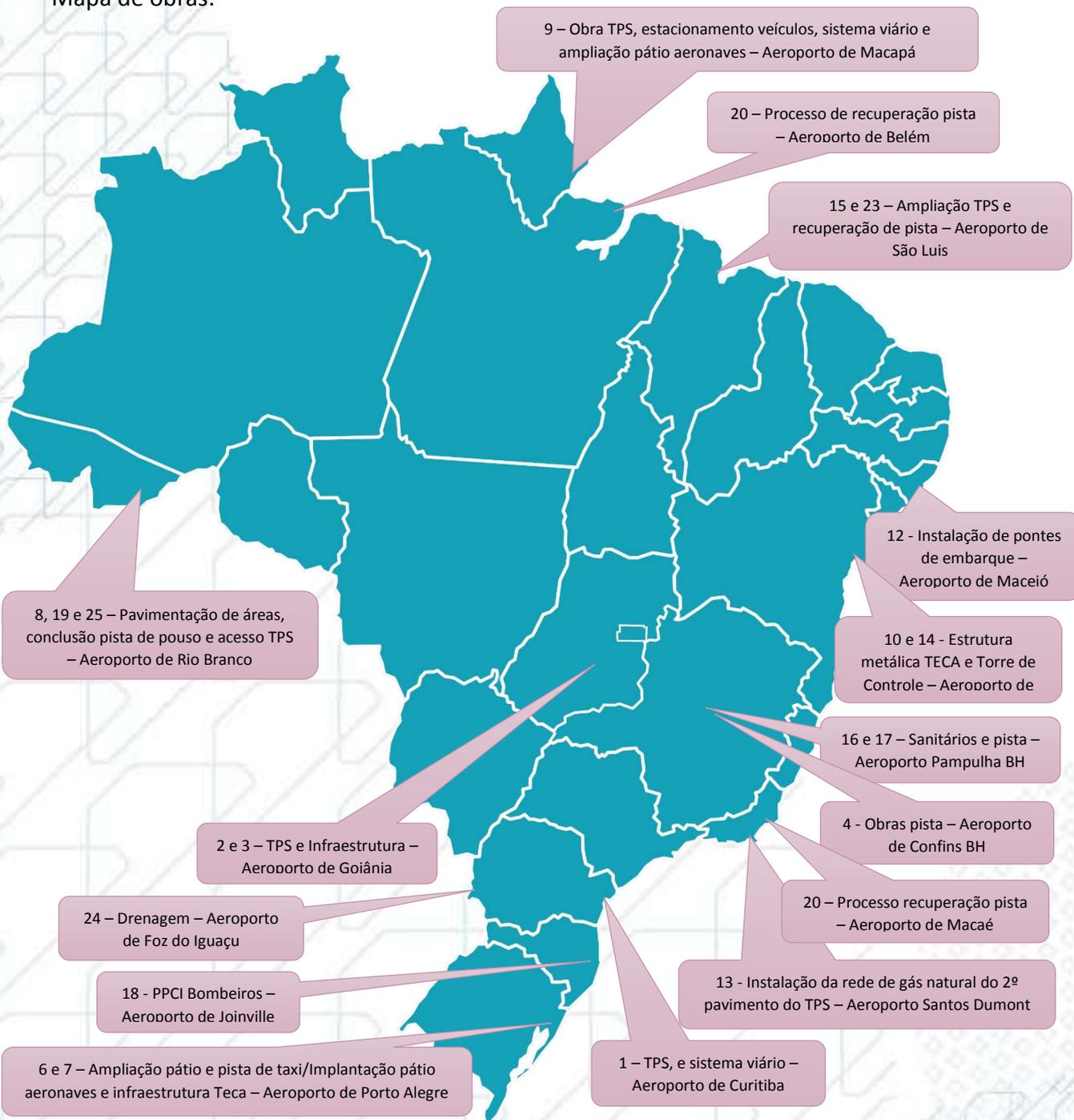
Foram vários investimentos com destaque para:

Obras e Serviços

1. Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros, do Sistema Viário de Acesso e demais obras complementares do SBCT.
2. Construção do Remanescente do Terminal de Passageiros do SBGO.
3. Infraestrutura e redes externas remanescentes das pistas de táxi, pátio de estacionamento de aeronaves e automóveis, vias de serviço e viário do SBGO.
4. Conclusão das obras da pista de Confins – SBCF.
5. Restauração do pavimento da Pista de Pouso e Decolagens e áreas de movimento de Rio Branco - SBRB.
6. Contratação para execução do remanescente das obras de ampliação do sistema de pátio e pistas de taxi do aeroporto internacional salgado filho em Poro Alegre/RS - SBPA.
7. Implantação de pátio de aeronaves, pistas de taxi de acesso, via de serviço e infraestrutura básica do novo TECA do SBPA - concluído o aterro de sobrecarga.
8. Entrega parcial e operação da Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros de Rio Branco – SBRB.
9. Retomada da obra do novo TPS, estacionamento de veículos, sistema viário de acesso e ampliação do pátio de aeronaves de Macapá – SBMQ.
10. Construção da Torre de Controle e edificações destinadas ao DTCEA SBSV.
11. Ampliação do Terminal de Passageiros do SBSL (MOP SBSL).
12. Instalação das Pontes de Embarque em Maceió - SBMO.
13. Instalação da rede de gás natural do 2º pavimento do TPS de Embarque do SBRJ
14. Reforma e Recuperação da Estrutura Metálica para Instalação de Cobertura e Rede de Drenagem de Águas Pluviais do TECA Nacional do SBSV
15. Ampliação do Terminal de Passageiros do SBSL (MOP SBSL)
16. Entrega de parte dos sanitários da Pampulha – SBBH
17. Entrega da infraestrutura da pista da Pampulha – SBBH
18. Conclusão do PPCI com aprovação dos bombeiros de Joinville – SBJV
19. Restauração do pavimento das áreas de movimento do SBRB
20. Conclusão do projeto e início do processo para recuperação das pistas de Belém e Macaé – SBBE e SBME
21. Conclusão do projeto e início do processo para contratação de MOP por ARP
22. Conclusão do projeto e início do processo para contratação da geotecnia em pistas prioritárias
23. Início da recuperação da pista de São Luis – SBSL

- 24. Início da drenagem parcial de Foz do Iguazu – SBF1
- 25. Início da obra da via de acesso do TPS de Rio Branco – SBRB

Mapa de obras:



Gestão em Manutenção

Com foco na melhoria da qualidade dos serviços prestados e na eficiência dos negócios, a Infraero desenvolveu, na área de Manutenção, ações como a implantação do Sistema Informatizado de Gestão de Ativos da Manutenção (SGAM), em todos os aeroportos e em todos os Centros de Suporte, o que gerou maior rapidez na recuperação de ativos indisponíveis, trazendo satisfação aos clientes e usuários; a indicação de desempenho de serviços públicos e melhoria na eficiência e controle; a possibilidade de pagamento por desempenho na execução dos serviços contratados; a gestão e o controle do ciclo de vida dos ativos desde o momento do planejamento de sua aquisição até os procedimentos de descarte ou substituição; e a redução dos custos operacionais e de manutenção dos equipamentos.

Em 2016, a área de Manutenção realizou vários trabalhos como:

- Criação de Centro de Serviços Compartilhados (CSC);
- Delineamento de suprimentos para composição de Catálogo Nacional de Suprimentos;
- Renovação do Portal da Manutenção;
- Estudo e elaboração de documentação técnica para contratação dos serviços de manutenção de pavimentos e sinalização horizontal pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) para os aeroportos da Rede Infraero;
- Conclusão dos Estudos para redução de exposição de profissionais de Manutenção aos riscos de periculosidade e Insalubridade;
- Recuperação da subestação SU-01 do Aeroporto Internacional de São Luís/MA, devido ao incêndio;
- Visitas Técnicas para reavaliação do processo de recuperação de despesas dos Aeroportos de Maceió/AL, Aracaju/SE, Palmas/TO e Foz do Iguaçu/PR, como a proposição dos ajustes necessários;
- Interlocução com o Ministério de Minas e Energia (MME), acompanhamento das inspeções técnicas nos aeroportos que integram a rede de apoio para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio2016, bem como adequações para assegurar a confiabilidade dos equipamentos e dos sistemas;
- Execução de serviços de adequação do sistema de esteiras de bagagem e ambientação do check-in do TPS2 do Aeroporto de Porto Alegre/RS;
- Realização de serviços de revitalização do balizamento das pistas de taxi do Aeroporto Internacional de Cuiabá/MT;
- Realização de serviços de revitalização do balizamento da PPD do Aeroporto de Vitória/ES;
- Contratação do serviço de avaliação e cálculo da Irregularidade Longitudinal (IRI) para pistas de pousos e decolagens dos aeroportos de Vitória/ES e de Campo Grande/MS, requisito exigido para a Certificação Operacional de Aeroportos;
- Avaliação dos pavimentos de todas as pistas de pouso e decolagem, pátios e taxis, dentro da metodologia do PCI (Índice de Condição de Pavimento), dos 60 aeroportos da Rede, para alimentar o Sistema de Gerenciamento de Pavimentos (SGPA) da Infraero;
- Coordenação do processo para execução dos serviços de Medição de Atrito, Macrotextura e Remoção de borracha em pistas de pouso e decolagens dos 60 aeroportos, sendo:
 - 357 Medições de atrito e de macrotextura realizadas em 2016; e
 - 54 Serviços de remoção de borracha em 2016.
- Prestação de Serviços de remoção de borracha, medição de atrito e macrotextura (2014-2016);

- Avaliação do *Stone Matrix Asphalt* (SMA) aplicado sob o pavimento da pista de pousos e decolagens do Aeroporto de Aracaju sob a sua perspectiva de manutenção;
- Correção das não conformidades identificadas pela Anac nos processos de Certificação Operacional dos aeroportos;
- Execução de avaliação estrutural e cálculo do PCN (Número de Classificação do Pavimento) dos pavimentos aeroportuários (pista, taxi e pátio) de João Pessoa/PB, Juazeiro do Norte/CE, Uberlândia/MG, Londrina/PR e Tabatinga/AM;
- Projeto de utilização do Sistema de Orçamentação da Engenharia (SOE) para os contratos contínuos de Manutenção
- Implantação do Sistema de Gestão de Ativos da Manutenção (SGAM) em todos os Centros de Negócios.
- Criação do treinamento em EAD (Educação a Distância) para o SGAM. Já iniciadas as tratativas com o Recursos Humanos.
- Prestação de suporte e acompanhamento no processo de transição do empreendimento de ampliação do pátio de aeronaves e reforma e ampliação do terminal de passageiros e obras complementares do Aeroporto de Curitiba/PR.

Projetos e Procedimentos

A área de Projetos, Custos e Procedimentos de Engenharia concluiu, em 2016, o Caderno de Encargos de Infraestrutura que consiste na elaboração de documentação técnica de referência para subsidiar e uniformizar condutas dos fiscais na execução das obras e serviços de engenharia no âmbito da Infraero, com foco em infraestrutura.

Além disso, foi atualizado o Custo Unitário Básico Aeroportuário (CUB Aeroportuário) que é o referencial de preços aeroportuários utilizado para estudos paramétricos de obras e serviços de engenharia em aeroportos e feita a alteração da metodologia de estimativa de custos de insumos betuminosos.

No exercício, diversos pareceres foram emitidos com o objetivo de esclarecer e prestar orientações técnicas. Além disso, foi realizada a melhoria do Integrador de Projetos e Orçamentos (IPO) com o desenvolvimento de melhorias no aplicativo que possibilita aos projetistas consultar a base de serviços do SOE para estruturação de suas planilhas de serviços e quantidades. A ferramenta tem o objetivo de auxiliar os projetistas no desenvolvimento de seus documentos técnicos integrando-os aos documentos produzidos na orçamentação. Além dos formulários, um pacote de vídeos-aula será desenvolvido para orientar a utilização do integrador.

A área de Projetos desenvolveu o Banco de Cotações, aplicativo para cadastramento de cotações e futuras consultas. A ferramenta possibilitará a busca por cotações cadastradas por regiões e entre períodos de tempo. A finalidade do trabalho é proporcionar aos orçamentistas meios para o trabalho colaborativo com ganhos de eficiência e qualidade na orçamentação.

Foi elaborada a Composições Analíticas de Preço Unitário padronizadas para serviços de infraestrutura, projeto que visa a integrar critérios de custos, especificações técnicas, requisitos de qualidade e critérios de medição de serviços de infraestrutura e o estudo de viabilidade para unificação de metodologia de orçamentação pela engenharia/manutenção que trata da simulação de orçamento para contratação de serviços de manutenção para o Aeroporto de Congonhas. Com base na estimativa de preços elaborada pela área de

manutenção (metodologia própria), será feito comparativo de orçamento gerado a partir da metodologia de Engenharia de Custos, fazendo uso do Sistema de Orçamentos de Engenharia (SOE).

Com a implantação do *Building Information Modelling (BIM)*, sistemas que permitem que os parâmetros relevantes (informações e dados) sobre o edifício estejam incorporados na própria modelagem dos componentes, a área buscará efficientizar a utilização dos recursos e reduzir o tempo necessário para a execução do portfólio de engenharia, por meio da atualização tecnológica das práticas e dos processos de projeto e planejamento de engenharia, incluindo a capacitação dos recursos humanos.

No que diz respeito aos projetos, foram realizados:

- Projeto de referência para Centrais de Resíduos Sólidos;
- Planejamento do Curso de Projeto de Terminais de Carga;
- Projeto de referência para Campo de Antenas;
- Manutenção do Guia Rápido de Referência de Projetos de Engenharia;
- Sistematização de soluções técnicas de projetos de acessibilidade praticadas no âmbito da Infraero; e Apoio Técnico a projetos externos sob a gestão de outras áreas da Empresa.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Gestão Operacional - em destaque Rio 2016

A Gestão da Operação e Navegação Aérea da Infraero participou ativamente das reuniões ordinárias do Comitê Técnico de Operações Especiais (CTOE) visando ao estabelecimento dos planos operacionais em nível de governo para atendimento à Rio2016.

Foi elaborado Plano de Trabalho referente ao Plano de Contingência, relacionados a Comunicação Interna, Atualização de Diretrizes, Ações de TI, Esquemático de Visualização de Ocupação de Pátio (EVOP), Telecomunicações, Sistema Integrado de Soluções Operacionais (SISO) Grupo II, Treinamentos, Equipamentos, Empresas Aéreas e de Rampa, Plano de Acesso a Meio-Fio, Sala Master de Comando e Controle, Força-Tarefa, Procedimentos Específicos de Segurança Operacional para Obras e Serviços (PESO-OS), Coordenação de Sistema de Alocação de Horários de Chegadas e Partidas de Aeronaves (SLOT) e Acessibilidade.

A Rede Infraero foi preparada para atendimento a 65 campeonatos mundiais, 45 eventos-teste, quatro cerimônias de abertura e encerramento da Rio2016 e revezamento da Tocha Olímpica, percorrendo 327 cidades do país, concluindo 11 aeroportos no roteiro aéreo, com demanda estimada em 2,3 milhões de pessoas entre delegações, oficiais, família olímpica, emissoras, imprensa, patrocinadores, espectadores e força de trabalho da Rio2016.

Focado no sucesso da operação, o plano de ação contemplou as seguintes iniciativas:

- Preparação para atuação em condições meteorológicas adversas;
- Treinamentos operacionais;
- Planejamento em rede de aeroportos para apoiar o Controle do Espaço Aéreo;
- Licença Operacional para extensão de operação do Aeroporto Santos Dumont/RJ expedida junto ao Instituto Estadual do Ambiente (INEA);
- Elaboração do mapa de vagas para voos alternados;
- Definição de posições contingenciais;
- Sistema de Visualização do Pátio de Aeronaves (EVOPS) em produção no prazo para pleno atendimento;
- Mapeamento de equipamentos de rampa e tancagem de combustível;
- Fichas de atendimento de fiscais de pátio produzidas em três idiomas;
- Planos de distribuição de vagas de estacionamento de meio-fio delineados;
- Fluxos de atendimento aos diversos segmentos desenhados;
- Planos de contingência estabelecidos;
- Aeroportos-alvo do tour da tocha olímpica orientados;
- Aeroportos em cidades centro de treinamento contemplados no planejamento;
- Procedimentos/fluxos de atendimento a PNAE definidos.

Durante as Olimpíadas Rio2016, o índice de pontualidade dos aeroportos das cidades que sediaram jogos foi de 95%. Entre os dias 21 e 22 de agosto, o Aeroporto Internacional do Galeão/RJ registrou média de 1 mil movimentos aéreos, enquanto o Aeroporto Santos Dumont/RJ atingiu cerca de 700, entre pousos e decolagens.

Foram transportados cerca de 7,9 milhões passageiros no período, sendo 4 milhões apenas nos dois aeroportos do Rio de Janeiro (Galeão e Santos Dumont) e de São Paulo (Guarulhos). A média mensal de passageiros transportados no país fora dos meses de pico é de cerca de 8 milhões.

Vale ressaltar que foi registrada movimentação, no Aeroporto Santos Dumont/RJ, de mais de 37,5 mil pessoas na segunda-feira, 22 de agosto de 2016.

No âmbito da Sala Master de Comando e Controle, foram concentradas todas as informações necessárias para o eficiente gerenciamento das operações aéreas no país e da disponibilização de infraestrutura aeroportuária, no período das olimpíadas. A sua composição com as Autoridades envolvidas no evento fez parte da estratégia de acompanhamento, condução e eventuais intervenções em questões operacionais envolvendo cerca de 931 voos neste período, questões de apoio à defesa aérea e atendimento com infraestrutura aos Chefes de Estado, delegações e a Família Olímpica.

Como forma de maximizar a infraestrutura disponível no Aeroporto Santos Dumont/RJ, promoveu-se a utilização de partes dos setores A e B do seu pátio de aeronaves para a promoção de Hangaragem a Céu Aberto. Este adensamento permitiu ganhos médios de número posição de estacionamento de aeronaves da ordem 70%. O resultado, considerando adicionalmente que este aeroporto é central e de grande interesse da aviação executiva por sua proximidade ao evento, foi o de atendimento a 100% dos pousos e estadias demandados pelo mercado.

Paralimpíadas Rio2016

Durante as Paralimpíadas da Rio2016, o índice de pontualidade dos nove aeroportos monitorados foi de 95,3%. A satisfação do passageiro com os aeroportos envolvidos diretamente na Paralimpíada foi a mais alta já registrada pela pesquisa de opinião realizada pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

O Aeroporto Santos Dumont/RJ recebeu, de 5 a 19 de setembro, 377,6 mil viajantes, sendo 1.371 Passageiros com Necessidade de Assistência Especial (PNAE). Esse número foi 164,67% maior em comparação ao mesmo período de 2015, quando 518 PNAEs foram atendidos, do total de 376,8 mil passageiros.

De acordo com os registros no Sistema de Solicitação de Atendimentos (SSAT), foram atendidos 1.452 PNAEs no Aeroporto Santos Dumont sendo, 894 cadeirantes, 526 PNAEs classificados como WCHR (Sobe escadas, porém devido à condição de mobilidade reduzida, precisa de cadeira de rodas para deslocamentos), oito deficientes auditivos e 24 deficientes visuais, no período de 1º e 18/9/2016.

Dos 894 cadeirantes, 348 foram embarques e 546 desembarques, sendo 89,26% dos voos com pessoas com PNAE atendidos em pontes de embarque e 10,74% em posições remotas.

Nas Paralimpíadas, o trabalho realizado na Sala Master também consistiu em concentrar as informações necessárias para o processamento das operações aéreas no país, em que a Infraero garantiu a disponibilização da infraestrutura aeroportuária suficiente para o atendimento de toda a demanda apresentada para o período do evento, em que foi realizado

acompanhamento e controle de 829 voos, apoiando, junto às demais autoridades envolvidas na estratégia de atendimento e cumprimento dos requisitos de defesa dos eventos, com rastreamento dos voos de Chefes de Estado, Delegações e VIP.

Análise e Planejamento de Propostas de Voos

No que diz respeito à análise e ao planejamento de propostas de voos, destaca-se em termos de mapeamento, identificação de oportunidades de melhoria o Processo Estratégico “Analisar e Planejar Propostas de Voos”, atendendo à demanda de 115.902 mil pedidos de aprovação de voos, com emissão de parecer técnico de disponibilidade de infraestrutura para sua execução. Com este trabalho, o índice médio de respostas no prazo é em torno de 98% para voos regulares e 95%, para voos não regulares.

Tramitação de Obras e Serviços no âmbito do IFWOA

Com vistas a garantir a segurança operacional dos aeroportos e a efetiva execução de obras e serviços, além da melhoria do planejamento em rede com as empresas aéreas, foi atendida a demanda de 341 tramitações de obras e serviços no âmbito do *Infraero Forum for Works at Operational Areas* (IFWOA) - Fórum Infraero para Obras em Áreas Operacionais. Esta plataforma possibilita, nas 24 horas do dia, a análise, interação de todos os envolvidos e afetados por obras e serviços nos aeroportos para que se estabeleçam as intervenções por consenso e de maneira antecipada e planejada.

Acessibilidade na Rede Infraero

Durante o exercício de 2016, a área de Gestão da Operação e Navegação Aérea apoiou a realização de 18 simulados de acessibilidade, realizados em 17 aeroportos da Rede Infraero, conforme diretrizes estabelecidas no manual de simulados desenvolvido pelo Núcleo de Acessibilidade da área de Gestão da Operação.

Foi implantado, no Aeroporto de Goiânia/GO, o sistema automatizado de tradução das mensagens operacionais do Sistema Informativo de Voo (SIV) para a Libras, nos monitores de informação de voos localizados próximos aos portões de embarque e das esteiras de restituição de bagagens. Com esta implantação, passaram a ter esta solução os Aeroportos de Congonhas/SP, Santos Dumont/RJ e Goiânia/GO.

Para o apoio aos eventos olímpicos e paralímpicos, foram desenvolvidos painéis de monitoramento da Rede Infraero, com informações atualizadas da movimentação de aeronaves, estimativa de passageiros e quantidade de passageiros com necessidade de assistência especial que embarcaram e desembarcaram nos aeroportos administrados pela Infraero.

Como legado dos eventos olímpicos, foram criados novos painéis e relatório, os quais foram disponibilizados para o Núcleo de Acompanhamento e Gestão Operacional (NAGO) e o Centro de Gerenciamento Aeroportuário (CGA) dos principais aeroportos da Rede. O monitoramento dos índices de pontualidade, inconsistência de horários previstos, tempo de permanência e de taxiamento das aeronaves, são alguns exemplos dos novos relatórios criados.

A área de Gestão Operacional e Navegação Aérea desenvolveu e implantou o fluxo de informação de PNAE, com as instituições representantes das pessoas com deficiência, os órgãos de governo e os deputados engajados na luta dos direitos para promover a inclusão e a maior acessibilidade a todos, onde, esses organismos, ou as próprias pessoas com deficiência, possam se comunicar diretamente com a Infraero, a previsão de embarque e desembarque de PNAE nos aeroportos da Rede, além de poder utilizar este canal (acessibilidade.sede@infraero.gov.br) para envio de sugestões de melhorias, reclamações ou sanar dúvidas quanto à acessibilidade nos aeroportos que administramos.

Este novo canal de comunicação padronizou os atendimentos desses passageiros nos aeroportos da Rede, permitindo mais qualidade nas informações, uma vez que o aeroporto passa a receber com antecedência, por meio desse fluxo, detalhes necessários para o atendimento ao cliente relativos a acessibilidade no embarque e no desembarque de aeronaves, independentemente da companhia aérea informar ou não, gerando mais qualidade no relacionamento entre os entes envolvidos.

Certificação Operacional

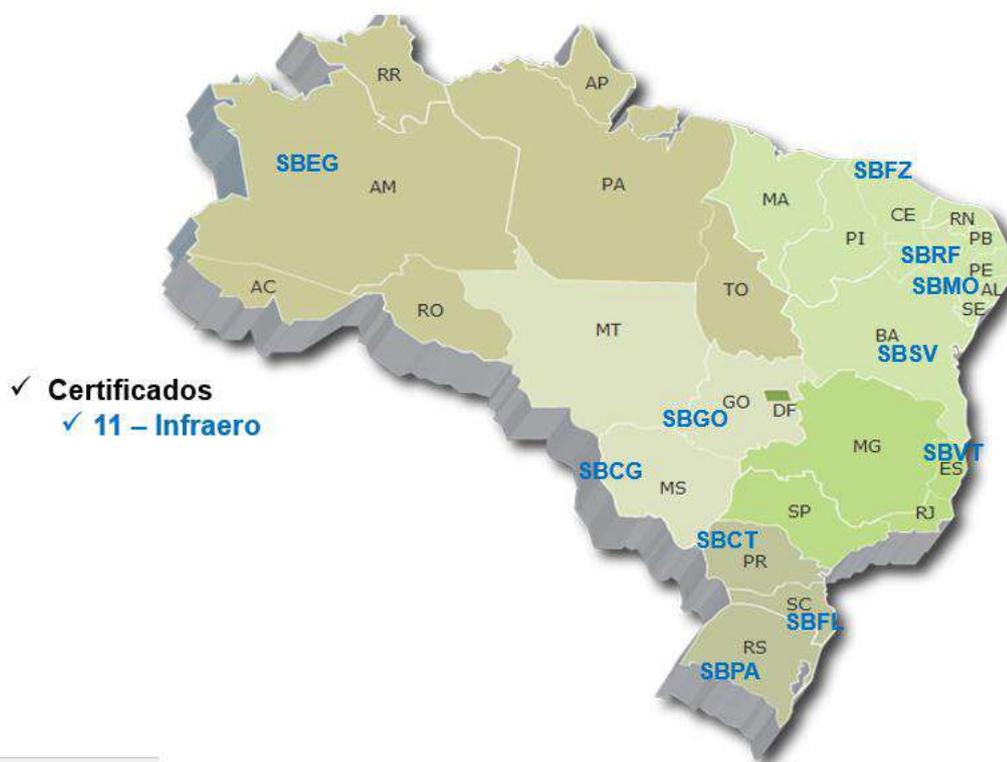
O certificado operacional de aeroportos atesta a capacidade do operador de aeródromo para executar os procedimentos constantes no Manual de Operações do Aeródromo (MOPS) aprovado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), visando à garantia da segurança das operações aeroportuárias.

Este processo, garantidor da segurança operacional, é de suma importância para a manutenção do negócio e a sustentabilidade da Empresa, especialmente em tempos de alta demanda, prioridade para gestão adequada e eficiente de recursos e grande volume e velocidade de troca de informações.

Em 2016 foram certificados os Aeroportos de Recife/PE, Curitiba/PR, Goiânia/GO, Campo Grande/MS, Vitória/ES e Florianópolis/SC. A obtenção desses certificados apresenta vários benefícios:

- A Infraero e ao aeroporto: aderência aos requisitos normativos; planejamento para execução das correções necessárias; possibilidade de aumento para frequência de voos, de acordo com a classificação de aeronave crítica para cada localidade e consequente aumento de receitas; possibilidade de pleitear operações especiais ao órgão regulador; melhoria nas ferramentas de controle e gestão da operação do aeroporto; e, melhoria contínua da segurança operacional.
- Ao Estado e ao sistema de aviação civil: aderência aos requisitos normativos; conhecimento das demandas de correção necessárias ao sistema; melhoria nas ferramentas de controle e gestão da operação dos aeroportos; melhora da imagem para com organismos e empresas exteriores; e, melhoria contínua da segurança operacional.
- Aos clientes da Infraero: garantia de operação dos voos aprovados para a localidade e a possibilidade de aumento da oferta de serviços; maior tranquilidade no uso de aeroporto com melhores ferramentas de controle e gestão; e, melhoria contínua da segurança operacional.

Com este feito, a Infraero passa a contar com onze aeroportos da Rede certificados, conforme desenho abaixo, além de 12 aeroportos com processos de certificação em análise na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).



Aeroportos Infraero Certificados
Fonte: GPSO

Foi disponibilizado o *dashboard* no Sistema de Controle de Ocorrências (SCO) contemplando as estatísticas de ocorrências registradas no Sistema, ocorrências mais incidentes, média de tempo de tratamento das ocorrências e média de tempo de registro das ocorrências no sistema, com atualização automática e acesso aos usuários do sistema. O principal benefício da informação *online* do número de ocorrências registradas permite o acompanhamento diário dos problemas mais relevantes.

Núcleo de Acompanhamento e Gestão Operacional

No Núcleo de Acompanhamento e Gestão Operacional (NAGO), para consultas rápidas, teve início a construção de Banco de Dados Operacionais facilitando a busca de informações dos aeroportos e panorama da Rede para diversas situações.

Estão disponíveis no Banco de Dados informações consolidadas como:

- Lista de auxílios-rádio/auxílios luminosos/IAC;
- Capacidade de combustível;
- Equipamentos operacionais;
- Horários de funcionamento dos aeroportos da Rede Infraero;
- Perfil dos aeroportos;
- Panorama de planejamento de recuperação de Pistas de Pouso e Decolagem (PPD) críticas;

- Telefones das abastecedoras;
- Panorama dos sistemas nos aeroportos Sistema Integrado de Soluções Operacionais (SISO), Sistema de Gerenciamento de Torre de Controle (SGTC) e *Total Air Traffic Information Control* - Sistema de Gerenciamento de Torre de Controle (TATIC); e
- Movimento de aeronaves, passageiros e PNAE via painel da área de Operações.

Em 2016, o Núcleo passou a contar com a equipe da Navegação Aérea tornando possível a implementação de indicadores a serem monitorados utilizando os dados disponíveis em todas as ferramentas do NAGO, além dos sistemas próprios da Navegação, permitindo acompanhamento e gestão de forma efetiva.

Eficiência Operacional em Aeroportos

O Projeto Estratégico Eficiência Operacional em Aeroportos (PEOA) tem por objetivo diagnosticar, propor e implantar melhorias nos processos de embarque e desembarque de passageiros, no processo de gestão do Centro de Gerenciamento Aeroportuário (CGA), bem como nos processos de operação de pouso e decolagem de aeronaves.

Em março de 2016 foi desenvolvida nova metodologia, na qual a equipe PEOA/Sede passou a atuar como consultora, envolvendo as equipes do aeroporto na implantação do projeto. Este novo formato foi aplicado na implantação do PEOA nos Aeroportos de Maceió/AL e Vitória/ES.

A implantação dessa metodologia gerou como resultado redução de custeio de 60%, entre diárias e passagens, por aeroporto, devido à redução da equipe do Projeto e do prazo de implantação.

O projeto proporcionou melhorias significativas na infraestrutura e na sinalização, no que tange aos processos de check-in, canal de inspeção, restituição de bagagens, emigração, imigração e alfândega.

Ao compararmos os resultados alcançados por alguns processos em Vitória e Maceió, com os resultados da pesquisa da Secretaria de Aviação Civil (SAC), observou-se que os tempos de atendimento de check-in, canal de inspeção e restituição de bagagens estão alinhados aos resultados obtidos pela SAC nos 15 aeroportos pesquisados.

A implantação do projeto nos Aeroportos de Goiânia/GO, São Luis/MA, Campo Grande/MT e Belém/PA, foi concluído no final de 2016. O monitoramento estratégico nos aeroportos que implantaram a Etapa 1 do Projeto Eficiência Operacional em Aeroportos foi realizado nos Aeroportos Belém/PA, Curitiba/PR, Cuiabá/MT, Manaus/AM, Fortaleza/CE, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Santos Dumont/RJ, Congonhas/SP e Salvador/BA.

Com a análise dos relatórios foi identificado que a implantação de Procedimentos Operacionais Padrão (POP), com o objetivo de padronizar atividades nos aeroportos, coordenada pela Autoridade Aeroportuária local, tem alcançado resultados positivos com a melhoria da eficiência operacional para os passageiros e usuários.

O gerenciamento coordenado entre o NAGO e aeroportos, principalmente com os *briefings* diários que compartilham informações entre os responsáveis pelos processos, contribui para a operacionalidade do aeroporto em tempo real, aprimorando a gestão do fluxo operacional, de aeronaves nos pátios, pessoas e bagagens nos terminais de passageiros.

A ferramenta de controle implantada pelo projeto trouxe maior agilidade para conduzir o planejamento e a harmonização de ações de melhoria, por monitorar as ações relacionadas à eficiência das operações definidas nos Procedimentos Operacionais Padrão (POP) e os resultados delas decorrentes.

O monitoramento mensal dos indicadores de desempenho de eficiência operacional em 2016 demonstrou que os processadores check-in, canal de inspeção, imigração e emigração alcançaram o tempo de referência desejável da International Air Transport Association (IATA), nos voos domésticos e internacionais. Os processadores de restituição de bagagens e alfândega também obtiveram o tempo de referência aceitável da IATA.

Gestão de Operações - Processos Prioritários

O processo “Atender às Demandas Provenientes de Inspeções Aeroportuárias (RIA) da Anac” compreende o gerenciamento dos planos de ações corretivas, pela área de Monitoramento da Operação, quanto às não conformidades identificadas pela atividade de fiscalização realizada pela Agência Nacional de Aviação Civil.

A fiscalização visa aos seguintes objetivos:

- Determinar a conformidade do objeto fiscalizado com os requisitos da legislação em vigor;
- Verificar se os procedimentos implementados continuam atendendo aos requisitos aplicáveis;
- Verificar a aeronavegabilidade das aeronaves;
- Verificar a proficiência dos aeronautas e aeronavegantes;
- Orientar os usuários e operadores do Sistema de Aviação Civil.

Quanto ao resultado efetivo, obteve-se a solução de 892 não conformidades e as ações implementadas apresentam ganhos operacionais, financeiros e na gestão operacional.

Com relação ao Processo “Achados e Perdidos nos aeroportos”, o Sistema de Achados e Perdidos (SISAP) foi finalizado e efetivada a capacitação de 60 empregados dos Centros de Negócios sobre o Processo Achados e Perdidos e sobre o SISAP, por meio de videoconferência. O ganho à gestão foi o monitoramento do Processo Achados e Perdidos, a redução do acúmulo de objetos não reclamados e a liberação de área operacional/comercial.

Quanto ao Processo de “Revisão da Sinalização horizontal, *mix* e operacionalidade dos pátios de aeronaves” foi realizado o diagnóstico de Mix de Pátio nos aeroportos da Rede, visando à melhoria da operação e o incremento dos negócios operacionais. O diagnóstico apresentou a necessidade de adequação do pátio de estacionamento de aeronave de 27 aeroportos.

O trabalho desenvolvido foi norteado pela aproximação Centros Corporativo e de Negócios, a partir de visitas técnicas, considerando a realidade de cada localidade e resolvendo os problemas em conjunto com o aeroporto, ouvindo com atenção cada ente envolvido no processo.

O trabalho teve como ganhos a adequação do Mix de Pátio – Correção de não conformidades no Processo Atender às Demandas Provenientes das Inspeções Aeroportuária (RIA) da Anac e do Processo de Certificação Operacional; Otimização do Mix de Pátio – Ampliação e ganho de performance; Segurança Operacional – Redução de índice de risco; e Ganhos Financeiros - Alocação de novos voos e redução de investimentos empregados.

No que tange à sinalização horizontal, os ganhos operacionais foram: adequação da sinalização horizontal, conforme regramento; otimização da infraestrutura aeroportuária; aumento da segurança operacional; e eliminação de não conformidades no Processo Atender às Demandas Provenientes das Inspeções Aeroportuária (RIA) da Anac e do Processo de Certificação Operacional.

Tendo em vista a necessidade regulamentar de prover uma área de segurança de fim de pista nos aeroportos em processo de certificação, foi realizado estudo sobre a implantação de *Runway End Safety Area* (RESA) - Área de Segurança de Fim de Pista, por meio de medida mitigadora, com a alteração das distâncias declaradas sem a necessidade de investimento financeiro em curto espaço de tempo de RESA dos Centros de Negócios de Aracaju/SE, Belém/PA, Campo Grande/MS, Foz do Iguaçu/PR, Goiânia/GO, Navegantes/SC, Londrina/PR, Teresina/PI e São Luis/MA. Esta ação sana a não conformidade do processo de certificação, promove a área de escape para as aeronaves no caso de uma saída acidental dos limites da pista, bem como da provisão de prazo para que a engenharia execute a solução definitiva dos mencionados Centros de Negócios.

Durante o ano de 2016 foram analisados mais de 400 relatórios entre de medição de atrito e macrotextura com vistas ao monitoramento da pista de pouso e decolagem por meio de medição de irregularidade longitudinal do pavimento. Este trabalho garantiu a manutenção adequada do pavimento das pistas de pouso e decolagem nos Centros de Negócios da Rede; a redução de risco operacional quanto à ocorrência de acidente e incidentes aeronáuticos; e o monitoramento das condições do pavimento das pistas de pouso e decolagem.

Gestão da Navegação Aérea



Desde as mudanças ocorridas por ocasião da reestruturação da Empresa em 2015, a área de Navegação Aérea vem buscando novas formas de gestão com o objetivo de melhorar o desempenho, alcançar resultados e atingir com êxito a sua missão na Infraero e no Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB).

A concentração das atividades administrativas, a melhoria contínua dos processos e a necessidade do uso mais eficiente dos recursos disponíveis são temas de destaque a serem perseguidos.

A subordinação direta da Estação Prestadora de Serviço de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA) à Navegação Aérea do Centro Corporativo permitiu a concentração da execução orçamentária e financeira, no que se refere às demandas técnicas, especializadas e finalísticas dessas unidades.

Focada em atender o aumento de demanda esperado para o período da realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio2016, a empresa implementou ações para garantir o pronto atendimento e a eficiência na prestação dos Serviços de Tráfego Aéreo (ATS) para um gerenciamento de fluxo seguro, fluído e eficiente. Para um evento dessa importância e projeção, foi executado um planejamento amplo, claro, objetivo e exequível para minimizar as possibilidades de impactos recorrentes de riscos identificados previamente, onde foram elencados pela área Navegação Aérea dez perigos que foram gerenciados de forma a manter o Nível Aceitável de Desempenho da Segurança Operacional (NADSO), que coordenou os trabalhos com a Equipe de Gerenciamento de Riscos. Todas as ações necessárias foram executadas prontamente pelas EPTAs envolvidas diretamente ao evento e algumas ações desenvolvidas pelas demais Estações.

Com relação aos projetos desenvolvidos, destaca-se a implantação do CAIS-Rio, órgão central, remoto, por intermédio do qual o usuário poderá apresentar seus planos de voo pela internet, telefone, fac-símile ou presencialmente, desonerando as Sala AIS das EPTAs dessas atribuições. Ciente da intenção de que o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) planejava a implantação do C-AIS na cidade do Rio de Janeiro para atender aos voos provenientes das Áreas de Controle Terminal do Rio de Janeiro e Macaé, a Infraero prontificou-se em implantar este C-AIS na EPTA Rio de Janeiro/Galeão que, à medida da sua implantação, paralelamente acarretará na desativação gradativa das Salas AIS das EPTA Rio de Janeiro/Santos Dumont e Jacarepaguá, com a consequente remoção dos Profissionais de Navegação Aérea que laboram nos Órgãos AIS dessas localidades para a EPTA Rio de Janeiro/Galeão. Para isso, foi criado o Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar toda a documentação (Concepção Operacional, Modelo Operacional, Documento de Gerenciamento do Risco à Segurança Operacional e Cronograma de Implantação do C-AIS e Autoatendimento nas Salas AIS Envolvidas) relativa à implantação em tela. Importante ressaltar que os

profissionais removidos para o C-AIS Rio de Janeiro continuarão desempenhando as mesmas atividades, porém em novo local, ainda que na cidade do Rio de Janeiro. Todas as ações do referido processo estão sendo coordenadas com as EPTAs e os demais órgãos envolvidos, de modo a assegurar a informação aos colaboradores, garantindo serviço de qualidade ao usuário, bem como à “Segurança Operacional”. Observação importante: o texto refere-se aos trabalhos desenvolvidos até dezembro de 2016.

Dentre os desafios enfrentados em 2016, destaca-se, ainda, a intensificação das tratativas referentes à criação da subsidiária de Navegação Aérea, que culminou na instituição de Grupo de Trabalho para conduzir o processo, em consonância com as diretrizes do Programa das subsidiárias, integrante do Portfólio de Programas e Projetos Estratégicos da Infraero 2016 e para expandir o trabalho e avançar nas minúcias de ordem técnica da área.

Outro desafio foi o encerramento do contrato celebrado entre Petrobras e Infraero, no qual a empresa era contratada para prestação de serviços especializados nas Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e Tráfego Aéreo offshore (produção de petróleo no mar) de Enchova, Marlim e Albacora e também da EPTA *onshore* (produção em terra) do Farol de São Tomé, cujos Serviço de Informação de Voo (FIS), a partir da Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo da Petrobras instalada em Plataforma Marítima foi prestado por mais de 33 anos, e por aproximadamente 18 anos no heliporto do Farol de São Tomé transportando os profissionais que trabalham nas unidades marítimas da Petrobras na Bacia Petrolífera de Campos (BPC). Em 2016, esse total chegou a aproximadamente 700 mil passageiros anuais, o equivalente a 2 mil passageiros diários.

Outras ações foram realizadas no exercício de 2016 como:

Acompanhamento das ações para a implementação da nova concepção operacional do Órgão de Controle de Aproximação da EPTA de Macaé/RJ; do projeto de Controle de Tráfego Aéreo (ATC) Guarulhos/SP que consiste na retomada das ações para implementar os procedimentos para pouso e decolagem simultâneas sob Condições meteorológicas de voo visual; do processo para substituição do Radar de Solo no Aeroporto de Guarulhos/SP; da homologação da Torre de Controle do Aeroporto da Pampulha/MG; da Implantação do Serviço Automático de Informação em Terminal Via Enlace de Dados. na EPTA de Guarulhos/SP e do Sistema de Vigilância Aérea Automático Dependente por Radiodifusão (ADS-B) na Bacia de Campos; do processo de transferência das atividades de navegação aérea realizadas pela Infraero nas plataformas da Petrobrás para a empresa AIRLIFT; e da integração ao Sistema Avançado de Gerenciamento de Informações de Tráfego Aéreo e Relatórios de Interesse Operacional (SAGITARIO) da EPTA Rio de Janeiro/Santos Dumont; da implantação do Sistema Integrado de Gestão de Movimentos Aéreos (SIGMA) nas Salas de Informação Aeronáutica das EPTA de Guarulhos/SP, Galeão/RJ, Rio de Janeiro/RJ, Belo Horizonte/MG e Campinas/SP.

Disponibilizada a versão de teste do Sistema de Diagnóstico e Prognóstico de Vento em Aeródromo (SDPVA), desenvolvido em parceria entre Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), EPTA de Guarulhos (TAGR) e outros envolvidos, projeto para otimização dos recursos de pista (escolha da melhor cabeceira para pousos e decolagens) do Aeroporto de Guarulhos/SP, a partir das informações geradas do equipamento meteorológico SODAR - *Sonic Detection And Ranging*, instalado e em funcionamento naquele aeródromo.

Realizadas Inspeções de Segurança Operacional de Navegação Aérea (ISONA) nas EPTAs de Campinas (TAKP), Guarulhos (TAGR), Jacarepaguá (TAJR), Galeão (TAGL) e Santos Dumont (TARJ), ferramenta proativa de Segurança Operacional para identificação de perigos e de aplicação do Gerenciamento de Recurso de Equipe (TRM) em 16 EPTAs com a finalidade de proporcionar aos participantes a capacitação para o trabalho em equipe.

Concluído o processo de certificação do SGSO da Navegação Aérea da Infraero. A Certificação é realizada através do aceite pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) do SGSO da Empresa. A conclusão do aceite é o resultado de Vitorias de Segurança Operacional e EPTA aplicados pela Assessoria de Segurança Operacional do Controle do Espaço Aéreo (ASEGCEA) que comprovou a implantação de todos os componentes e elementos previstos para a operação de um SGSO.

Gestão da Segurança Aeroportuária



Com o objetivo de melhorar continuamente a qualidade dos serviços prestados e garantir a segurança aeroportuária em atendimento aos requisitos normativos nacionais e internacionais, foram realizados, na área de Segurança Aeroportuária, diversos trabalhos que mereceram destaque no ano de 2016.

No que tange ao Monitoramento da Segurança foram elaboradas diversas especificações técnicas como a dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para bombeiros de aeródromo com vistas a resguardar a integridade física dos bombeiros de aeródromo durante atendimentos a ocorrências aeroportuárias e aeronáuticas; dos agentes extintores (líquido gerador de espuma – LGE e pó químico – PQ) com o objetivo de orientar licitação para o fornecimento de agentes extintores essenciais ao combate a incêndios em aeronaves e instalações aeroportuárias.

Foi realizada a avaliação técnica das amostras dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para bombeiros de aeródromo; a elaboração dos cálculos dos novos níveis de Proteção Contra Incêndio requeridos pelos aeroportos da Rede Infraero; e a implantação do bombeiro orgânico de aeródromo no Aeroporto de Congonhas/SP.

Para valorizar o capital humano da empresa, elevar os padrões de excelência dos serviços e reduzir despesas foi realizada a substituição do contrato de terceirização do serviço de prevenção, salvamento e combate a incêndio por empregados orgânicos no Aeroporto de Congonhas/SP. O projeto mostrou-se viável já que a empresa possuía efetivo excedente e experiente, alocado nos Aeroportos de São José dos Campos e Campo de Marte, ambos localizados no estado de São Paulo.

Com relação ao Planejamento da Segurança, destaque para a implementação de dois índices nacionais para controle do processo “Prover Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita (AVSEC)”: Índice Nacional de Credenciais não devolvidas com acesso as áreas restritas de segurança; e Índice Nacional de Rendimento Operacional de Agente de Proteção da Aviação Civil (APAC).

Foram realizadas 23 Auditorias de Segurança da Aviação e 29 Testes de Segurança da Aviação nos aeroportos da Infraero, bem como a validação e a implementação do Sistema de Avaliação de APAC (SADA), que monitora o índice de rendimento operacional dos APACs e a avaliação técnica do zoneamento de segurança dos aeroportos da Rede Infraero, para atendimento de requisito normativo e otimização da aplicação de recursos financeiros.

Ainda em 2016 foi realizado o acompanhamento do desenvolvimento e de melhorias dos sistemas de suporte à área de Segurança: Credenciamento (SICOA); Qualidade AVSEC (SAVSEC); Controle de Equipamentos de Inspeção (SICES) e acompanhamento da implementação da contratação por meio de Acordo de Nível de Serviço (ANS) dos contratos de Proteção da Aviação Civil em 12 aeroportos.

Dentre as realizações em 2016 na área de Segurança Aeroportuária, vale destaque para:

- Definição do modelo de operação do Sistema de Detecção de Explosivos (EDS) instalado no Aeroporto Internacional de Manaus;
- Elaboração de Manual Técnico para realização de Exercícios de Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita: Exercício de Simulação de Apoderamento Ilícito de Aeronave (ESAIA) e Exercício de Simulação de Ameaça de Bombas (ESAB); e
- Implantação do Índice de Qualidade de Segurança Aeroportuária (IQSA), que compõe o painel de acompanhamento de gestão da Presidência da Infraero.

Tratando-se de modernização da segurança foi realizado processo licitatório para aquisição de equipamentos detectores de traços explosivos (ETDN) e Pórticos Detectores de Metal; aquisição e distribuição de 8.050 quilos de pó químico (PQ) e 12.130 litros de líquido gerador de espumas (LGE) nos Centros de Negócios; aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI); administração de Ata de Registro de Preços para aquisição de Equipamentos de Proteção Respiratória (EPR) e Compressor de ar respirável. Aquisição de 10 EPRs sendo cinco unidades entregues na Seção Contra Incêndio (SCI) do Aeroporto Santos Dumont/RJ e cinco unidades na SCI do Aeroporto de Congonhas/SP; acompanhamento da implantação, do recebimento e do treinamento do Sistema de Detecção Automática de Explosivos (EDS) instalado no Aeroporto Internacional de Manaus/AM.

Muitas ações foram feitas para garantir a modernização da Segurança na Rede de aeroportos administrados pela Infraero, como o acompanhamento para implantação do Sistema de Detecção Automática de Explosivos (EDS) instalado no Aeroporto de Goiânia/GO.

Dentre os estudos e as pesquisas realizadas, merecem destaque o desenvolvimento de especificações técnicas para módulos de guaritas pré-moldadas ou pré-fabricadas e módulos de coberturas metálicas para vias de acesso; especificações técnicas para equipamentos móveis de inspeção por raios X (escâner e veículo automotor); especificações técnicas para Sistema de Controle de Acesso aos Passageiros e Tarifação com Utilização de Bloqueadores Automatizados, para acesso às salas de embarques, com coleta de dados por meio do sistema

de identificação por código de barras (padrão IATA BCBP); e o levantamento com os centros de negócios dos bens e veículos inservíveis para realização de leilão.

A área de Inteligência da Infraero realizou a transferência e a ativação da rede de dados segregada da Gerência de Inteligência – Rede (SAIN) que garante a guarda e a proteção dos conhecimentos e dados sensíveis produzidos pela Gerência de Inteligência ou oriundos de órgãos de inteligência externos, membros do Sistema Brasileiro de Inteligência, atendendo aos requisitos de segurança e salvaguarda de informações do SISBIN.

Participou de várias etapas do trabalho para a representação da Infraero nos Centros de Inteligência (Nacional, dos Jogos e Regionais) durante o evento “Jogos Olimpíadas e Paralimpíadas Rio2016”, com o objetivo de prever e prover recursos e ações necessárias para que a Infraero representasse com excelência a sua participação nas Olimpíadas 2016, além de enaltecer e solidificar o nome e a imagem institucional no cenário de integração das forças de inteligência nacional.

Durante o exercício, vários treinamentos para capacitação de pessoal foram coordenados, entre eles o Estágio Especial de Inteligência para Órgãos Cíveis (EEIOC) promovido pela Escola Militar de Inteligência do Exército Brasileiro e o Curso de Noções do Fenômeno Terrorista, promovido pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

Foi dada continuidade da modernização do processo de avaliação de riscos dos aeroportos da Rede Infraero, com foco na Segurança da Aviação Civil (AVSEC), com vistas à maior precisão, à confiabilidade e à credibilidade dos resultados obtidos no processo de avaliação de risco AVSEC.

O ano de 2016 confirmou-se o ingresso da Infraero, como membro permanente, no Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), o que garantiu a integração com os demais Órgãos de Inteligência do Sistema, permitindo o acesso às informações privilegiadas que possibilitam subsidiar processos decisórios na administração dos aeroportos da Rede Infraero.

As atuações no Centro de Inteligência Nacional (Brasília), no Centro de Inteligência dos Jogos (Rio de Janeiro) e nos Centros de Inteligência Regionais (São Paulo, Manaus, Belo Horizonte e Salvador) durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro de 2016, consolidaram a Inteligência da Infraero em prover informações oportunas. E também o reconhecimento das equipes que atuaram nesses Centros, como eficientes e comprometidas no sucesso da realização dos jogos de 2016. Ao final desse ciclo de eventos, a Infraero constatou uma melhoria de conhecimento e experiência nessa área.

DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Principais resultados e indicadores

No ano de 2016, a economia brasileira passou por grande período de recessão com retração do consumo e da entrada de investimentos estrangeiros, instabilidade do preço do dólar e da taxa de juros, bem como contínuos aumentos da taxa de desemprego, quedas no PIB e no comércio exterior, gerando redução na importação devido à desvalorização cambial e no poder de consumo dos brasileiros e baixas expectativas de produção nas empresas importadoras de insumos.

A forte queda do consumo advém do cenário de acelerada inflação (IPCA) pelo qual o Brasil passou. Esse indicador disparou em 2015, subindo para 10,67%, e encerrou o ano de 2016 em 6,29%.

Tais fatores afetam diretamente o mercado de aviação civil impactando o movimento de passageiros e aeronaves, bem como a movimentação de carga nos terminais aéreos de todo o País. De uma maneira geral, o desempenho da economia brasileira tem sido considerado um dos principais fatores da retração da demanda por transporte aéreo no Brasil. Desse modo, assim como ocorreu em 2015, não houve melhora nos dados do setor aéreo em 2016.

Outro fator impactante nas contas da Infraero foi o processo de transferência dos cinco aeroportos mais lucrativos da rede, pelo Governo Federal, à iniciativa privada e a desativação do Aeroporto de Natal/RN, em virtude do novo complexo aeroportuário de São Gonçalo do Amarante, também, concedido à iniciativa privada. À exceção do Aeroporto de Natal/RN, todos os demais aeroportos concedidos passaram a ser administrado por uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), na qual a Infraero detém 49% do capital. Com isso, totaliza-se a saída de seis aeroportos da rede Infraero desde 2012.

No intuito de minimizar os impactos desse cenário, a Infraero concentrou a gestão financeira no aumento da arrecadação de recursos e otimização dos gastos com o estabelecimento sistemático de metas de arrecadação de receitas e redução de despesas para cada aeroporto da rede.

Destaca-se, ainda, que a Infraero realizou em 2016 o desligamento voluntário de 1.139 empregados no Programa de Desligamento Voluntário Incentivado (PDITA), totalizando 2.564 empregados desligados desde 2012. Os desligamentos realizados em 2016 foram pagos com recursos transferidos pelo Governo Federal, no montante de R\$ 404,8 milhões. Foram investidos até o momento R\$ 679,1 milhões no PDITA com redução das despesas de pessoal em R\$ 731,5 milhões, ou seja, os recursos aplicados já foram integralmente recuperados.

Na avaliação dos resultados, a receita bruta apresentou crescimento de 8,4% em relação ao ano anterior. Os custos dos serviços prestados aumentaram 4,2%, abaixo dos percentuais apurados nos exercícios anteriores, em função, principalmente, da adesão de empregados ao programa de demissão voluntários e da otimização dos custos.

Em se tratando dos investimentos, foram aplicados R\$ 1.293,6 milhões na infraestrutura aeroportuária com recursos do Governo Federal. O montante de R\$ 641,5 milhões foram investimentos em empreendimentos e equipamentos da Infraero que integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), R\$ 41,9 milhões nos demais investimentos em obras e

equipamentos e R\$ 608,9 milhões na integralização do capital social das concessionárias dos Aeroportos de Brasília/DF, Campinas/SP, Guarulhos/SP, Galeão/RJ e Confins/MG.

Em relação aos indicadores apurados em 2016, na qual é utilizado o índice WLU (*work load unit - Unidade de Carga de Trabalho - UCT*), que representa um passageiro ou cem quilogramas de carga, verificou-se queda de 6,7% em função da redução da demanda, o que influenciou consideravelmente os resultados da Empresa, passando de 113,5 milhões para 105,8 milhões em 2016.

Destaca-se que a produtividade medida pela Receita Bruta por WLU foi de R\$ 27,80 por unidade operada, resultado 16,2% superior ao apurado no exercício anterior e pelos Passageiros por Empregado Orgânico caiu 1,5%, com isso, verifica-se que a queda da demanda foi parcialmente compensada pela redução de efetivo desligado no PDITA.

Quando considerada a relação do WLU com custo dos serviços prestados verifica-se redução de 10,5% em relação a 2015.

Resultados	Unidade	2016	2015	%
Receitas Brutas	R\$ milhões	2.946,8	2.718,7	8,4
Custo dos Serviços Prestados	R\$ milhões	2.320,8	2.226,5	4,2
Lucro Bruto	R\$ milhões	626,1	492,2	27,2
Ebitda Ajustado ⁽¹⁾	R\$ milhões	1.517,7	(175,2)	-
Investimentos	R\$ milhões	1.293,6	1.849,0	(30,0)
Passageiros	milhões	104,8	112,3	(6,7)
Aeronaves	mil	1.584,4	1.818,2	(12,9)
Carga Aérea	mil ton	104,5	116,1	(10,0)
Work Load Unit - WLU ⁽²⁾	milhões	105,8	113,5	(6,7)

Indicadores de Desempenho				%
Margem Ebitda ⁽¹⁾	%	51,5	(6,4)	
WLU por Força de Trabalho	mil	29,0	25,9	11,8
WLU por Custo dos Serviços Prestados	mil	45,6	51,0	(10,5)
Receita Bruta por WLU	R\$	27,8	24,0	16,2
Passageiro por Empregado	Pax mil	9,0	9,1	(1,5)
Investimento por Empregado	R\$ mil	110,7	149,9	(26,1)
Investimento por WLU	R\$	12,2	16,3	(25,0)

Notas:

(1) Ebitda Ajustado - Lucro antes de juros, impostos, depreciação, amortização, provisões, resultado da equivalência patrimonial, PDITA e OBU.

(2) WLU - equivalente a 1 passageiro ou 100 kg de carga

EBTIDA Infraero em 2016

A retração econômica do Brasil impactou diretamente o setor aéreo, reduzindo a demanda por voos domésticos e internacionais. Tais fatos impactaram o resultado financeiro da Infraero ocasionando queda na arrecadação de receitas e aumento dos custos devido a inflação.

Com a concessão dos aeroportos realizadas no período de 2012 a 2014, Guarulhos/SP, Brasília/DF e Viracopos/SP (2012); Galeão/RJ e Confins/MG (2014), bem como a desativação do aeroporto de Natal/RN (2014), a Infraero acumulou prejuízo de R\$ 7,79 bilhões de 2013 a 2015. Tal fato deve-se a relevância financeira que estes possuíam na Empresa. Os seis

aeroportos juntos, em relação à rede de aeroportos da Infraero de 2012, respondiam por cerca de 44% dos passageiros operados, 28% das Aeronaves, 62% da carga aérea e respondiam por 53% do faturamento total da rede.

Outra consequência das concessões que contribuiu para o aumento do prejuízo da Infraero foi o excedente de pessoal desses aeroportos que não foi absorvido pelos concessionários. Da média de 3.880 empregados oriundos dos aeroportos concedidos 87% permaneceram na Infraero.

Tais fatos foram determinantes para o adiamento do repasse do Ataero (Adicional de Tarifa Aeroportuária) para suportar gastos operacionais de dezembro/2013 até dezembro/2016. O montante retido até o final do exercício foi de R\$ 1.578,8 milhões.

(Em R\$ milhões)

Descrição	2013 ⁽¹⁾	2014	2015	2016	Total
Parcela Embarque Internacional	8,0	99,1	40,1	15,3	162,5
Atualização Parcela Embarque Internacional ⁽²⁾	2,5	20,9	4,3	0,6	28,2
Total retenção Parcela Embarque Internacional	10,4	120,0	44,4	15,8	190,7
Ataero (Profaa/Federal) ⁽³⁾	13,1	559,0	473,7	533,0	1.578,8
Total Ataero Arrecadado	23,5	679,0	518,1	548,9	1.769,4
Valor Repassado (TEI)	(10,3)	-	-	(180,4)	(190,7)
Saldo remetido em 2016	13,2	679,0	518,1	368,5	1.578,8

(1) Valores Dezembro/2013 quando iniciaram as retenções

(2) Valores atualizados até dezembro/2016 pelo IPCA

(3) Inclui os valores contabilizados no Contas a Receber em 31/12/2016

Em julho de 2016, foi editada a Lei nº 13.319 incorporando o Ataero às tarifas, a partir de janeiro/2017, e remetindo os débitos decorrentes do Adicional de Tarifa Aeroportuária acumulados pela Infraero de dezembro/2013 a dezembro/2016. O montante de R\$ 1.578,8 milhões de Ataero retido foi contabilizado como receita e apurados os impostos devidos.

Em decorrência desse fato, o EBITDA (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação, Amortização e Resultado da Equivalência Patrimonial) foi de R\$ 1.517,7 milhões ante o resultado negativo de 2015 de R\$ 175,2 milhões. A margem EBITDA encerrou o exercício em 51,5%, ante a margem negativa de 6,4% em 2015.

Desempenho Operacional

Descrição	Unidade	2016	2015	%
Passageiros	PAX milhões	104,8	112,3	(6,7)
.Doméstico	PAX milhões	103,0	110,2	(6,5)
.Internacional	PAX milhões	1,7	2,1	(16,3)
Carga Aérea	TON mil	104,5	116,1	(10,0)
.Importação	TON mil	68,7	78,6	(12,6)
.Exportação	TON mil	35,8	37,5	(4,6)
Aeronaves	AER mil	1.584,4	1.818,2	(12,9)
.Doméstico	AER mil	1.560,4	1.789,2	(12,8)
.Internacional	AER mil	24,0	28,9	(17,1)
Força de Trabalho (Média anual)	Unt.	21.485	24.028	(10,6)
.Orgânicos (Média anual)	Unt.	11.682	12.333	(5,3)
.Terceirizados (Média anual)	Unt.	9.803	11.695	(16,2)

Nota: Movimento operacional sem os dados dos aeroportos de Galeão, Confins e Natal a partir da data da concessão

Diante do cenário econômico do País e a alta do dólar em 2016, o setor aéreo foi afetado por forte queda de demanda.

Segundo divulgado pela Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abeaer), que representa Gol, Latam, Azul e Avianca, o transporte aéreo doméstico brasileiro apresentou os resultados mais fracos desde 2012 na oferta e volume de passageiros transportados.

Com isso, o movimento operacional da Infraero apresentou queda em todos os segmentos. O movimento de passageiros encerrou com total de 104,8 milhões de passageiros embarcados e desembarcados, redução de 6,7% em relação a 2015, sendo que o movimento internacional apresentou queda de 16,3%.

O segmento de aeronaves apresentou redução de 12,9%, totalizando 1.584,4 mil aeronaves operadas ante 1.818,2 mil em 2015. A redução mais acentuada na movimentação de aeronaves deve-se, principalmente, a revisão da malha pelas empresas aéreas e a substituição de aeronaves por outras de maior porte devido à queda de demanda.

No movimento de carga, a redução verificada foi de 10,0%. As importações encerraram com 68,7 mil toneladas, redução de 12,6% e as exportações com 35,8 mil toneladas movimentadas, redução de 4,6%. O setor foi afetado, principalmente, pelo aumento do dólar, que reflete nos modais aéreo, rodoviário e marítimo em todo País.

Quanto à força de trabalho, houve redução de 5,3% no efetivo orgânico da Infraero devido ao Programa de Incentivo à Transferência e à Aposentadoria (PDITA).

Resultado Financeiro

(Em milhões)

Descrição	2016	2015	%
Receita Bruta	2.946,8	2.718,7	8,4
. Aeronáuticas	1.743,4	1.557,1	12,0
. Comerciais	1.203,4	1.161,6	3,6
Resultado Operacional Recorrente	(120,6)	(221,7)	-
Custo dos Serviços Prestados	2.320,8	2.226,5	4,2
Despesas Operacionais	1.156,1	911,9	26,8
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	1.517,7	(175,2)	(966,1)
Lucro/Prejuízo Líquido antes dos Investimentos da União	(110,1)	(2.118,9)	(94,8)
Lucro Líquido/Prejuízo do Exercício	(751,7)	(3.049,7)	(75,4)
Dividendos - Juros s/Capital Próprio	-	-	
Partic. Empregados e Dirigentes no Resultado	-	-	

1) EBITDA Ajustado - Lucro antes dos impostos, juros, da depreciação, amortização, provisões, resultado da equivalência patrimonial, PDITA e OBU.

O montante de receita arrecadada no exercício foi de R\$ 2.946,8 milhões com aumento de 8,4% em relação a 2015, das quais R\$ 1.743,4 milhões são receitas aeronáuticas e R\$ 1.203,4 milhões são receitas comerciais. Apesar da queda na demanda operacional, as receitas apresentaram aumento em decorrência, principalmente, do reajuste anual das tarifas aeroportuárias (embarque, conexão, pouso e permanência), autorizado pela Portaria nº 194/SRA/2016, de 12,4% (IPCA – Fator X) a partir da segunda quinzena de fevereiro/2015 e do reajuste de 72% da tarifa de uso das comunicações e dos auxílios-rádio à navegação aérea em área de controle de aproximação (TAT-APP) e da tarifa de uso das comunicações e dos auxílios-rádio à navegação aérea em área de controle de aeródromo (TAT-ADR), ocorridas em outubro de 2015 por meio da Portaria nº 1194/GCE/2015, com o objetivo de compensar o prejuízo operacional da atividade.

As receitas comerciais apresentaram aumento de 3,6%, com destaque para o crescimento de 6,1% das receitas de concessão de áreas, reflexo do estabelecimento sistemático de metas de arrecadação de receitas para os aeroportos da rede.

No tocante ao custo dos serviços prestados, o aumento foi de 4,2% em relação ao exercício anterior, chegando ao montante de R\$ 2.320,8 milhões. Houve crescimento controlado das despesas devido a gestão de otimização dos custos com crescimento de 7,8% dos serviços contratados e 7,0% dos serviços públicos. Os custos com pessoal apresentaram crescimento de 3,2%, crescimento abaixo da inflação apurada no período de 6,3%.

As despesas operacionais apresentaram aumento de 26,8% no período devido ao pagamento de imposto incidentes sobre a receita devido a remissão do Ataero.

Com isso, o Prejuízo Líquido (depois dos investimentos para União) do período foi de R\$ 751,7 milhões com destaque para os seguintes fatores:

- perda com equivalência patrimonial com base nos resultados apurados pelas concessionárias dos aeroportos concedidos, nas quais a Infraero mantém participação acionária de 49% no montante de R\$ 632,4 milhões;

- reversão da provisão das ações cíveis e trabalhistas (Tabela de Atualização de Débitos Trabalhistas do Tribunal Superior do Trabalho) em decorrência da revisão das ações de perdas certas e prováveis e execuções judiciais trabalhistas, no montante de R\$ 38,3 milhões;
- provisão de perda no cálculo atuarial dos benefício pós-emprego no montante de R\$ 227,6 milhões, relativo aos planos de previdência privada e programa de assistência médica da Infraero;
- reversão da provisão para redução ao valor recuperável – *impairment*, considerando que a recuperabilidade dos ativos da Infraero foi calculada com base na estimativa dos fluxos de caixa futuros dos aeroportos da rede para o período de 5 anos, R\$ 125,7 milhões, em decorrência, principalmente, da incorporação do Ataero na tarifa a partir de janeiro/2017;
- reversão da provisão do incentivo dos empregados que aderiram ao PDITA (Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria) no montante de R\$ 181,5 milhões, em decorrência dos desligamentos realizados.

Destaca-se o reconhecimento no Balanço de 2016 da avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial – MEP considerando o período-base dezembro, conforme previsto na Lei nº. 6.404/76, artigo 248, inciso I, o montante de perda apurado de R\$ 632,4 milhões. As SPE's de Guarulhos e Galeão apresentaram as maiores perdas chegando ao montante de R\$ 171,5 milhões e R\$ 176,7 milhões, respectivamente. Tal provisão foi a mais relevante na apuração do Prejuízo Líquido da Infraero de R\$ 751,7 milhões em 2016.

Ativos, Passivos e Gestão Financeira

Descrição	(Em milhões)		
	2016	2015	%
Ativo	3.949,3	3.080,1	28,2
Circulante	1.388,3	673,5	106,1
Não Circulante	2.561,1	2.406,5	6,4
Caixa e Equivalentes de Caixa	683,7	108,5	530,3
Superávit/Déficit Financeiro	531,2	45,5	1.067,7
Passivo	3.949,3	3.080,1	28,2
Circulante	918,0	2.191,7	(58,1)
Não Circulante	6.990,3	3.842,4	81,9
Patrimônio Líquido	(3.958,9)	(2.954,0)	34,0

Os Ativos totais da Empresa apresentaram aumento de 28,2%, chegando ao montante de R\$ 3.949,3 milhões.

O aumento de 106,1% no Ativo Circulante deve-se ao saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa que encerrou o exercício com R\$ 683,7 milhões em decorrência do montante recebido de aporte de Capital do Governo Federal, para investimentos e para o desligamento de empregados no PDITA, sendo verificado superávit financeiro primário de R\$ 531,2 milhões.

No Ativo Não Circulante destaca-se o aumento do grupo Investimentos em função dos aportes de capital nas Sociedades de Propósitos Específico (SPE's), concessionárias dos aeroportos

concedidos onde a Infraero detém 49% do capital social. Foram aportados em 2016 R\$ 608,9 milhões no capital social das SPE's, sendo R\$ 213,9 milhões na SPE do Galeão, R\$ 171,5 milhões na SPE de Guarulhos, R\$ 23,4 milhões na SPE de Campinas, R\$ 170,8 milhões na SPE Confins e R\$ 29,4 milhões na SPE de Brasília.

O Passivo Circulante apresentou redução de 58,1% no período em função da baixa dos recursos de terceiros provenientes da dívida do Ataero, onde a Lei nº. 13.919/2016 remitiu tais débitos acumulados pela Empresa até 31/12/2016 no montante de R\$ 1.578,8 milhões, o qual foi revertido do passivo para receita.

O aumento de 81,9% apresentado no Passivo Não Circulante decorre, principalmente, da liberação de recursos de aporte de capital pelo Governo Federal. Foram aportados em 2016 R\$ 2.357,0 milhões registrado como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, o qual será integralizado ao capital após a emissão do decreto de aumento de capital da Infraero pela Presidência da República. Desse montante recebido, R\$ 1.854,1 milhões são da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2016 para investimentos em obras e pagamento de indenizações do PDITA e R\$ 269,4 milhões do Resto a Pagar – RAP de 2015 e R\$ 233,5 milhões de RAP de 2014. O montante registrado de AFAC é de R\$ 4.423,1 milhões.

Destaca-se ainda, o montante registrado das obrigações atuariais de assistência médica pós emprego, R\$ 1.847,8 milhões, e previdência privada da Infraero, R\$ 17,4 milhões para atender a normatização contábil (Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados) que determina quando e de que forma o custo de benefícios a empregados deve ser reconhecido pela empresa empregadora de empregados que irão permanecer no Plano de Saúde após o desligamento da empresa.

Plano de Investimento da Infraero

Descrição	(Em milhões)		
	2016	2015	%
a) Com Recursos Próprios da INFRAERO:	683,4	1.065,7	(35,9)
. Equipamentos/Terrenos	41,9	134,8	
. Obras e Equipamentos (Próprios/Aporte)	641,5	930,9	
b) Aporte de Capital nas SPE's	608,9	782,3	(22,2)
. Aporte de Capital	608,9	782,3	
Total dos Dispendios da INFRAERO	1.292,3	1.848,0	(30,1)
c) Com Recursos de Convênios	1,3	1,0	27,2
Total de Investimentos	1.293,6	1.849,0	(30,0)

Dando continuidade às medidas inerentes ao Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos do Governo Federal, que tem como objetivo melhorar a qualidade dos serviços e da infraestrutura aeroportuária do País, a Infraero investiu em 2016 o montante de R\$ 1.292,6 milhões, sendo R\$ 683,4 milhões em obras, construção, ampliação e modernização da infraestrutura aeroportuária constante do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e

aquisição de equipamentos operacionais e de segurança, obras em pistas de pouso e decolagem e demais investimentos em infraestrutura aeroportuária e R\$ 608,9 milhões em aporte de capital nas SPE concessionárias dos aeroportos concedidos de Brasília/DF, Campinas/SP, Guarulhos/SP, Galeão/RJ e Belo Horizonte (Confins)/MG. Foi investido ainda o montante de R\$ 1,3 milhões de convênios. Os investimentos foram executados com recursos recebidos do Governo Federal previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA).

DESEMPENHO SOCIAL

Gestão de Pessoas

A Empresa deu continuidade, em 2016, ao desenvolvimento do novo modelo de gestão do Programa de Assistência Médica da Infraero (PAMI). O trabalho, cujas ações estão em andamento, está inserido nos Projetos Estratégicos da Infraero e tem por objetivo garantir a perenidade do PAMI. Dentre as ações em andamento destacam-se a avaliação do mercado de saúde suplementar e suas opções de modelo de gestão, custeio e forma de contratação.

O Programa tem como benefícios: manter preservada a qualidade da assistência à saúde dos empregados; gerenciar o passivo financeiro referente ao pós-emprego em função da concessão do benefício aos aposentados; minimizar o risco financeiro de todos os envolvidos, patrocinador (Infraero) e empregado (coparticipação), nos tratamentos de alto custo, possibilitando a ambos a previsibilidade financeira; e projetar o custo da Infraero em função do modelo de participação da Empresa e do empregado titular.

Foi desenvolvido o projeto do novo Plano de Cargos, Carreira e Salários e do Plano Executivo de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho 2016/2018, além de dar início à elaboração do Mapa de Desenvolvimento para as Competências Básicas e Gerenciais.

Vários projetos pedagógicos dos cursos foram destaque em 2016, como Foco no Cliente; Gestão de Processos e Relacionamento Interpessoal, na modalidade de Educação à Distância (EAD).

Foi homologado o módulo de inserção de perfis de competências no sistema informatizado AVALIE, bem como a definição e a inserção das áreas de conhecimento, com base na estrutura organizacional e das Competências Básicas, Específicas e Gerenciais no AVALIE.

Com base nos trabalhos voltados para a área de Consultoria de Pessoas, foi concluído o trabalho de dimensionamento inicial de efetivo dos Centros de Negócios e Centros de Suporte; o dimensionamento inicial de efetivo do Centro Corporativo; a homologação do Sistema Banco de Oportunidades; e as implementações das promoções horizontais por antiguidade, além das orientações e dos cálculos referentes à Progressão Especial para os empregados que obtiveram ganho judicial.

Educação Corporativa

A Educação Corporativa da Infraero atua na promoção da segurança operacional dos aeródromos, capacitando as lideranças e o corpo técnico-administrativo e desenvolvendo o capital humano, preparando-os para os desafios das atividades aeroportuárias.

A Infraero, com a experiência acumulada nesses 44 anos, desenvolveu vasto programa de capacitação e formação profissional, com foco no aperfeiçoamento e na segurança das operações aeroportuárias, em sintonia com o cumprimento de toda a legislação que regula a aviação civil brasileira.

O corpo técnico-pedagógico é formado por profissionais que atuam em diversas atividades aeroportuárias, com vasta experiência e com formação heterogênea.

A educação Corporativa trabalhou em duas linhas paralelas de treinamento que em muitos momentos se cruzam: os treinamentos para gestores, voltados ao desenvolvimento de competências técnicas e de liderança que preparam os profissionais para os desafios da gestão aeroportuária, e os de capacitação técnica, voltada para a formação e a atualização do corpo técnico-administrativo da Empresa.

Todos os treinamentos são ministrados em conformidade com os padrões internacionais de aviação civil e com as melhores práticas da infraestrutura aeroportuária.

Em 2016, foram realizados 5.475 eventos, com a participação de profissionais da Infraero, do Governo, da comunidade aeroportuária presente em suas dependências, e dos aeroportos administrados pelas Concessionárias, e pelos Estados e Municípios. Foi realizado um grande esforço para atender a todos os aeroportos envolvidos direta e indiretamente na recepção dos turistas e nas delegações participantes das Olimpíadas e Paralimpíadas.

A comercialização de treinamentos atendeu, além dos concessionários e de empresas da aviação civil, a Secretaria de Aviação Civil (SAC), em contrato firmado para desenvolvimento do Programa Treinar, para a capacitação dos empregados dos aeroportos regionais.

Ética Empresarial

A Comissão de Ética da Infraero, instituída em 1994, trata de assuntos relativos à conduta ética dos seus empregados e atua como instância consultiva dos dirigentes e dos empregados aplicando o Código de Ética Empresarial da Empresa, por meio de ações educativas e corretivas. Esse Código apresenta os valores e os compromissos éticos com as partes interessadas nos negócios, e os padrões de conduta esperados por parte dos colaboradores no desempenho de suas atividades.

A Comissão de Ética da Infraero tem por um de seus objetivos a difusão educativa dos valores e dos princípios norteadores da conduta empresarial e a prevenção de conflitos de relacionamentos e de interesse, contribuindo para o fortalecimento de uma gestão ética e transparente.

Nesse sentido, a Comissão disseminou recomendações de caráter geral, para todos os empregados da Rede Infraero, de modo que sejam evitadas situações de utilização de bens da Empresa para fins particulares, violência psicológica no trabalho, assédio moral, conflitos de interesses, discriminações, orientações aos agentes públicos por ocasião dos jogos olímpicos e paraolímpicos, recebimento de brindes e presentes, orientando o adequado comportamento esperado no âmbito da organização e promovendo a boa convivência corporativa entre os empregados.

Dentre as ações preventivas, registram-se as orientações, as consultas e os esclarecimentos prestados aos empregados das diversas dependências por meio do correio eletrônico da Comissão de Ética, pelos e-mails dos integrantes da Comissão, por telefone ou presencialmente.

Ainda em 2016, a Infraero e outras 19 empresas estatais, participaram do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais, que tem por objetivo geral buscar o desenvolvimento e o fortalecimento dos princípios governamentais e empresariais de Gestão da Ética, de forma

a aprimorar o relacionamento das empresas estatais com os seus diversos públicos e com a sociedade em geral.

Relacionamento com o Público

Além de desenvolver projetos educativos e de promoção da cidadania, a Infraero busca se aproximar das comunidades aeroportuárias e do entorno dos aeroportos de forma a manter o diálogo permanente.

O relacionamento com o público interno tem o objetivo de integrar os empregados e disseminar os valores e a cultura da Empresa.

Nesse sentido, utiliza os principais veículos e ferramentas de comunicação e estabelece canal direto com os colaboradores e clientes. São diversos meios, com destaque para o jornal eletrônico Sem Escalas, que é produzido em formato de blog e hospedado na Infranet. O canal divulga, diariamente, informações institucionais atualizadas. É uma ferramenta que permite a interação com os empregados. Nos Informes Corporativos, enviados diariamente, a Empresa busca divulgar assuntos das diversas áreas da Infraero.

Além de fazer uso de canais para comunicar os profissionais da Infraero, diversas campanhas foram realizadas em 2016, como a de combate ao *Aedes aegypti*, um trabalho de sensibilização e mobilização dos empregados para o combate a esse mosquito, apoiando o movimento nacional; peças de oportunidades com foco em datas comemorativas, entregas e celebrações; peças de sustentação de rotinas da área de Gestão de Pessoas, como forma de aproximar o empregado; campanha de valorização do corpo funcional; campanha nacional de Conservação Auditiva e de Prevenção de Acidentes.

Em 2016 foi realizada pesquisa de satisfação com os canais e conteúdos divulgados pela Comunicação Interna, com vistas a orientar o plano de comunicação interna para o exercício de 2017; implantado o Infrabook, uma rede social corporativa que irá monitorar as publicações e acionar as áreas para que as questões dos empregados sejam respondidas de forma transparente; e a implantação do Mautic, que permite verificar o engajamento dos empregados às informações divulgadas.

Com relação à promoção da marca Infraero, foi desenvolvida a campanha de ativação do judô, o hotsite do judô, modalidade esportiva Olímpica e Paralímpica patrocinada pela Infraero.

A Infraero, como empresa cidadã, preparou campanha intensiva com apoio da imprensa, para reforçar o dia Internacional da Não Violência contra a Mulher. Foram produzidas peça que foram aplicadas nos Aeroportos de Congonhas/SP e Santos Dumont/RJ, além de vídeo veiculado nos monitores dos aeroportos e nas TVs de bordo das companhias aéreas parceiras na ação.

Balanco Social

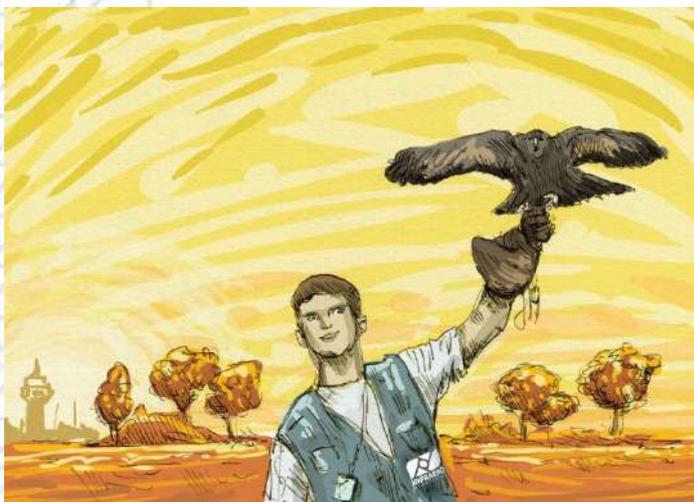
O Balanço Social, instrumento estratégico, tem por objetivo avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa. Para acompanhar e avaliar a ampliação de práticas socialmente responsáveis na gestão dos seus negócios, a Infraero adota o Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais Econômicas (IBASE).

1 - Base de Cálculo		2016 Valor (Mil reais)			2015 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)		2.839.953			2.650.093		
Resultado operacional (RO)		-110.149			-2.118.857		
Folha de pagamento bruta (FPB)		2.038.663			1.655.147		
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		157.787	7,74%	5,56%	152.158	9,19%	5,74%
Encargos sociais compulsórios		346.479	17,00%	12,20%	329.313	19,90%	12,43%
Previdência privada		59.983	2,94%	2,11%	57.212	3,46%	2,16%
Saúde		183.449	9,00%	6,46%	165.182	9,98%	6,23%
Segurança e saúde no trabalho		1.111	0,05%	0,04%	1.192	0,07%	0,04%
Educação		157	0,01%	0,01%	3.879	0,23%	0,15%
Cultura		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional		7.731	0,38%	0,27%	7.831	0,47%	0,30%
Creches ou auxílio-creche		6.841	0,34%	0,24%	5.822	0,35%	0,22%
Participação nos lucros ou resultados		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos		763.538	37,45%	26,89%	722.589	43,66%	27,27%
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação		91	0,08%	0,00%	98	0,00%	0,00%
Cultura		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte		2.250	2,04%	0,08%	2.250	-0,11%	0,08%
Combate à fome e segurança alimentar		390	0,35%	0,01%	407	-0,02%	0,02%
Outros		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade		2.731	2,48%	0,10%	2.755	-0,13%	0,10%
Tributos (excluídos encargos sociais)		295.709	268,46%	10,41%	104.368	-4,93%	3,94%
Total - Indicadores sociais externos		298.440	270,94%	10,51%	107.123	-5,06%	4,04%
4 - Indicadores Ambientais		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa		127	0,12%	0,00%	2.971	-0,14%	0,11%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		7.549	6,85%	0,27%	3	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente		7.676	6,97%	0,27%	2.974	-0,14%	0,11%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa		(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2016			2015		
Nº de empregados(as) ao final do período		10.980			12.211		
Nº de admissões durante o período		48			46		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		9.842			11.695		
Nº de estagiários(as)		126			31		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		5.662			6.505		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		3.424			3.788		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		26,32%			26,56%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		3.704			4.135		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		32,68%			28,99%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		39			40		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2016 Valor (Mil reais)			Metas 2017		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		22,52			22,52		
Número total de acidentes de trabalho		53			53		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(X) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:		() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:		() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		(X) não se envolve	() apóia	() organiza e incentiva	(X) não se envolverá	() apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		na empresa 7.408	no Procon 13	na Justiça 117	na empresa 7.308	no Procon 13	na Justiça 117
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		na empresa 93,5 %	no Procon %	na Justiça %	na empresa 100 %	no Procon %	na Justiça %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 2016:			Em 2015:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		17,89% governo 72,40% colaboradores(as) 0% acionistas 34,07% terceiros (24,36)% retido			161,75% governo 856,34% colaboradores(as) 0% acionistas 58,46 % terceiros (1.418,69)% retido		
7 - Outras Informações							

INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária. CNPJ 00.352.294/0001-10 - CÓDIGO 52.40-1-01 - Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem - Brasília - DF. A Infraero não utiliza de mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de crianças ou adolescente e não está envolvida com corrupção. Nossa Empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externa.

DESEMPENHO AMBIENTAL

Meio Ambiente - Uma Relação Consciente



No que diz respeito ao meio ambiente, em 2016 a Infraero desenvolveu várias ações, projetos e programas como: licenciamento ambiental, inventário florestal para proteção da fauna e flora, resíduos sólidos, controle da fauna, riscos ambientais, gestão energética, gestão de ruídos, emissão de poluentes atmosféricos sustentabilidade e recursos hídricos.

O trabalho desenvolvido pela área de Meio Ambiente da empresa propiciou

a obtenção de 21 licenciamentos para aeroportos e empreendimentos de médio e grande portes, sendo 14 renovações de Licença de Operação (LO) e 07 renovações de Licença de Instalação (LI).

Com relação ao Programa Conservação do Solo e Flora, vale destacar o início da parceria firmada pelo Aeroporto de Fortaleza com a Embrapa para pesquisa com grama não atrativa de fauna e adaptável ao clima local.

No tocante às áreas com solos expostos, os Aeroportos de Recife/PE, Aracaju/SE, Manaus/AM, Paulo Afonso/BA, Curitiba/PR e Juazeiro do Norte/CE realizaram ações de replantio em áreas degradadas.

O Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, em consideração ao novo perfil da Rede Infraero, definiu diretrizes para orientar a engenharia da empresa no desenvolvimento de projetos padronizados de Centrais de Resíduos.

No que tange ao Programa Fauna, foram realizadas 23 Identificações do Perigo da Fauna (IPF) e 23 Programas de Gerenciamento do Risco da Fauna (PGRF). Esses documentos, IPF e PGRF, são estabelecidos na RBAC nº 164/2014 da Anac.

O Programa Gerenciamento de Riscos Ambientais foi substituído pelo Programa *Compliance Ambiental*, que tem como diretriz fazer cumprir as normas legais e regulamentares, as políticas e as diretrizes estabelecidas para a Empresa, bem como evitar, detectar e tratar qualquer desvio ou inconformidade que possa ocorrer pelo não atendimento das premissas dos demais programas ambientais da empresa.

Sobre o Programa de Monitoramento de Ruído Aeronáutico, foram realizadas campanhas de medição de ruído em Porto Alegre/RS, Uberlândia/MG e Montes Claros/MG, bem como a atualização das curvas de ruído do monitoramento indireto de aeroportos da Rede Infraero, geradas por meio de software.

Tratando-se do Programa Gerenciamento de Recursos Energéticos, foi realizada a contratação de empresa de consultoria para migração da Infraero ao Mercado Livre de Energia Elétrica que, após a completa migração das Unidades Consumidoras, estima-se a economia

substancial no ano, além daquela gerada decorrente das atualizações de demanda efetuadas nos contratos com as Concessionárias de Energia.

Foram destaques no Programa Gerenciamento de Recursos Hídricos a continuidade do Projeto de Aproveitamento da Água dos Testes Diários dos Caminhões Contra Incêndio nos Aeroportos de Porto Alegre e Recife, totalizando, até dezembro/2016, nove aeroportos; a aquisição de hidrômetros para melhoria da gestão de consumo de água nos aeroportos de Jacarepaguá/RJ, Santos Dumont/RJ e Maceió/AL, com fornecimento e implantação previstas para 2017; o desenvolvimento dos Planos de Amostragem de Água Potável, e a conclusão das obras de interligação da rede de esgoto do Aeroporto Internacional de Palmas, tendo sido desativados os sistemas antigos daquele aeroporto.

No Programa Gerenciamento de Emissões Atmosféricas, foi realizado o Inventário de Emissões Atmosféricas do Aeroporto de Porto Alegre/RS; a publicação do Plano de Ação para redução de Gases de Efeito Estufa, pela Secretaria de Aviação Civil, o qual a Infraero teve destaque devido à apresentação das emissões evitadas por meio das ações em curso e planejadas pela Empresa, bem como a prestação de esclarecimentos aos órgãos ambientais acerca da metodologia de trabalho da Infraero no tocante ao monitoramento e controle de suas emissões atmosféricas associadas.

Outros dois programas foram destaque na área de Meio Ambiente: o de Sustentabilidade, que registrou a continuidade da implementação do Plano de Controle Ambiental de Obras (PCAO) nos empreendimentos da Infraero e o de Capacitação e Treinamento, uma constante para os aeroportos da Rede Infraero.

DESEMPENHO DAS ÁREAS DE SUPORTE

Desempenho Jurídico

Suporte nos Negócios

A Consultoria Jurídica, responsável pela consultoria e pela assessoria legal, tem garantido segurança jurídica aos negócios desenvolvidos na Infraero, por meio de controle preventivo da legalidade dos atos e negócios que envolvam os interesses da Empresa.

A área conta com oito unidades descentralizadas no país, de forma a agilizar e otimizar o assessoramento jurídico, apoiando os processos e a tomada de decisão no Centro Corporativo, nos Centros de Suporte e de Negócios, e na defesa dos atos dos gestores ante órgãos de fiscalização e controle.

Articulação Regulatória

No exercício do controle interno da legalidade dos atos normativos da Empresa, a área de Assuntos Regulatórios e Societários analisou propostas de edição e de alteração de normas internas e foram publicados 32 Atos Normativos no exercício de 2016. Destacaram-se também a revisão do Regimento Interno do Conselho de Administração da Infraero e do Regimento Interno da Diretoria Executiva aprovado pelo Conselho de Administração.

Considerando a gestão das ações relativas às proposições legislativas e regulatórias que impactam os negócios ou atividades-fim da Empresa, a área representou a Infraero em 17 audiências públicas promovidas pelas Agências Reguladoras e em 12 foram enviadas contribuições, ainda em análise por aquele órgão regulador.

Destaque também no âmbito do relacionamento societário da Infraero com as concessionárias que administram os aeroportos concedidos, em especial o assessoramento jurídico para a participação da Infraero nas Assembleias Gerais das Companhias, a análise dos contratos de rolagem do empréstimo ponte da Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S/A (Rio Galeão) e demais assuntos de interesse da estatal relativos à sua participação acionária naquelas Companhias.

Contencioso Judicial

A área de Contencioso Judicial deu andamento às ações iniciadas em 2015 relativas à implantação do Sistema de Cadastro e Gestão de Informações sobre processos judiciais (E-Jur), que se apresenta como ferramenta de governança do escritório jurídico, possibilitando maior controle do andamento das ações judiciais, como também da atuação dos atores envolvidos na defesa da Infraero, sendo possível a elaboração de estratégias processuais uniformizadas nos processos relevantes da empresa.

O desenvolvimento e manutenção do E-Jur permitiu a maior conscientização dos procuradores quanto à importância da avaliação e classificação do risco das ações, especialmente no que tange ao provisionamento contábil. Foi iniciado em 2016 um estudo visando à redução e ao controle de litígios, em que se pretende, dentre outras medidas, revisar a classificação do risco das ações durante o ano de 2017, bem como a base de dados do sistema.

Destaca-se também os trabalhos realizados em conjunto com as áreas financeira e de informática, visando à integração do sistema jurídico com os sistemas utilizados pelas áreas contábeis e de recursos humanos, que possibilitará ganhos com a redução do tempo de acompanhamento das movimentações financeiras/jurídicas, bem como maior controle das saídas e entradas de recursos, originários da atuação jurídica. A integração com a contabilidade está em fase de conclusão.

Com a entrada em vigência do novo Código de Processo Civil e, visando à educação continuada dos profissionais que defendem judicialmente a Infraero, foi realizado o treinamento de cerca de 100 procuradores em âmbito nacional, mediante a realização de curso *in company* com carga horária de 40 horas.

Ainda em 2016, a área de Contencioso Judicial assinou Termo de Cooperação com Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, para disponibilizar a utilização do sistema PJe-Calc como ferramenta de padronização de cálculos nos escritórios jurídicos da Infraero. Em setembro de 2016, os calculistas que atuam no órgão jurídico receberam treinamento para utilização da ferramenta, em curso com 16 horas de carga horária. O PJe-Calc foi desenvolvido pelo TRT da 8ª Região e, por ser a ferramenta utilizada no sistema PJe pelos Tribunais Regionais do Trabalho do Brasil inteiro, terá uma contribuição importante para a redução da judicialidade e dos gastos com ações judiciais, uma vez que possibilitará uma dimensão exata dos valores que estão sendo demandados, permitindo maior segurança no enfretamento da condenação na sua fase de liquidação.

Com relação ao passivo trabalhista, foram realizadas análises de laudos periciais e elaborados mais de 1.500 cálculos em processos judiciais, visando à impugnação dos excessos de execução.

Ao longo do ano de 2016, o órgão jurídico conseguiu retornar, aos cofres da Infraero, uma quantia significativa, por meio de levantamento de alvarás relativos a valores depositados em contas judiciais, para garantia do juízo.

Com relação à recuperação de créditos, a atuação do contencioso judicial proporcionou a recuperação de valores, os quais foram creditados nas contas da Infraero em 2016.

Por fim, destacam-se importantes avanços do projeto “Espaço Livre Aeroportos”, que promoveu o leilão de bens da massa falida da Sata, em 8 aeroportos, e de dois lotes de bens da massa falida da Vasp no Aeroporto de Congonhas/SP, contribuindo para a liberação de áreas comerciais e operacionais.

Tecnologia da Informação

Em 2016, a Tecnologia da Informação instituiu Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais (ETIR), com o objetivo de garantir confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade das informações corporativas e contribuir para a adequada prestação dos serviços da Empresa. O trabalho irá estruturar e coordenar as atividades de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais, receber e/ou notificar qualquer evento adverso, confirmado ou sob suspeita, relacionado à segurança dos sistemas de computação ou das redes de computadores.

Foi desenvolvido o Processo de Gestão de Nível de Serviço de TI com vistas a assegurar que níveis adequados de serviço sejam entregues para os clientes internos de TI de acordo com as prioridades do negócio e dentro do orçamento estabelecido.

A área de TI desenvolveu várias atividades com vistas à melhoria dos processos e de atendimento ao cliente. São destaques:

- Contratação de prestação de serviços continuados de apoio às atividades de arquitetura, especificação e integração de soluções de TI baseadas em *Middleware* que proporcionará benefícios como: aumento da capacidade de atendimento das áreas gestoras para reduzir a fila de demandas represadas; utilização das ferramentas de *Middleware* para integrar os serviços e oferecer aplicações voltadas aos gestores de forma mais rápida e corporativa; garantia e manutenção do ambiente computacional que envolvem as tecnologias ORACLE; modernização da Infraestrutura de TI para atender ao negócio; aumento da eficiência da TI no atendimento das necessidades; economia de recursos pela simplificação dos processos, redução no consumo de recursos humanos e materiais e melhoria nos fluxos de informação; ampliação da geração de valor pelo realinhamento das necessidades com os Planos Estratégicos da Infraero; e consolidação do conhecimento técnico do corpo de TI em relação às tecnologias de *Middleware*;
- Desenvolvimento de solução para elevar os padrões de excelência dos serviços logísticos da Infraero, com vistas à melhoria no relacionamento com os clientes da Carga Aérea e foco na eficiência logística;
- Implantação de sistema automatizado de registro de acesso de veículos às docas do terminal de cargas que consiste nos registros de entrada e saída dos veículos que acessam a área das docas do Terminal de Logística de Cargas. Além do registro visual (foto e vídeo), o sistema faz o reconhecimento dos caracteres das placas (LPR) e armazena em banco. O Sistema permite pesquisa e emissão de relatórios com informações de data, hora e imagem de acesso de cada veículo, garantindo segurança e atendendo às exigências da Receita Federal do Brasil;
- Integração de Balanças para Automatização do Processo de Pesagem de Cargas Aéreas com o lançamento automático do peso das cargas recebidas diretamente no sistema Tecaplus, melhorando a integridade do processo (evitando divergências de valores reais e valores inseridos), diminuindo o tempo de processamento e reduzindo custos com etiquetas de peso, na ordem de 50%;
- BI Comercial gerando a melhoria na gestão da Comercial e disponibilização de informações relativas às metas e às despesas da área;
- Mudança na forma de recebimento dos dados em tecnologia *WebService* para aprimorar o controle do recebimento dos Arquivos de Confirmação das companhias aéreas;
- Disponibilização de acesso, no Portal *DF-WEB*, aos clientes Infraero para emissão de segunda via de boletos e seus demonstrativos e melhoria no comprovante de rendimentos aos fornecedores da Infraero;
- Implantação do Sistema de Gestão de Ativos de Manutenção (SGAM) nos aeroportos da Rede Infraero; e
- Banco de Talentos - Solução informatizada que possibilitará aos empregados informar suas experiências internas e externas, formações, qualificações aos gestores. Em desenvolvimento pelo Polo Brasília.

INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome	Representante
Luiz Alberto Albuquerque Souza – Presidente	Ministério Supervisor
Antônio Claret de Oliveira – Membro	Ministério Supervisor
Antonio Herminio Nascimento da Silva – Membro	Ministério Supervisor
Cargo vago	Ministério Supervisor
Carlos Vuyk de Aquino – Membro	Ministério da Defesa – MD
João Manoel da Cruz Simões – Membro	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)
Célio Alberto Barros de Lima – Membro	Empregados da Infraero

Luiz Alberto Albuquerque Souza – Presidente

Representante do Ministério Supervisor

Luiz Alberto Albuquerque Souza, advogado, título de MBA em Planejamento, Orçamento e Gestão Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ocupou o cargo de Assessor Técnico no Senado Federal (fev/2003 a jan/2007); Advogado Albuquerque & Amaral (fev/2007 a fev/2008); Secretário Parlamentar na Câmara dos Deputados (mar/2008 a mai/2009) e Chefe de Gabinete na Câmara dos Deputados (jun/2009 a dez/2016).

Antônio Claret de Oliveira – Membro

Representante do Ministério Supervisor

Mineiro de Lavras. Pós-graduado em Gestão de Negócios pelo IBMEC, Engenharia da Qualidade pela PUC-MG – Departamento de Engenharia Mecânica e Gestão da Sustentabilidade pela Fundação Dom Cabral. Graduado em engenharia agrônoma pela UFLA – Universidade Federal de Lavras. Desenvolveu vários projetos e assumiu cargos na Empresa Vallourec & Mannesmann entre 1978 e 2009. Participou de cursos e programas em áreas técnicas da engenharia, gerenciamento e logística no Brasil e no exterior. Assumiu a responsabilidade de estruturar e dirigir o Núcleo de Projetos da Fundação Odebrecht em 2009/2010. Atuou como diretor-geral da Vetorial Energética, no Estado de Mato Grosso do Sul, entre os anos de 2012 e 2014. Foi coordenador do programa de pós-graduação em sustentabilidade do IETEC-MG. Foi diretor-presidente da Ecocarb, empresa voltada à aplicação de tecnologia para a otimização energética. Assumiu a presidência da Infraero em 3 de junho de 2016.

Antonio Hermínio Nascimento da Silva – Membro

Representante do Ministério Supervisor

Graduado em Pedagogia pela Universidade de Brasília - UnB (1993), em Ciências Jurídicas pelo Instituto de Educação Superior de Brasília - IESB (2008) e especialização em História do Brasil Contemporâneo, pelo Instituto de Educação e Ensino Superior de Samambaia - IESA (2013). Na Câmara dos Deputados, exerceu o cargo de secretário parlamentar (1988 a 1992) e de assessor técnico legislativo (a partir de 1992).

**Carlos Vuyk de Aquino – Membro
Representante do Ministério da Defesa – MD**

Ingressou na Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR) em 1973 e se formou na Academia da Força Aérea (AFA) em 1979. Possui longo histórico de atuação no Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, onde, dentre outros cargos, já foi comandante do Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA I), presidente da Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (CCSIVAM) e presidente da Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (CISCEA). Os principais cargos e funções assumidos foram: presidente da Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (CISCEA), presidente da Comissão de Coordenação e Implantação de Sistemas Espaciais (CCISE), presidente da Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (CCSIVAM), comandante do Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA I), chefe do Estado-Maior Combinado do Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (COMDABRA), comandante do Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA II), chefe da D.O. da Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (CISCEA), chefe da Divisão Técnica da Comissão de Fiscalização e Recebimento de Material - COMFIREM/SIVAM (EUA) e comandante do Primeiro Esquadrão do Primeiro Grupo de Comunicações e Controle (1º/1º GCC). Atualmente, exerce o cargo de diretor-geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, desde março de 2015.

**João Manoel da Cruz Simões – Membro
Representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP**

MBA em Administração Estratégica em Sistemas de Informação – Departamento de Tecnologia da Informação (FGV); pós-graduado em Recursos Humanos – Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas (PUC/RS) e em Integração e Mercosul – Centro de Estudos Sociais (UFRGS/RS); e bacharel em Ciências Econômicas – Faculdade de Ciências Econômicas (UFRGS/RS). Exerceu, no período de 13.8.2012 a 18.8.2016, o cargo de coordenador-geral de Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e, desde 19.8.2016, exerce o cargo de diretor do Departamento de Política de Pessoal e Previdência Complementar de Estatais (DEPEC), vinculado à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

**Célio Alberto Barros de Lima – Membro
Representante dos Empregados da Infraero**

Formado em Economia pela Universidade Federal de Rondônia (1993), bacharel em Direito pela Faculdade São Lucas (2010) e concluindo pós-graduação em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR/RO). Exerce os cargos de secretário-geral do Sindicato Nacional dos Aeroportuários (SINA) e de vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores do Estado de Rondônia (CUT/RO). É empregado da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero desde 1989.

CONSELHO FISCAL

Titular	Suplente	Representante
Sérgio Cruz – Presidente	Maurício Melo Chaves	Ministério Supervisor
Eduardo Henn Bernardi	Cláudia de Araújo Guimarães Kattar	Ministério Supervisor
Mathias Lenz Neto	Bruno Westin Prado	STN/MF

Sérgio Cruz – Presidente

Representante do Ministério Supervisor

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Brasília. Especialista em Planejamento, Orçamento e Gestão Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ocupa, desde janeiro de 2000, o cargo efetivo de Analista de Planejamento e Orçamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Foi coordenador-geral de Orçamento e Finanças e subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Esporte de 2005 a 2011 e diretor do Departamento de Administração Interna da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República de 2011 a 2016. Exerce, desde junho de 2016, o cargo de Assessor Especial da Secretaria Executiva da Casa Civil da Presidência da República.

Eduardo Henn Bernardi – Membro

Representante do Ministério Supervisor

Natural de Porto Alegre/RS, graduado em Engenharia Civil pela Universidade de Brasília em 1992. Engenheiro pleno na Construtora Norberto Odebrecht até 1996, atuando em obras de infraestrutura de grande porte no Distrito Federal e na Bahia. Engenheiro Coordenador da ANATEL até 2006, atuando no processo de implantação da infraestrutura das unidades regionais e como representante da infraestrutura na implantação do Sistema Nacional de Radiomonitoragem. Especialista em Regulação da Aviação Civil na Anac, aprovado na primeira turma do primeiro concurso da agência em 2007, membro da equipe inicial que formou a Gerência Técnica de Resposta à Emergência Aeroportuária (GTRE), sendo gerente da área a partir de 2012, com atuação direta na consolidação de toda a base regulatória do Sistema de Resposta à Emergência Aeroportuária e do Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional para aeródromos, no âmbito da Anac; membro brasileiro no Grupo de Trabalho de Resgate e Combate a Incêndio (RFFWG/ICAO) e no Painel de Aeródromos (AP) da OACI, instrutor em resposta à emergência aeroportuária e SGSO para aeródromos. Atuando desde 11/2014 na Secretaria de Aviação Civil, inicialmente como Assessor Especial do Ministro e atualmente como Diretor do Departamento de Gestão do PROFAA, com responsabilidade direta sobre as ações relacionadas a infraestrutura aeroportuária do Programa de Aviação Regional, englobando o PIL-Aeroportos, o PROFAA e os programas de equipamentos (CCI e outros).

Mathias Lenz Neto – Membro

Representante da STN/MF

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília (UnB) - 2002, Mestrado em Economia pela Universidade de Brasília (UnB) - 2006. Aprovado e efetivado na Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda desde junho/2009, trabalhou na coordenação-geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública (COGEP), na Gerência de Relacionamento Institucional (GERIN), na Assessoria Econômica (ASSEC) e atualmente trabalha na coordenação-geral de Análise Econômico-Fiscal de Projetos de Investimentos Públicos (COAPI) da Gerência de Estudos Setoriais (GERAS).

DIRETORIA EXECUTIVA

Nome	Cargo
Antônio Claret de Oliveira	Presidente
André Leandro Magalhães	Diretor de Aeroportos
Eduardo Roberto Stuckert Neto	Diretor Jurídico e de Assuntos Regulatórios
João Márcio Jordão	Diretor de Gestão Operacional e Navegação Aérea
José Cassiano Ferreira Filho	Diretor Comercial e de Logística de Cargas
Marx Martins Marsicano Rodrigues	Diretor de Planejamento e Gestão Estratégica
Rogério Amado Barzellay	Diretor de Engenharia e Meio Ambiente
Thiago Pereira Pedroso	Diretor Financeiro e de Serviços Compartilhados

Antônio Claret de Oliveira

Presidente da Infraero

Mineiro de Lavras. Pós-graduado em Gestão de Negócios pelo IBMEC, Engenharia da Qualidade pela PUC-MG – Departamento de Engenharia Mecânica e Gestão da Sustentabilidade pela Fundação Dom Cabral. Graduado em engenharia agrônoma pela UFLA – Universidade Federal de Lavras. Desenvolveu vários projetos e assumiu cargos na Empresa Vallourec & Mannesmann entre 1978 e 2009. Participou de cursos e programas em áreas técnicas da engenharia, gerenciamento e logística no Brasil e no exterior. Assumiu a responsabilidade de estruturar e dirigir o Núcleo de Projetos da Fundação Odebrecht em 2009/2010. Atuou como diretor-geral da Vetorial Energética, no Estado de Mato Grosso do Sul, entre os anos de 2012 e 2014. Foi coordenador do programa de pós-graduação em sustentabilidade do IETEC-MG. Foi diretor-presidente da Ecocarb, empresa voltada à aplicação de tecnologia para a otimização energética. Assumiu a presidência da Infraero em 3 de junho de 2016.

André Leandro Magalhães

Diretor de Aeroportos

Formado em Administração Pública pela Universidade Metodista de São Paulo (UMSP); Análise de Sistemas e Processamento de Dados (UFRGS/FADF); Ciências Econômicas (UFRGS); e Tecnólogo em Processamento de Dados (UFRGS). Possui MBA em Governança em Tecnologia da Informação (UNIEURO), MPA - *Master Public Administration* em Gestão Pública (UMSP); e pós-graduação em Gestão Orçamentária e Financeira do Setor Público (FGV), e Auditoria em Organizações Públicas (AVM/RJ). Servidor público federal desde 1988 como Oficial da Reserva do Exército Brasileiro e ingresso no Poder Judiciário em 1994, tendo exercido diversas atividades de gestão no setor público, entre outros, como diretor do Departamento de Gestão do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos da Secretaria de Aviação Civil, responsável pela atual Subsecretaria de Gestão da Informação SSP/DF; coordenador-geral de Modernização e Informática do Ministério das Cidades; assessor técnico do Senado Federal; e conselheiro do Conselho Superior de Informações e Operações Policiais do Distrito Federal. Auditor de Conformidade e Perito Técnico Judicial. Assumiu, em agosto/2016, a diretoria de Aeroportos da Infraero.

Eduardo Roberto Stuckert Neto

Diretor Jurídico e de Assuntos Regulatórios

Bacharel em Direito (1998), e pós-graduado em Direito Processual Civil (2003) pelo Centro Universitário do Distrito Federal (UDF), e em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) - 2014. Atuou como assessor da Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) - 2001 a 2005, como assessor Jurídico da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN) - 2005 a 2006,

como procurador da Infraero (2006 a 2010) e como superintendente de Consultoria Jurídica da Infraero (2011 a 2016). Atualmente atua como diretor Jurídico e de Assuntos Regulatórios da Infraero e como conselheiro Administrativo da Concessionária do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte / Confins (BH Airport).

João Márcio Jordão

Diretor de Gestão Operacional e Navegação Aérea

Engenheiro Civil com MBA em Administração, João Márcio Jordão iniciou sua carreira na Infraero em 1987, como técnico em mecânica. Entre outras ocupações, foi supervisor de operações, chefe da Divisão de Planejamento Operacional, gerente de Operações e superintendente do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, diretor de Operações da Infraero, diretor de Aeroportos, diretor de Engenharia e Meio Ambiente da Infraero e, atualmente, ocupa a diretoria de Gestão Operacional e Navegação Aérea. Nascido em São Paulo, atuou como diretor de Operações do Grupo IMC e presidente do Grupo IMC no Brasil. Possui cursos de Certificação Operacional de Aeroportos, Gerenciamento de Segurança Operacional, Gestão Aeroportuária, Infraestrutura Aeroportuária, Facilitação e Segurança da Aviação Civil, Inspeção Aeroportuária, Estágio de Segurança de Voo, *Airport Investigator's Course*, é casado e tem dois filhos.

José Cassiano Ferreira Filho

Diretor Comercial e de Logística de Cargas

Possui graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB (1998), pós-graduado em Marketing pela Universidade Salvador – UNIFACS (2001) e mestre em Administração Estratégica pela Universidade Salvador – UNIFACS (2009). Ingressou na Infraero em Campina Grande no ano de 1989 como vigilante; em seguida, tornou-se Auxiliar de Serviços Aeroportuários, assumindo a função de fiscal de pátio. Como Profissional de Serviços Aeroportuários passou por diversas áreas da Infraero (Recursos Humanos, Tesouraria, Segurança e Operações). Em 1998 passou a comandar a coordenação de Comunicação Social do Aeroporto Internacional de Salvador; posteriormente, assume a superintendência do Aeroporto de Aracaju e logo mais, a de Salvador. De 2010 a 2014 assumiu a superintendência Regional do Centro-Leste, que abrangia os estados da Bahia, Alagoas e Sergipe. Com a extinção da superintendência Regional, tornou-se superintendente do Aeroporto Internacional de Salvador – Deputado Luís Eduardo Magalhães, até julho/2016. A partir de agosto/2016, assumiu a diretoria Comercial e de Logística de Cargas da Infraero.

Marx Martins Marsicano Rodrigues

Diretor de Planejamento e Gestão Estratégica

Gestor público federal, graduado em direito pela União Pioneira da Integração Social – UPIS (2009). Atuou como assessor da presidência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (mar/2007 a abr/2008), na Câmara dos Deputados (abr/2008 a jan/2011), no Senado Federal (jan/2011 a jul/2011), na Corregedoria do Senado Federal (jul/2011 a dez/2013). Desenvolveu projetos e serviços de infraestrutura aeroportuária, tendo atuado no setor no período de dez/2013 até ago/2016, quando assumiu a diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica da Infraero.

Rogério Amado Barzellay
Diretor de Engenharia e Meio Ambiente

Graduado em engenharia mecânica pela Universidade de Brasília (UnB). Foi admitido no cargo de engenheiro na Companhia Docas do Pará (extinta Portobrás) em 1984. Atuou, no DNIT (cargos de Gerente de Hidrovias e Portos interiores e Coordenador Geral de Portos Marítimos), na Infraero (Superintendente de Segurança Aeroportuária: out/2005 a mar/2006 e Diretor de Operações: mar/2006 a ago/2007), no Ministério de Integração Nacional (Departamento de Gestão de Fundos de Investimento - mar/2008 a set/2009). A partir de outubro/2009, licenciou-se, por interesse particular e sem vencimentos, para atuar em projeto junto à iniciativa privada no Mato Grosso do Sul. Atuou, também, no Governo do Distrito Federal e na Secretaria de Portos da Presidência da República. Exerceu o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia Docas do Pará e do Conselho Fiscal da Companhia Docas de Santana e, a partir de março/2014, assumiu a presidência do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Macapá. A partir de outubro/2016, assumiu a Diretoria de Engenharia e Meio Ambiente da Infraero.

Thiago Pereira Pedroso
Diretor Financeiro e de Serviços Compartilhados

Engenheiro Eletricista pela Universidade de Brasília (UnB), com pós-graduação em Direito do Estado pela Universidade Metropolitana de Belo Horizonte e extensão em Gestão de Infraestrutura Aeroportuária - Aeroportos Regionais, pelo Instituto de Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União – CGU (2009), foi coordenador do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (2010), gerente de Projetos da Secretaria de Aviação Civil (2011-2016), e presidente do Conselho Fiscal da Infraero (abril de 2015 a fevereiro de 2016). De março/2016 a janeiro/2017 exerceu o cargo de diretor Financeiro e de Serviços Compartilhados da Infraero.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2016

DATA BASE – 31/12/2016

○ Demonstrações Contábeis

Balanços Patrimoniais	67
Demonstrações de Resultados	68
Demonstração dos Resultados Abrangentes	69
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	70
Demonstração dos Fluxos de Caixa	71
Demonstrações dos Valores Adicionados.....	72

○ Notas Explicativas

Nota 1 – Contexto Operacional e Institucional	73
Nota 2 – Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	74
2.1 - Base de Preparação e Apresentação	74
2.2 - Resumo das Principais Práticas Contábeis	74
2.3 - Informações para Efeito de Comparabilidade	81
Nota 3 – Caixa e equivalentes de Caixa	83
Nota 4 – Aplicações.....	83
Nota 5 – Contas a Receber	83
a) Composição do Contas a Receber	83
b) Composição por Idade de Vencimento	84
c) Movimentação na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	84
Nota 6 – Estoques	85
Nota 7 – Impostos, Taxas e Contribuições	86
a) Tributos a Recuperar	86
b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Ativos	86
c) Tributos a Recolher.....	87
Nota 8 – Partes Relacionadas.....	89
Nota 9 – Despesas Pagas Antecipadamente.....	89
Nota 10 – Investimentos	90
a) Composição	90
b) Movimentação dos Investimentos em Coligadas:	90
Nota 11 – Imobilizado e Intangível	92
a) Revisão da Vida Útil.....	93
b) Teste de Recuperabilidade	94
c) Reconhecimento da Depreciação/Amortização no Resultado	95
d) Operações Descontinuadas	95
Nota 12 – Recursos de Terceiros.....	95
Nota 13 – Provisão para Indenizações	97
Nota 14 – Provisão para Contingências e Ativos Contingentes.....	97
a) Ações Trabalhistas	98
b) Ações Cíveis	98
c) Ações Tributárias	99
d) Ações Administrativas	99
Nota 15 – Recursos para Aumento de Capital.....	101

Nota 16 – Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)	101
a) Capital Social	101
b) Reserva Legal	101
c) Ajuste de Avaliação Patrimonial	101
Nota 17 – Ativo e Passivo Compensado	102
Nota 18 – Receita Líquida	103
Nota 19 – Resultado Financeiro	104
Nota 20 – Despesas por Natureza	104
Nota 21 – Outras Receitas / (Despesas)	105
Nota 22 – Benefícios a Empregados	105
a) Participação no Lucro do Resultado	105
c) Plano de Previdência Complementar	106
d) Plano de Assistência Médica	110
Nota 23 – Cobertura de Seguros	112
Nota 24 – Informações por Segmento de Negócios	112
Nota 25 – Recursos Aplicados em Bens da União	114
Nota 26 – Receitas Antecipadas	114
Nota 27 – Remuneração aos Dirigentes e Empregados	114

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 (em milhares de reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Notas	31/12/2016	31/12/2015		Notas	31/12/2016	31/12/2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	683.716	108.481	Recursos de terceiros	12	61.562	1.249.261
Contas a receber	5	494.464	372.571	Fornecedores de bens e serviços		204.707	247.676
Impostos, taxas e contribuições	7	152.316	135.043	Encargos trabalhistas		189.552	197.907
Estoques	6	49.738	49.942	Impostos, taxas e contribuições	7c	270.502	156.525
Despesas antecipadas	9	7.575	7.041	Previdência complementar		11.128	11.861
Outros		450	463	Participação nos lucros		224	223
		1.388.258	673.541	Cauções de terceiros		26.970	24.896
				Provisão para indenizações	13	48.990	230.538
				Receitas Antecipadas	26	95.419	64.193
				Outras obrigações		8.919	8.646
						917.974	2.191.727
Não Circulante				Não Circulante			
Contas a receber	5	43.067	2.019	Provisões para contingências	14	686.524	755.739
Aplicações	4	67.865	61.276	Benefício pós-emprego	22	1.865.212	1.384.633
Depósitos judiciais	14	333.000	254.613	Recursos para Aumento de Capital	15	4.423.084	1.682.862
Investimentos	10	1.701.245	1.724.669	Impostos, taxas e contribuições	7c	2.681	6.368
Imobilizado	11	401.129	335.999	Outras Obrigações		12.804	12.804
Intangível	11	15.056	27.969			6.990.305	3.842.407
		2.561.362	2.406.547				
				Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)			
				Capital social	16a	696.829	696.829
				Prejuízos acumulados		(3.801.364)	(3.049.710)
				Ajuste de avaliação patrimonial	16c	(854.123)	(601.165)
				Total do Patrimônio		(3.958.658)	(2.954.046)
				Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
						3.949.620	3.080.087
Total do Ativo		3.949.620	3.080.087				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstrações de Resultados

Em 31 de dezembro de 2016 (em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional líquida	18	2.839.953	2.650.093
(-) Custos operacionais	20	(2.318.719)	(2.226.535)
(=) Lucro bruto		521.234	423.558
Despesas com planejamento e orientação técnico operacional	20	(523.493)	(314.038)
Administrativas	20	(1.018.413)	(636.649)
Comerciais	20	(17.893)	(25.456)
Provisão/reversão para créditos de liquidação duvidosa	5c	61.793	(35.379)
Provisão para estoques	6	(149)	(382)
Provisão / reversão para contingências	14	39.648	(584.040)
Provisão/reversão para Indenizações (Incentivo a Transferência ou Aposentadoria)	13	181.548	39.356
Provisão / reversão para imobilizado e intangível (Impairment)	11b	125.739	21.706
Provisão / reversão para perdas com operações descontinuadas	11d	12.404	(77.838)
Provisão benefício pós emprego	22	(227.621)	(122.565)
Receitas eventuais	12b	1.594.956	18.888
Resultado de equivalência patrimonial	10b	(632.362)	(826.361)
Outras receitas / (despesas)	21	43.355	27.587
Resultado operacional antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas		160.745	(2.091.613)
Resultado financeiro líquido	19	(270.894)	(27.244)
Resultado operacional antes dos investimentos em Bens da União		(110.149)	(2.118.857)
Recursos aplicados em bens da União	25	(641.505)	(930.853)
Prejuízo/Lucro operacional (antes dos impostos)		(751.654)	(3.049.710)
Prejuízo/Lucro Líquido		(751.654)	(3.049.710)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Em 31 de dezembro de 2016 (em milhares de reais)

	Notas Explicativas	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo / Lucro do exercício		(751.654)	(3.049.710)
Ajuste Benefício Pós Emprego	22 c	(252.958)	(293.831)
Total do resultado abrangente do exercício		<u>(1.004.612)</u>	<u>(3.343.541)</u>
Total do resultado abrangente atribuível a:			
Acionistas da Companhia		(1.004.612)	(3.343.541)
		<u>(1.004.612)</u>	<u>(3.343.541)</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 01/01/2015	2.738.288	(2.427.347)	(307.335)	3.606	-	3.606
Benefício pós-emprego	-	-	(293.831)	(293.831)	-	(293.831)
Aumento de capital AGE de 23.04.2015	385.888	-	-	385.888	-	385.888
Aumento de capital AGE de 18.12.2014	-	-	-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	(3.049.710)	-	(3.049.710)	-	(3.049.710)
Absorção de prejuízo	(2.427.347)	2.427.347	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2015	696.829	(3.049.710)	(601.166)	(2.954.046)	-	(2.954.046)
Benefício pós-emprego	-	-	(252.958)	(252.958)	-	(252.958)
Aumento de capital AGE de 23.04.2015	-	-	-	-	-	-
Absorção de prejuízo	-	-	-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	(751.654)	-	(751.654)	-	(751.654)
Absorção de prejuízo	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2016	696.829	(3.801.364)	(854.124)	(3.958.658)	-	(3.958.658)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2016 (em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo / Lucro líquido antes das provisões tributárias	(110.149)	(2.118.857)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	122.836	133.524
Valor residual dos bens baixados	9.439	6.218
Perda por redução do ativo imobilizado e Intangível	(138.143)	56.131
Resultado de equivalência	632.362	826.361
Benefício Pós-Emprego	227.621	122.565
	743.966	(974.056)
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
Contas a receber	(101.148)	(157.296)
Estoques	204	3.950
Outras contas a receber	(24.383)	(54.588)
Depósitos judiciais	(78.387)	(33.800)
Provisões em diversos responsáveis	1.221	373
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(63.013)	35.006
Fornecedores	(42.970)	(65.190)
Obrigações tributárias	113.977	37.577
Obrigações sociais	(8.355)	35.274
Outras contas a pagar	29.886	38.101
Provisão para contingências	(69.216)	551.338
Provisão para indenização	(181.548)	(39.356)
Previdência complementar	(733)	400
	(424.464)	351.790
Caixa líquido das atividades operacionais	319.501	(253.812)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisições de investimentos	(608.937)	(758.277)
Aquisições de bens do imobilizado	(33.323)	(330.828)
Aquisições de bens do intangível	(13.026)	46.859
Variação em recursos de terceiros	(1.187.698)	569.488
Obras em bens da união	(641.505)	(1.197.121)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(2.484.489)	(622.266)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	-	(2.041.459)
Absorção do prejuízo pelo capital social	-	2.427.347
Recursos para aumento de capital	2.740.222	1.641.132
Participação nos lucros	-	(1)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	2.740.222	2.027.019
Redução líquido de caixa	575.234	76.266
Caixa no início do período	108.481	32.214
Caixa no final do período	683.715	108.481
Redução/Aumento líquido de caixa	575.234	76.266

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstrações dos Valores Adicionados

Em 31 de dezembro de 2016 (em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Notas	31/12/2016	31/12/2015
(=) Receitas			
Receitas Operacionais		2.946.797	2.718.702
Outras Receitas		1.661.092	53.276
		4.607.890	2.771.978
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais e serviços de terceiros		(982.323)	(920.466)
Perdas		(94.543)	(28.740)
Outras despesas		(22.781)	(6.801)
		(1.099.647)	(956.007)
(=) Valor adicionado bruto		3.508.242	1.815.971
(-) Retenções			
Provisão para contingências	14	39.648	(584.040)
Provisão / reversão para imobilizado e intangível (Impairment)	11 b	125.739	21.706
Provisão / reversão para perdas com operações descontinuadas	11 d	12.404	(77.838)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5 c	61.793	(35.379)
Provisão para Indenizações (Incentivo a Transferência ou Aposentadoria)	13	181.548	39.356
Provisão benefício pós emprego		(227.621)	(122.565)
Provisão para estoques	6	(149)	(382)
(-) Depreciação e amortização	11	(122.836)	(133.524)
(=) Valor adicionado líquido		3.578.768	923.304
(+/-) Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	19	138.767	118.024
Resultado de equivalência	10	(632.362)	(826.361)
(=) Valor adicionado total a distribuir		3.085.173	214.967
Distribuição do valor adicionado			
Salários e encargos		2.233.714	1.840.842
		2.233.714	1.840.842
Impostos, taxas e contribuições			
Tributos		551.947	347.714
		551.947	347.714
Remuneração de capitais de terceiros			
Despesas financeiras	19	409.661	145.269
Obras em bens da União	25	641.505	930.853
		1.051.166	1.076.122
Remuneração de capitais próprios			
Lucro / (prejuízo) do exercício		(751.654)	(3.049.710)
		(751.654)	(3.049.710)
Valor adicionado total distribuído		3.085.173	214.967

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Nota 1 – Contexto Operacional e Institucional

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, é uma empresa pública de propriedade da União, constituída nos termos da Lei nº 5.862/1972, regulamentada por meio do Decreto nº 8.756/2016, que tem como finalidade implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária que lhe for atribuída pela Secretaria de Aviação Civil do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, lhes sendo permitido criar subsidiárias e participar, em conjunto com suas subsidiárias, minoritariamente ou majoritariamente, de outras sociedades públicas ou privadas; podendo inclusive atuar no exterior através destas sociedades ou subsidiárias.

Como empresa pública, atua em todo o país, administrando 60 (sessenta) aeroportos, 24 (vinte e quatro) terminais de logística de carga e 68 (sessenta e oito) Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo – EPTA, entre as quais 5 (cinco) são pertencentes a terceiros sendo geridas pela Infraero mediante convênios e/ou contratos.

A empresa também é sócia das Concessionárias dos Aeroportos de Brasília/DF, Guarulhos/SP, Viracopos/SP, Galeão/RJ e Confins/MG, tendo participação de 49% do capital social de cada uma dessas Companhias, compartilhando da governança com poder de decisão, que foram estabelecidos em acordos de acionistas firmados entre as partes, no entanto, não possui o controle das companhias.

Em 2016 mais de 52 milhões de passageiros, embarcaram utilizando os serviços dos aeroportos administrados pela rede e 153 milhões de cargas foram movimentadas para o mesmo período. Dentre os 15 principais aeroportos brasileiros, o Aeroporto de Curitiba/PR (administrado pela Infraero), pela terceira vez consecutiva, foi eleito o melhor do país, segundo o que mostra a Pesquisa de Satisfação do Passageiro, divulgada, pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Em decorrência das políticas públicas estipuladas, o Governo Federal estabeleceu a integração do percentual de 35,9% das receitas de tarifas aeroportuárias às Receitas Próprias da Infraero, extinguindo o Adicional de Tarifa Aeroportuária, a partir de 1º de janeiro de 2017, por meio da Lei nº 13.919/2016, deixando este de ser repassado ao Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC). Ato contínuo, a União remitiu os débitos decorrentes do Adicional de Tarifa Aeroportuária retidos pela Infraero no montante R\$ 1.578.756 (um bilhão, quinhentos e setenta e oito milhões, setecentos e cinquenta e seis mil), acumulados no período de 1º de dezembro de 2013 a 31 de dezembro de 2016.

Nota 2 – Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1 - Base de Preparação e Apresentação

- a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pelas Leis nº 11.638/2007, e nº 11.941/2009, também levando-se em consideração as normas aplicáveis às empresas de serviços públicos aeroportuários.

As alterações nas práticas contábeis decorrentes da aplicação das Leis nº 11.638 e nº 11.941, foram mensuradas e registradas pela Empresa com base nos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

- b) Continuidade: A Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.
- c) Moeda Funcional: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Administradora. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo (exceto quando mencionado de outra forma).
- d) Uso de estimativas e julgamentos: A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso.

2.2 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a preparação das demonstrações financeiras, registra-se:

- a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto

prazo da Empresa. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço. As aplicações financeiras são efetuadas no Banco do Brasil S.A. e na Caixa Econômica Federal, nos termos da legislação específica para empresas estatais, emanada do Decreto-lei n.º 1.290, de 03 de dezembro de 1973, Resolução do Banco Central n.º 3.284 de 25 de maio de 2005, alterada pela Resolução n.º 4.034 de 30 de novembro de 2011 e legislação subsequente.

b) Aplicações Financeiras

A Infraero possui aplicações em poupança, que não podem ser consideradas equivalentes de caixa, em virtude dos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA), assinados com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, com a Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina e com o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo. A utilização desses recursos é exclusivamente para atender o licenciamento ambiental de empreendimentos, conforme trata o art. 36, da Lei Federal nº 9.985, de 18/7/2000.

c) Contas a Receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Empresa.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

d) Estoques

Os materiais em almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os valores de realização ou de mercado.

e) Investimentos

Os investimentos da Empresa são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC nº 18 – Investimento em Coligada e em Controlada.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na Empresa.

A participação societária é apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro (prejuízo) líquido. As demonstrações contábeis são elaboradas para o mesmo período de divulgação do resultado pelas suas coligadas. Quando

necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Empresa.

f) Impostos a recuperar

O saldo de impostos a recuperar é o crédito que constitui moeda de pagamento de tributos da mesma espécie ou não, e estão sendo tecnicamente movimentados de acordo com a legislação vigente aplicada à matéria;

g) Imobilizado

O ativo imobilizado tangível é registrado considerando-se o seu valor bruto de aquisição somado a todos os gastos diretamente atribuíveis e apresentado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação acumulada calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens e a perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, sendo que os eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativa contábil, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo através de alienação (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Todo o grupo de ativos tangíveis, exceto o imobilizado em andamento passou pelo teste de "recuperabilidade" (*Impairment Test*).

h) Intangível

O ativo imobilizado intangível é registrado considerando-se o seu valor bruto de aquisição somado a todos os gastos diretamente atribuíveis e apresentado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva amortização acumulada e a perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

i) Contingências Cíveis e Trabalhistas

A Empresa reconhece provisões cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda é constituída com base em parecer jurídico e avaliação da Administração sobre processos conhecidos na data do balanço patrimonial, para os riscos prováveis de perda. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) correntes, são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços pelo regime de lucro real anual, sendo utilizada a alíquota de 15% e adicional de 10% sobre o excedente de R\$ 240 mil no período de 12 meses. A Contribuição Social (CSLL) é calculada aplicando-se a alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado;

Já os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de apuração e diferenças temporárias e são constituídos, quando aplicáveis, em conformidade com CPC nº 32 – Tributos sobre o Lucro, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

l) Benefício a Empregados

A Empresa concede benefícios a empregados incluindo previdência privada, assistência médica, odontológica, seguro de vida, participação nos resultados, entre outros. O plano de assistência médica e odontológico são administrados pela própria Empresa e ambos são financiados pelo regime de caixa.

A Infraero é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV e dos Planos de Benefício Definido – Planos BD I e II do Instituto Infraero de Seguridade Social – INFRAPREV. Os compromissos atuariais decorrentes das operações da Sociedade de Previdência Complementar são reconhecidos pelo regime de competência e com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente contratado pela patrocinadora Infraero. A avaliação atuarial é realizada, de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC n.º 33. Assim, os benefícios pós-emprego de responsabilidade da Empresa relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, para as Demonstrações Contábeis de 2016, foram avaliados de acordo com os critérios estabelecidos nesse normativo.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano, com os ajustes dos custos de serviços passados não reconhecidos.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Empresa e não podem ser pagos diretamente a Empresa. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

Os seguintes montantes são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente: Ganhos e perdas atuariais – são resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente se realizou e, incluem os efeitos de mudanças nas premissas atuariais.

m) Reconhecimento de Receita

As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a empresa e quando a mesma puder ser mensurada confiavelmente:

i. Receita da prestação de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

ii. Receita financeira

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

n) Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A demonstração do valor adicionado foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

o) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa.

p) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis da Empresa, é necessário utilizar julgamentos para contabilização de certos ativos, passivos e outras transações. Os itens onde a prática de julgamento pode ser considerada mais relevante referem-se à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e provisões para passivos trabalhistas e tributários. A aplicação de julgamentos resulta em valores estimados na contabilização das provisões necessárias para realização dos ativos, passivos contingentes, determinações de provisão para o imposto de renda e outros similares. Assim, os resultados reais podem apresentar variações em relação a essas estimativas. Ambos, são constantemente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas contábeis significativas

i. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

ii. Provisão para indenizações ao Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria – PDITA

Considerando a política adotada pelo Governo Federal para concessão à iniciativa privada dos Aeroportos de Brasília/DF, Guarulhos/SP, Campinas/SP, Galeão/RJ e Confins/MG administrados pela Infraero e, a construção do novo aeroporto em Natal/RN, a Empresa, por meio do termo aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado em 6/12/2011, resolveu implantar o Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria (PDITA). Dessa forma, foi constituída a provisão utilizando como critério os empregados, confirmados e deferidos, em 31/12/2016, que aderiram ao programa, sendo o valor

composto pelos seguintes benefícios: incentivo financeiro, multa de FGTS, aviso prévio e a contribuição sobre o aviso prévio indenizado.

q) Ativos não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas

Os grupos de ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. A Administração deve comprometer-se com a venda dentro de um ano a partir da data da classificação. Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos não são depreciados ou amortizados.

r) Apuração do Resultado

O resultado do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorreram, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou do pagamento.

s) Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante

Os direitos e as obrigações são demonstrados pelos valores calculáveis e de realização, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis. A classificação do curto e longo prazo obedece aos artigos 179 e 180 da Lei nº 6.404/76, alterados pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

2.3 - Informações para Efeito de Comparabilidade

Em decorrência de alterações na apresentação das demonstrações financeiras (BP, DRE e DVA) foram efetuadas reclassificações nos saldos de 31/12/2015, visando facilitar a comparabilidade com as demonstrações financeiras de 31/12/2016.

- a) Balanços patrimoniais – Do item Outras obrigações foram reclassificados R\$ 64.193 mil para o grupo de Receitas Antecipadas.

DESCRIÇÃO	Publicado em			Ajustado
	31/12/2015	(Reclassificações)	(Ref.)	31/12/2015
Outras Obrigações	72.839	(64.193)	(a)	8.646
Receitas Antecipadas	-	64.193		64.193

- b) Demonstração do Resultado do Exercício - Da Provisão para indenizações (Programa de Incentivo a Transferência ou aposentadoria – PDITA), foram reclassificados R\$ 64.254 mil para o grupo de despesas administrativas por representar os efetivos pagamentos no período.

DESCRIÇÃO	Publicado em			Ajustado
	31/12/2015	(Reclassificações)	(Ref.)	31/12/2015
Administrativas	(572.395)	(64.254)	(b)	(636.649)
Provisão para Indenizações (Programa de Incentivo a Transferência ou Aposentadoria)	(24.898)	64.254		39.356

- c) Demonstrações dos Valores Adicionados – Do item salários e encargos foram reclassificados R\$ 243.346 mil para o grupo de impostos, taxas e contribuições correspondentes a encargos patronais com INSS. Foram, também, reclassificados R\$ 64.254 mil da Provisão para indenizações (Programa de Incentivo a Transferência ou aposentadoria – PDITA), por representar parcela distribuída aos empregados que aderiram ao programa.

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Publicado em			ajustado
	31/12/2015	(Reclassificações)	(Ref.)	31/12/2015
(=) Valor adicionado bruto	1.815.971	-		1.815.971
(-) Retenções				
Provisão para contingências	(584.040)	-		(584.040)
Provisão / reversão para imobilizado e intangível (Impairment)	21.706	-		21.706
Provisão / reversão para perdas com operações descontinuadas	(77.838)	-		(77.838)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(35.379)	-		(35.379)
Provisão para Indenizações (Programa de Incentivo a Transferência ou Aposentadoria)	(24.898)	64.254	(b)	39.356
Provisão benefício pós emprego	(122.565)	-		(122.565)
Provisão para estoques	(382)	-		(382)
(-) Depreciação e amortização	(133.524)	-		(133.524)
(=) Valor adicionado líquido	859.051	64.254	(b)	923.304
(+/-) Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	118.024	-		118.024
Resultado de equivalência	(826.361)	-		(826.361)
(=) Valor adicionado total a distribuir	150.714	64.254	(b)	214.967
Distribuição do valor adicionado				
Salários e encargos	2.019.934	(179.092)	(bc)	1.840.842
Impostos, taxas e contribuições				
Tributos	104.368	243.346	(c)	347.714
Remuneração de capitais de terceiros				
Despesas financeiras	145.269	-		145.269
Obras em bens da União	930.853	-		930.853
	1.076.122	-		1.076.122
Remuneração de capitais próprios				
Lucro / (prejuízo) do exercício	(3.049.710)	-		(3.049.710)
Valor adicionado total distribuído	150.714	64.254	(b)	214.968

Nota 3 – Caixa e equivalentes de Caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e Bancos	28.023	32.729
Aplicação Financeira	655.692	75.753
<i>Certificados de Depósito Bancário</i>	649.887	71.668
<i>Outros</i>	5.805	4.085
Total	683.716	108.481

Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Empresa considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e estejam sujeitas a insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em Fundos de renda fixa compostos por títulos públicos que fazem parte da carteira teórica do índice IRFM-1 (LTN e NTN-F).

Nota 4 – Aplicações

	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações Financeiras Compulsórias	67.864	61.276
<i>Convênios e TCCA's</i>	67.733	61.257
<i>Depósitos Judiciais</i>	131	20
Total	67.864	61.276

Em virtude dos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA), assinados com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, com a Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina e com o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo, a Infraero possui aplicações em poupança. A utilização desses recursos é exclusivamente para atender o licenciamento ambiental de empreendimentos, conforme trata o art. 36, da Lei Federal nº 9.985, de 18/7/2000.

Nota 5 – Contas a Receber

a) Composição do Contas a Receber

	31/12/2016	31/12/2015
Comerciais, Exploração de Serviços e Cursos e Treinamentos	547.974	419.952
Embarques e Conexão	89.492	79.214
Armazenagem e Capatazia	11.922	26.776
Pouso, Permanência e Navegação Aérea	152.578	149.781
Outros	82.066	107.161
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(346.500)	(408.293)
Total	<u>537.531</u>	<u>374.590</u>
Circulante	494.464	372.571
Não Circulante	43.067	2.019

b) Composição por Idade de Vencimento

Em 31 de dezembro de 2016, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	31/12/2016	31/12/2015
A Vencer	315.292	299.923
Vencidas	488.175	421.518
<i>De 1 a 30 dias</i>	24.037	49.068
<i>De 31 a 60 dias</i>	17.749	12.001
<i>De 61 a 90 dias</i>	15.842	7.627
<i>De 91 a 120 dias</i>	27.209	8.831
<i>De 121 a 180 dias</i>	30.236	15.459
<i>Há mais de 180 dias</i>	373.102	328.531
Total	<u>803.468</u>	<u>721.441</u>

c) Movimentação na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Infraero constitui a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos classificados no grupo Contas a Receber, incluindo as dívidas vencidas em processo de negociação e em cobranças judiciais. O montante é considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A provisão foi calculada observando-se os aspectos fiscais da Lei

nº 9.430/96, a conjuntura econômica, o histórico de inadimplência dos clientes e a sua relevância.

Em 31 de dezembro de 2016 a provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 346.500 mil (R\$ 408.293 em 31 de dezembro de 2015).

PCLD - Circulante	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do período	(277.799)	(264.322)
Adições	(76.181)	(247.280)
Transferência	-	(3.334)
Reversões	168.179	237.137
Saldo no fim do período	(185.801)	(277.799)

PCLD - Não circulante	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do período	(130.494)	(108.591)
Adições	(71.087)	(102.990)
Transferência	-	3.334
Reversões	40.881	77.753
Saldo no fim do período	(160.699)	(130.494)

Nota 6 – Estoques

	31/12/2016	31/12/2015
Materiais Auxiliares e de Manutenção	54.428	52.033
Importação em andamento	540	2.990
(-) Provisão para Perdas	(5.230)	(5.081)
Total	49.738	49.942

A Infraero possui 25 almoxarifados, que estão localizados nos principais centros de negócios da rede, com a finalidade de minimizar os custos com logística.

Para estimativa do valor registrado na provisão foi considerado a obsolescência dos estoques, ou seja, a não utilização dos materiais em intervalos de tempos diferenciados conforme o tipo de estoque avaliado.

Neste contexto, foi definido que para os estoques de Materiais de Consumo os itens não movimentados há mais de 3 (três) anos devem compor o saldo para a provisão de obsolescência dos estoques, considerando também os Materiais de Manutenção naqueles itens não utilizados há mais de 9 (nove) anos.

Sendo assim, os valores destes dois grupos quando somados nos períodos analisados compõe o montante de R\$ 5.230 mil, que foram provisionados, em 2016, para melhor apresentação do saldo dos estoques. Essa provisão corresponde aos valores registrados no estoque entre os anos de 2013 a 2015 no caso dos Materiais de Consumo, e 2007 a 2015 para os Materiais de Manutenção já obsoletos e sem condições de utilização.

Nota 7 – Impostos, Taxas e Contribuições

a) Tributos a Recuperar

A conta de Impostos a Recuperar, no montante de R\$ 152.316 mil, compreende créditos tributários de curto prazo, recuperáveis, provenientes de retenções na fonte, apuração de saldos negativos de IRPJ, entre outros.

	31/12/2016	31/12/2015
PASEP e COFINS	102.467	91.468
INSS	10.164	2.371
Imposto a Recuperar (retido) - Lei 9430/96	29.415	31.795
IRRF	10.261	9.408
Outros	11	0
Total	152.316	135.043

Os créditos tributários reconhecidos como Imposto a Recuperar (retido) – Lei 9430/96 referem-se às retenções na fonte realizadas pelos clientes da Infraero, nos termos da IN nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

Os tributos a recuperar PASEP/COFINS decorrem de créditos extemporâneos, não utilizados no período de apuração (regime não cumulativo). A Infraero já iniciou o processo de compensação dos créditos tributários acumulados pela empresa nos últimos 5 anos, e pretende utilizar o saldo registrado no ativo, ao longo dos próximos 2 anos. Para isso, contratou em 2016, consultoria tributária especializada para auxiliar no processo de restituição/compensação junto ao fisco.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Ativos

A Infraero de acordo com o CPC nº 32 – Tributos sobre o Lucro e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico,

reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com CPC nº 32, a Infraero não deverá registrar o ativo fiscal diferido, pois não possui expectativa de geração de lucros tributários futuros.

c) Tributos a Recolher

	31/12/2016	31/12/2015
PASEP e COFINS	156.316	5.307
FGTS	11.208	11.813
INSS s/ Folha de Pagamento	32.750	64.196
INSS s/ Terceiros	5.796	6.926
Imposto a Recolher (retenção) - Lei 9430/96	20.002	24.683
ISS a Recolher	6.038	7.446
Refis a Pagar	2.250	813
IRRF s/ Folha de Pagamento	35.770	35.285
Outros	371	56
Circulante	<u>270.502</u>	<u>156.525</u>
	31/12/2016	31/12/2015
Refis a Pagar	2.681	6.368
Não Circulante	<u>2.681</u>	<u>6.368</u>

i) Sobre o ISS

A Infraero não recolhe aos municípios, onde administra aeroportos, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS por prestar serviço público federal em nome da União, nem recolhe o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, pertinente aos sítios aeroportuários, porquanto se constituem propriedades da União Federal. Com efeito, o Supremo Tribunal Federal (STF) em mais de uma oportunidade, com respaldo na alínea “a”, do inciso VI, do art. 150, da Constituição da República, reconhece à Infraero como, de ordinário, às demais empresas públicas, a aplicação do princípio da imunidade recíproca.

Em razão disso, a Empresa decidiu por não realizar provisão de possíveis perdas em ações de execução fiscal envolvendo as matérias supramencionadas. O recolhimento de ISS no

qual a Infraero apresenta é em decorrência de retenções de Prestadores de Serviços em atendimento do art. 6º da Lei Complementar 116/03.

A Infraero só reconhece a provisão mediante avaliação da probabilidade de perda que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Em razão disso, a Infraero decidiu por não realizar provisão contábil passiva relativas a ações de execução fiscal do Imposto sobre Serviços – ISS.

ii) Adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

A empresa aderiu em agosto de 2014 ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) usufruindo benefícios advindos das Leis nºs. 11.941/2009 e 12.973/2014, cujos prazos foram reabertos pela Lei nº 12.996/2014.

Os débitos incluídos no REFIS referem-se as autuações fiscais relativas aos tributos PASEP e COFINS no período de 2002 a 2005. Com a adesão ao programa, a empresa desistiu das respectivas ações judiciais e administrativas de contestação dos débitos. O débito efetivo é de R\$ 37.000 mil que representa o somatório do valor principal, multa, juros e encargos.

Optou-se pelo programa em 60 parcelas, sendo a primeira 20% do montante da dívida, parcelada em 5 prestações depois de aplicada às reduções da multa e juros. No decorrer dos recursos administrativos e judiciais foram realizados depósitos judiciais no montante de R\$ 2.900 mil, os quais poderão ser utilizados para abatimento da dívida, assim como, o Prejuízo Fiscal e a Base Negativa da Contribuição Social.

A adesão ao REFIS resultou em uma economia tributária superior a R\$ 9.000 mil, em razão dos descontos de multa e juros conforme artigos 10 e 11 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 13/2014.

A seguir são apresentados os valores reconhecidos após a consolidação.

	31/12/2016	31/12/2015
Valor Principal	37.576	37.576
Reduções	(9.611)	(9.611)
Principal Ajustado	27.965	27.965
Compensação PF/BN CSLL	(12.003)	(12.003)
Amortizações	(11.031)	(8.780)
Total	4.931	7.182

Nota 8 – Partes Relacionadas

As informações financeiras dos investimentos da Empresa em coligadas estão apresentadas na tabela a seguir:

Razão Social	País - Sede	49% da participação societária	
		31/12/2016	31/12/2015
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A	<i>Brasil</i>	869.533	698.033
Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.	<i>Brasil</i>	463.050	433.650
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.	<i>Brasil</i>	692.990	669.585
Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.	<i>Brasil</i>	877.293	663.410
Concessionária Aerobrasil - Confin's	<i>Brasil</i>	299.851	129.100

Remuneração da administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Empresa, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, está composta como segue:

Composição	31/12/2016	31/12/2015
Pró-Labore	3.892	4.057
Encargos	1.233	2.002
Benefícios	194	98
Total	5.319	6.157

A Empresa não possui planos de opção de ações para seus executivos e empregados de qualquer nível.

Nota 9 – Despesas Pagas Antecipadamente

Composição	31/12/2016	31/12/2015
Gastos com Apólices de Seguros	3.098	4.785
Despesas com Pessoal	1.772	317
Despesas com Serviços Contratados	2.705	1.939
Total	7.575	7.041

Nota 10 – Investimentos

a) Composição

Os investimentos, no valor líquido de R\$ 1.701.245 mil, correspondem aos custos de aquisição após provisão para perdas na realização. Foram adquiridos, em 2011, terrenos do Comando da Aeronáutica no Sítio Aeroportuário de Belo Horizonte - Pampulha no valor de R\$ 70.504 mil, que até a conclusão do Plano Diretor do aeroporto, ficará registrado neste grupo na conta de Imobilizado Não Destinado a Uso.

	31/12/2016	31/12/2015
Ações em Incentivos Fiscais	22.797	22.799
Obras de Arte	1.213	1.213
Participação em Fundos	398	398
SPEs	3.202.716	2.593.778
Perdas por equivalência patrimonial	(1.574.807)	(942.445)
Imobilizado não destinado a uso	70.504	70.504
Outros	0	0
Total dos Investimentos	1.722.822	1.746.247
(-) Provisão para Perdas	-21.578	-21.578
Total	1.701.245	1.724.669

No exercício de 2016 foram investidos pela Infraero, a título de aporte de capital, R\$ 608.938 mil nas Sociedades de Propósito Específico (SPE) de Viracopos, Brasília, Guarulhos, Rio de Janeiro e Confins correspondendo a 49% do capital social. Tais investimentos foram avaliados pelo MEP, considerando o período-base dezembro, conforme previsto na Lei nº 6.404/76, artigo 248, inciso I.

b) Movimentação dos Investimentos em Coligadas:

	Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.	Infraerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.	Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A	Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.	Concessionária Aeroporto Internacional de Confins S.A.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	652.830	318.274	458.099	149.295,16	116.937,11	1.695.435
Aporte de Capital	99.470	94.048	102.410	486.331	-	782.259
Resultado de equivalência patrimonial	13.729	(179.952)	(560.509)	(20.917)	(78.712)	(826.361)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	766.030	232.369	0	614.709	38.225	1.651.333
Aporte de Capital	23.405	29.400	171.500	213.883	170.750	608.938
Resultado de equivalência patrimonial	(88.147)	(131.625)	(171.500)	(176.731)	(64.359)	(632.362)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	701.288	130.144	0	651.861	144.617	1.627.909
Total	701.288	130.144	0	651.861	144.617	1.627.909

A concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A, apresentou em 31/12/2016 um prejuízo no exercício superior a R\$ 1 bilhão. O prejuízo expressivo se deve essencialmente ao valor de R\$ 1,3 bilhão, originário da apropriação da outorga fixa e sua atualização, acrescido do reconhecimento de juros do Empréstimo de Longo Prazo e de

Debêntures. Conforme o CPC nº 18, a Infraero registrou normalmente a equivalência patrimonial, diminuindo-se o valor do investimento, até que este fosse reduzido a zero, em conta redutora do respectivo investimento.

Aportes de capital

Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.

No ano de 2016 a Infraero subscreveu e aportou na empresa Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. R\$ 23.405 mil (vinte e três milhões, quatrocentos e cinco mil reais), representados por 23.404.706 ações ordinárias.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

No ano de 2016 a Infraero subscreveu e aportou na Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. R\$ 29.400 mil (Vinte e nove milhões e quatrocentos mil reais), representados por 29.400.000 ações ordinárias.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A

No ano de 2016 a Infraero subscreveu e aportou na Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. R\$ 171.500 mil (Cento e setenta e um milhões e quinhentos mil reais), representados por 222.727.273 ações ordinárias.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

No ano de 2016 a Infraero subscreveu e aportou na Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A. R\$ 213.883 mil (Duzentos e treze milhões, oitocentos e oitenta e três mil reais), representados por 213.883.040 ações ordinárias.

Concessionária Aeroporto Internacional de Confins S.A.

No ano de 2016 a Infraero subscreveu e aportou na Concessionária Aeroporto Internacional de Confins S.A. R\$ 170.750 mil (Cento e setenta milhões, setecentos e cinquenta mil reais), representados por 170.750.300 ações ordinárias.

Nota 11 – Imobilizado e Intangível

Custo do Imobilizado Bruto	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Instalações, Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Andamento (i)	Outros	Redução ao Valor Recuperável	Operações Descontinuadas	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2015	960	3.701	597.700	271.538	146.196	58.734	190	(281.266)	-	797.753
Adições	-	-	17.785	95.353	853	11.947	-	(329.912)	(77.838)	(355.706)
Baixas	(28)	(29)	(12.833)	(1.889)	(2.313)	-	(2)	316.442	-	301.059
Transferências	-	92	(10.963)	-	7.844	(2.076)	46	-	-	(5.058)
Bens Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	932	3.765	591.689	365.001	152.580	68.605	234	(294.736)	(77.838)	810.233
Adições	-	-	18.245	1.994	1.344	10.971	35	(370.628)	(65.434)	(403.473)
Baixas	-	-	(7.401)	(1.409)	(1.519)	(3.018)	(53)	508.680	77.838	573.118
Transferências	-	36	5.488	1.131	142	(9.543)	(118)	-	-	(2.863)
Bens Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	932	3.801	608.020	366.718	152.547	67.016	98	(156.684)	(65.434)	977.015
Depreciação Acumulada										
Saldos em 01 de janeiro de 2015	-	(2.972)	(230.280)	(93.912)	(50.378)	-	-	-	-	(377.542)
Adições	-	(38)	(53.817)	(44.186)	(12.905)	-	-	-	-	(110.946)
Baixas	-	29	11.105	1.286	1.477	-	-	-	-	13.897
Transferências	-	-	(19)	448	3	-	(75)	-	-	358
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	(2.981)	(273.010)	(136.364)	(61.803)	-	(75)	-	-	(474.233)
Adições	-	(48)	(53.515)	(44.642)	(13.164)	-	-	-	-	(111.370)
Baixas	-	-	6.924	1.598	1.168	-	66	-	-	9.755
Transferências	-	(34)	7	(43)	31	-	-	-	-	(39)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	(3.064)	(319.594)	(179.452)	(73.768)	-	(10)	-	-	(575.887)
Imobilizado Líquido										
Saldos em 01 de janeiro de 2015	960	729	367.420	177.626	95.818	58.734	190	(281.266)	-	420.210
Saldos em 31 de dezembro de 2015	932	783	318.679	228.637	90.777	68.605	159	(294.736)	(77.838)	335.999
Saldos em 31 de dezembro de 2016	932	738	288.426	187.266	78.779	67.016	88	(156.684)	(65.434)	401.129

(i) saldo de bens de Imobilizado em andamento é constituído principalmente por adiantamento a fornecedores.

Custo do Intangível Bruto	Licença de Uso de Software	Marcas, Diretos e Patentes	Software em Desenvolvimento	Redução ao Valor Recuperável	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2015	147.659	85	1.382	(65.266)	83.859
Adições	5.337	-	3.862	(59.123)	(49.924)
Baixa	(10.858)	-	-	94.300	83.442
Transferências	2.908	-	-	-	2.908
Saldos em 31 de dezembro de 2015	145.046	85	5.245	(30.090)	120.285
Adições	7.544	0	2.657	(74.443)	(64.243)
Baixa	(167)	-	-	62.130	61.964
Transferências	2.990	-	-	-	2.990
Saldos em 31 de dezembro de 2016	155.413	85	7.901	(42.403)	120.996
Amortização Acumulada					
Saldos em 01 de janeiro de 2015	(79.293)	(75)	-	-	(79.368)
Adições	(15.729)	(7)	-	-	(15.736)
Baixa	2.760	-	-	-	2.760
Transferências	27	-	-	-	27
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(92.235)	(82)	-	-	(92.316)
Adições	(14.600)	(2)	-	-	(14.603)
Baixa	1.057	-	-	-	1.057
Transferências	(78)	-	-	-	(78)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(105.856)	(84)	-	-	(105.941)
Intangível Líquido					
Saldos em 01 de janeiro de 2015	68.366	10	1.382	(65.266)	4.492
Saldos em 31 de dezembro de 2015	52.811	3	5.245	(30.090)	27.969
Saldos em 31 de dezembro de 2016	49.556	1	7.901	(42.403)	15.056

A Empresa não possui leasing.

a) Revisão da Vida Útil

Conforme preconiza o item 33 do ICPC 10, a revisão da vida útil dos bens foi realizada pelos profissionais da Infraero por possuírem conhecimentos técnicos e específicos que lhes permitem estimar vidas úteis adequadas dos bens.

b) Teste de Recuperabilidade

Os critérios para projeção de receitas e despesas utilizados na elaboração do fluxo de caixa são revisados anualmente pela Alta Administração da Infraero e são os mesmos adotados no Orçamento e no Planejamento Empresarial, sendo que neste exercício foram alterados os demonstrados a seguir:

DESCRIÇÃO	CRITÉRIOS (2014-2015)	CRITÉRIOS (2015-2016)
RECEITAS OPERACIONAIS		
Embarque Doméstico	PIB + Reajuste Tarifário	PIB x 2 + Reajuste Tarifário
Navegação Aérea TAT	Previsão repasse DECEA	PIB
Navegação Aérea TAN	Previsão repasse DECEA	PIB
Recuperação de Despesas	PIB	IPCA
Armazenagem e Capatazia	PIB x 1,5	PIB x 3,49
Concessões de Áreas	PIB + IPCA	PIB + IPCA + 5% de crescimento real
DESPESAS OPERACIONAIS		
Serviços Contratados	IPCA x 2	IPCA x 2 + 1% da despesa operacional
Serviços Públicos	IPCA	IPCA X 1,5
Restituições e Cancelamento Receita		IPCA

Na apuração do VPL e Payback Econômico foi adotado como referência para o custo de capital, a TJLP (fonte: BNDES) e para a taxa de crescimento da perpetuidade, o PIB (fonte: Macrométrica, em 28/11/2016).

Desta forma, foi identificado em 2016 uma perda por desvalorização no ativo imobilizado e intangível de R\$ 207.200 mil, havendo uma redução em relação a perda constituída em 2015, na ordem de R\$ 181.835 mil.

Resultados Financeiros	31/12/2016	31/12/2015
Período de Análise	5 anos	5 anos
Redução por Impairment	207.200	389.035
Custo de Capital – TJLP	7,50%	7,00%
Taxa Crescim. Perpetuidade - PIB	2,91%	2,84%

c) Reconhecimento da Depreciação/Amortização no Resultado

Os valores de depreciação e amortização reconhecidos no resultado em 31 de dezembro de 2016 totalizam R\$ 122.386 mil, sendo R\$ 109.210 mil referente à depreciação e R\$ 13.626 mil amortização (R\$ 133.524 mil em 31 de dezembro de 2015, sendo R\$ 118.157 mil depreciação e R\$ 15.367 mil amortização).

d) Operações Descontinuadas

O Governo Federal anunciou em junho de 2015, como Parte do Plano de Investimentos em Logística 2015-2018, mais quatro concessões de aeroportos da rede Infraero: os aeroportos Internacional Pinto Martins, em Fortaleza, Internacional de Salvador Deputado Luís Eduardo Magalhães, Internacional de Florianópolis Hercílio Luz e Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre. O recurso arrecadado será repassado ao Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC. Conforme previsto no Edital nº 01/2016 e seus Anexos, disponíveis no sítio eletrônico da ANAC, a Sessão Pública do Leilão será realizada no dia 16 de março de 2017.

Em 31 de dezembro de 2016, os referidos aeroportos estavam classificados no grupo operação descontinuada no valor de R\$ 65.434 mil.

A referida provisão foi constituída em 31 de dezembro de 2015, considerando o anúncio realizado pelo governo, onde a previsão inicial era que o leilão fosse realizado ao longo do exercício 2016, dessa forma em 31 de dezembro de 2016, foi mantida a provisão anteriormente efetuado e o ajuste dos valores (reversão) foi reconhecido no exercício corrente R\$ 12.404 mil.

Nota 12 – Recursos de Terceiros

Os Recursos de Terceiros estavam constituídos, principalmente, pelos seguintes valores:

	31/12/2016	31/12/2015
(a) Convênios	45.417	40.099
(b) Fundo Nacional de Aviação Civil	0	1.192.169
(c) Prefeituras e Administradoras	12.501	13.524
(d) Comando da Aeronáutica	3.645	3.470
Total	61.562	1.249.261

(a) Convênios - relativos a recursos de convênios firmados entre a Infraero e entes da Administração Pública, destinados à ampliação e modernização de aeroportos.

- (b) Fundo Nacional de Aviação Civil – Recursos relativos a Medida Provisória nº 551, de 22/11/2011, convertida na Lei nº 12.648, de 17/5/2012, que definiu, a partir de 10/1/2012, a parcela correspondente ao aumento concedido pela Portaria nº 861/GM2 de 9/12/1997 às Tarifas de Embarque Internacional, bem como o Adicional Tarifário, constituem receita própria do Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC. Em 25 de julho de 2016, foi publicada a lei 13.919/2016 que remitiu os débitos decorrentes do Ataero, acumulados pela empresa até 31/12/2016, assim o montante de R\$ 1.578.756 (um bilhão, quinhentos e setenta e oito milhões setecentos e cinquenta e seis mil) acumulados até esta data foi totalmente revertido do passivo e reconhecido na demonstração de resultado do exercício como receita eventual.
- (c) Prefeituras e Administradoras – São valores referentes à obrigação da Infraero em repassar a participação das demais Prefeituras e Administradoras de Aeroportos nas tarifas arrecadadas.
- (d) Comando da Aeronáutica – recursos relativos, principalmente, à arrecadação de taxas de ocupação cobradas de empregados da Infraero sobre imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade e guarda da Infraero.

O quadro a seguir demonstra o detalhamento dos ingressos e dos dispêndios dos recursos de terceiros no período:

	Ingressos		Dispêndios	31/12/2016	31/12/2015
	Recursos	Receitas Financeiras	Investimentos / Repasses		
FNAC	527.957	-	1.720.126	-	1.192.169
Convênios	-	6.653	1.336	45.415	40.098
Ministério do Turismo	-	6.359	1.273	42.988	37.902
Governo Estado da Bahia	-	294	63	2.427	2.196
Comando da Aeronáutica	8.631	-	8.455	3.646	3.470
Prefeituras e Administradoras	73.337	-	74.360	12.501	13.524
Total	609.925	6.653	1.804.277	61.562	1.249.261

Nota 13 – Provisão para Indenizações

	31/12/2016	Movimento	31/12/2015
Provisão para Indenizações	2.892.205	2.200.492	691.713
Reversão para Indenizações	(2.843.215)	(2.382.040)	(461.175)
TOTAL	48.990	(181.548)	230.538

Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria – PDITA

Considerando a política adotada pelo Governo Federal para concessão à iniciativa privada dos aeroportos de Brasília/DF, Guarulhos/SP, Campinas/SP, Confins/MG e Rio de Janeiro/RJ, administrados pela Infraero e, a construção do novo aeroporto em Natal/RN, a Empresa, por meio do termo aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado em 6/12/2011, resolveu implantar o Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria – PDITA, que tem como limite, entre transferências e aposentadorias efetivadas, 4.220 empregados. A adesão ao programa teve início em 15/8/2012. Dessa forma, foi constituída a provisão utilizada como critério os empregados, confirmados e deferidos, em 31/12/2016, que aderiram ao programa, sendo o valor composto pelos seguintes itens: incentivo financeiro, multa de FGTS, aviso prévio e a contribuição previdenciária sobre o aviso prévio indenizado.

Nota 14 – Provisão para Contingências e Ativos Contingentes

A Infraero é parte em diversas ações judiciais, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos, resultantes do curso normal de suas operações. A empresa avalia suas contingências, tendo por base a expectativa de perda, segundo o grau de risco de cada ação judicial. A classificação de risco e valores estimados, são elaborados com base em pareceres de seus assessores jurídicos e melhor julgamento da Administração, de acordo com os seguintes níveis de risco:

Provável – Quando há risco alto de perda processual, ou seja, a chance de ocorrência da perda é superior à chance de não ocorrência, cuja probabilidade de perda (taxa de risco), esteja classificada de acordo com o manual de classificação e avaliação de risco de ações judiciais da Infraero, como risco alto ou praticamente certo.

Possível – Quando houver risco intermediário de perda processual, ou seja, a chance de ocorrência da perda é menor que no nível provável e maior que no nível remoto; a qual a administração classifica como risco médio.

Remoto – Quando houver risco baixo de perda processual, ou seja, a chance de ocorrência da perda é pequena. Em conformidade ao CPC 25, as contingências classificadas como remotas, não são provisionadas e nem divulgadas em nota explicativa.

A Infraero é parte passiva em processos das seguintes natureza:

a) Ações Trabalhistas

- Pedidos de pagamento de adicional de insalubridade ou de periculosidade para empregados que trabalham em pátios de manobras ou áreas de terminais de carga aérea nos aeroportos. Trata-se de ações, na sua grande maioria, intentadas pelo Sindicato Nacional dos Aeroportuários – Sina, na condição de substituto processual da categoria dos aeroportuários. As decisões são diversificadas nas Varas do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, não tendo sido a matéria pacificada no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.
- Pedidos de condenação da Infraero sob o prisma da responsabilidade subsidiária na apuração de verbas salariais ou parcelas rescisórias. Trata-se de ações propostas por empregados ou ex-empregados de empresas contratadas (terceirizados), cujas decisões têm sido diversificadas nas Varas do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, não tendo sido a matéria pacificada no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.

b) Ações Cíveis

- Quanto às ações cíveis, existem pedidos diversificados de indenizações e cobranças nas unidades regionais da Infraero, decorrentes de: acidentes e/ou incidentes aeronáuticos; furtos ou avarias de cargas em terminais de carga; furtos, acidentes e danos materiais ocorridos em áreas operacionais e terminais de passageiros, cumulados com danos morais; acidentes e/ou incapacidades laborais; relações oriundas de contratos administrativos firmados pela Empresa, em função de execução de obras, serviços e concessões de áreas aeroportuárias; além de discussões sobre a legalidade de cobrança de tarifas aeroportuárias.

c) Ações Tributárias

- A Infraero está sujeita a fiscalizações realizadas pelas autoridades fiscais com relação às operações que realiza. A fim de elidir eventuais autuações fiscais relativas à formação da base de cálculo e quanto à incidência de determinados tributos e contribuições sobre atividades econômicas desenvolvidas pela empresa, a Infraero busca provimento judicial para obter a suspensão da exigibilidade do tributo em litígio mediante garantia em dinheiro por meio de depósitos judiciais.

d) Ações Administrativas

- A Infraero é parte envolvida em processos que tramitam na esfera administrativa de eventuais passivos perante o INMETRO, ANVISA, ANAC, Secretaria da Receita Federal do Brasil (processos decorrentes das atividades sujeitas a alfandegamento), PROCON, ANATEL e Ministério das Comunicações.

Processos Judiciais e Extrajudiciais Provisionados

Os valores das ações classificadas com risco de perda provável foram provisionados, líquidos dos depósitos judiciais, estão demonstrados no quadro a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Judiciais	591.968	456.635
Trabalhistas	342.849	173.644
Cíveis	249.119	282.991
<i>Tributárias</i>	<i>19.871</i>	<i>85.928</i>
<i>Demais Ações</i>	<i>229.248</i>	<i>197.063</i>
Administrativas	94.555	299.104
TOTAL	686.523	755.739

A movimentação ocorrida nas provisões referentes aos processos judiciais e administrativos, no ano de 2016, foi de R\$ 69.214 mil, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2015	Adições	Reversão	Baixas	31/12/2016
Trabalhistas	173.644	636.659	(455.228)	(12.225)	342.849
Cíveis	282.991	704.195	(733.038)	(5.028)	249.119
Administrativas	299.104	105.779	(310.328)	-	94.555
TOTAL	755.739	1.446.633	(1.498.594)	(17.253)	686.523

A empresa considera que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

Processos Judiciais e Extrajudiciais Não Provisionados

Ações judiciais movidas contra a Infraero com probabilidade de desembolso futuro possível, não provisionadas.

	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhistas	296.510	385.639
Cíveis	1.825.654	2.068.112
Administrativas	146.583	-
TOTAL	2.268.747	2.453.751

Depósitos recursais e judiciais

Correlacionados às contingências existem depósitos judiciais. Em 31 de dezembro de 2016 os depósitos judiciais mantidos pela Empresa representam R\$ 333.000 mil (R\$ 254.613 mil em 31 de dezembro de 2015).

Ativos Contingentes

A Infraero não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

Nota 15 – Recursos para Aumento de Capital

São compostos por recursos recebidos da União, destinados a futuro aumento de capital da Infraero, totalizando o montante de R\$ 4.423.084 mil, (R\$ 3.921.698 mil correspondente ao aporte e R\$ 501.386 mil atualização monetária). A empresa aguarda a publicação de Decreto Presidencial autorizando a incorporação dos recursos transferidos pela União ao seu Capital Social, cuja tramitação encontra-se em andamento no Ministério dos Transportes. Enquanto isso, sobre estes recursos incidirão encargos financeiros equivalentes à taxa Selic, desde o dia da transferência até a data da capitalização em conformidade com o art. 2º do decreto nº 2.673 de 16 de julho de 1998.

Em 31 de dezembro de 2016, a despesa referente a atualização financeira corresponde à R\$ 373.551 mil.

Nota 16 – Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 696.829 mil está representado por 12.825.493 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Reserva Legal

A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas criem uma reserva de até 20% do valor total do capital. Antes de os lucros serem distribuídos, as sociedades anônimas devem apropriar 5% do lucro líquido anual para esta reserva até que a reserva seja igual a 20% do valor total do capital. Em decorrência do prejuízo não foi constituída reserva legal no exercício.

c) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O principal objetivo da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial é receber contrapartida dos aumentos e diminuições de valor de ativos e passivos, principalmente em decorrência da avaliação ao valor justo. A atual redação do parágrafo terceiro do Art. 182 da Lei das S.A. atribuiu à Comissão de Valores Mobiliários – CVM poderes para determinar o uso desta conta para outras situações não previstas na Lei das S.A. Dessa forma, o ajuste de avaliação patrimonial pode ser entendido como uma espécie de correção dos valores de ativos e passivos em relação ao valor justo.

Além disso, em geral essa conta tem caráter transitório, abrigando valores que em algum momento deveriam transitar pelo resultado abrangente da Empresa. Portanto, pode receber a contrapartida de transações que afetarão o resultado no futuro, como, por exemplo, ganhos e perdas atuariais.

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo desta conta está representado pelo reconhecimento das perdas com assistência médico-hospitalar, no valor de R\$ 865.230 mil e pelos ganhos dos planos de previdência complementar, no valor de R\$ 11.107 mil relativos a benefícios pós-emprego concedidos conforme Nota 22, “c”, “d”.

Nota 17 – Ativo e Passivo Compensado

A Empresa mantém controle dos investimentos realizados nos aeroportos em contas de Compensação.

O Ativo e Passivo Compensado da Empresa são representados pelos Bens da União, Garantias Cauçionárias de Terceiros e Almojarifados da União.

No que se refere aos investimentos realizados em bens da União, representados por obras e serviços de engenharia na construção, ampliação e modernização da infraestrutura aeroportuária, a Empresa efetua tais registros para fins societários e fiscais como despesa, haja vista que os aeroportos são bens públicos pertencentes à União (Art. 38 do Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei nº 7.565, de 19/12/1986). Desse modo, por inexistir termo de concessão entre a União e a Infraero, que estabeleça condições relativas à atribuição de valor econômico aos investimentos realizados e mecanismos de indenização em caso da substituição/retirada de aeroportos da Rede, a Infraero não registra tais investimentos no seu Ativo Não Circulante - Imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2016 os bens móveis, imóveis e almojarifados da União totalizavam R\$ 8.133.664 mil (31 de dezembro de 2015 R\$ 7.882.704 mil).

O quadro a seguir demonstra a movimentação dos bens móveis e imóveis da União:

	Taxa de Depreciação	31/12/2016				31/12/2015	
		Adições/ Exclusões	Baixas	Transferências	Ajustes	Valor Líquido	
Bens Móveis da União	10% a 20% a.a.	4.155	(11.284)	3.184	-	306.268	310.213
Imóveis e Benfeitorias da União	4% a.a.	465.362	(3.763)	(3.233)	-	10.437.200	9.978.834
Bens da União com a Concessão		-	-	-	-	(0)	(0)
Custo		469.517	(15.047)	(49)	-	10.743.468	10.289.047
Depreciações/Amortizações Acumuladas		(195.668)	3.147	(10.869)	-	(2.611.266)	(2.407.876)
TOTAL		273.850	(11.900)	(10.918)	-	8.132.203	7.881.172

Garantias Caucionárias de Terceiros

A Infraero mantém as garantias caucionárias de terceiros, oferecidas por empresas licitantes/contratadas, para assegurar o cumprimento da execução de obras, aquisição de equipamentos, prestação de serviços, contratos comerciais e fornecimento de materiais. É facultado às empresas efetuarem a caução em dinheiro, títulos da dívida pública, fiança bancária ou seguro garantia.

Em 31 de dezembro de 2016 as garantias em títulos da dívida pública, fiança bancária ou seguro garantia totalizavam R\$ 4.055.667 mil (R\$ 4.691.926 mil em 31 de dezembro de 2015).

Nota 18 – Receita Líquida

As receitas, com exceção dos ganhos de capital e de algumas receitas financeiras, estão sujeitas à incidência do Programa Formador do Patrimônio do Servidor Público – PASEP e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, pelo regime de competência. Esses tributos são apresentados como deduções da receita bruta. Os débitos decorrentes das outras receitas operacionais e créditos decorrentes das outras despesas operacionais estão apresentados dedutivamente na demonstração do resultado.

	31/12/2016	31/12/2015
Receita Bruta	2.946.797	2.718.702
<i>Comerciais</i>	950.515	896.073
<i>Embarque</i>	869.907	826.946
<i>Armazenagem e Capatazia</i>	194.710	214.981
<i>Pouso e Permanência</i>	281.282	277.839
<i>Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea</i>	544.298	404.198
<i>Exploração de Serviços</i>	53.620	44.736
<i>Conexão</i>	47.960	48.114
<i>Cursos e Treinamentos</i>	4.507	5.815
Deduções	(106.845)	(68.609)
<i>PASEP</i>	(19.090)	(12.240)
<i>COFINS</i>	(87.754)	(56.369)
Receita Líquida	2.839.953	2.650.093

Nota 19 – Resultado Financeiro

	31/12/2016	31/12/2015
Receita financeira	138.747	117.953
Rendimento de aplicação financeira	50.557	35.929
Juros recebidos	77.591	59.982
Outros juros e descontos obtidos	10.599	22.041
Despesa financeira	(407.215)	(142.356)
Atualização monetária (a)	(405.850)	(141.906)
Outros juros, multas e atualizações	(1.365)	(450)
Impostos sobre operações financeiras	(2.404)	(2.413)
Variação cambial, líquidas	(22)	(428)
Resultado financeiro	(270.894)	(27.244)

a) Representam na sua maioria, a atualização pela taxa SELIC dos aportes de capital realizados pela União.

Nota 20 – Despesas por Natureza

	31/12/2016	31/12/2015
Custo dos Serviços Prestados		
Pessoal	1.321.561	1.289.247
Depreciações e Amortizações	95.924	91.391
Serviços Contratados e Locações	578.524	543.665
Utilidades - Serviços Públicos	196.996	180.096
Outros Custos / Gastos	125.714	122.136
Total	<u>2.318.719</u>	<u>2.226.535</u>
Planejamento e Orientação Técnico-Operacional		
Pessoal	349.044	302.028
Depreciações e Amortizações	5.667	(585)
Outros Custos / Gastos ¹	168.782	12.595
Total	<u>523.493</u>	<u>314.038</u>
Administrativas		
Pessoal	803.262	408.241
Depreciações e Amortizações	20.838	39.620
Serviços Contratados e Locações	63.432	57.565
Utilidades - Serviços Públicos	11.051	15.847
Perdas	94.544	92.994
Outros Custos / Gastos	25.286	22.382
Total	<u>1.018.413</u>	<u>636.649</u>
Comerciais		
Pessoal	16.085	20.419
Depreciações e Amortizações	406	3.098
Materiais de Consumo	1.402	1.938
Total	<u>17.893</u>	<u>25.456</u>

¹ O aumento na rubrica/gastos em relação ao ano de 2015 é decorrente da despesa do Pasep/Cofins no montante de R\$ 146.034 mil, incidente sobre a receita de remissão da dívida da Infraero junto ao FNAC, conforme disposto na nota explicativa 12b.

Nota 21 – Outras Receitas / (Despesas)

Outras receitas / (despesas)	31/12/2016	31/12/2015
Receitas	66.137	46.391
Despesas	(22.781)	(18.804)
TOTAL	43.355	27.587

O item outras receitas/despesas é composto pelo resultado apurado entre os cancelamentos de receitas e as anulações de despesas ocorridas no exercício anterior e ainda pelas operações não ligadas diretamente à atividade fim da empresa, tais como baixas de bens do imobilizado relativo a sua obsolescência ou alienação e recuperações de despesas relativas aos contratos de cessão de áreas.

Nota 22 – Benefícios a Empregados

a) Participação no Lucro do Resultado

O programa de participação nos lucros ou resultados dos empregados na Infraero é regulado pela Lei nº 10.101, de 19/12/2000, e pela Resolução CCE nº 10, de 30/5/1995 do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST. A participação nos lucros foi instituída com o objetivo de incentivar a produtividade. A fim de especificar as regras e atender aos critérios da legislação, o sistema foi consolidado no Regulamento do Programa de Participação nos Lucros ou Resultados – PPLR, o qual é proposto e aprovado em cada exercício social.

O PPLR é uma sistemática de participação dos empregados que está ligada às prioridades de negócios da Empresa e às políticas estabelecidas pelo Governo Federal, mediante orientação estratégica clara e definição de metas que garantam o desenvolvimento sustentável da Infraero, o respeito às diferenças entre as Dependências, os níveis hierárquicos, cargos e funções. Periodicamente são realizados o acompanhamento e a avaliação do programa, realinhando-os aos novos planos e estratégias de negócios. Em decorrência do prejuízo não foi provisionado recurso para o referido programa nesse exercício.

b) Programa Especial de Adequação do Efetivo (PEAE)

O Programa Especial de Adequação do Efetivo — PEAE visa a redução de empregados excedentes e equalização do quadro de pessoal entre as unidades da Infraero. O PEAE é composto de três módulos: Incentivo à Transferência para Concessionárias ou à Aposentadoria - PDITA, Desligamentos Incentivados - DIN e Transferência Especial de empregados entre unidades da empresa - TE.

PDITA

Considerando a política adotada pelo Governo Federal para concessão à iniciativa privada dos aeroportos de Brasília/DF, Guarulhos/SP, Campinas/SP, Confins/MG e Rio de Janeiro/RJ, a construção do novo aeroporto em Natal/RN, a Empresa, por meio do termo aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado em 6/12/2011, resolveu implantar o Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria – PDITA, que tem como limite, entre transferências e aposentadorias efetivadas, 4.220 empregados.

	31/12/2016	31/12/2015
Quantidade de desligamentos	1.124	314
Montante envolvido – R\$ mil	401.613	64.253

DIN

O desligamento incentivado – DIN é uma modalidade de desligamento a pedido, prevista no Programa Especial de Adequação do Efetivo (PEAE), que visa à adequação do efetivo excedente na empresa, em decorrência do processo de concessão de aeroportos. No exercício de 2016 foram desligados 13 empregados com desembolso total de R\$ 3.230 mil.

TE

A transferência especial – TE tem como objetivo, movimentar os empregados das dependências declaradas com excedente de pessoal, para aeroportos com necessidade de efetivo. É uma oportunidade de mudança de cidade, com uma série de incentivos.

c) Plano de Previdência Complementar

A Infraero é patrocinadora do Instituto Infraero de Seguridade Social – INFRAPREV, uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, bem como promover seu bem-estar social.

Os recursos que o Instituto dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de sua patrocinadora, participantes, assistidos e autofinanciados, e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos.

O Infraprev possui três planos de previdência: dois de Benefício Definido e um de Contribuição Variável (Plano CV), o qual detém o maior número de participantes. A partir da implantação do Plano de Contribuição Variável, em dezembro de 2000, somente este plano está aberto à entrada de novos participantes.

Planos	Benefícios	Classificação	Vigente
Plano BD I	Aposentadoria e pensão	Benefício Definido	Fechado para novos participantes
Plano BD II	Aposentadoria e pensão	Benefício Definido	Fechado para novos participantes
Plano CV	Aposentadoria e pensão	Contribuição Definida *	Aberto

* Trata-se de um plano híbrido, pois possui riscos atuariais para o serviço passado, de participantes que migraram dos planos de benefício definido.

Perfil de Participantes dos planos

Planos	31/12/2016			31/12/2015		
	Ativos *	Assistidos **	Total	Ativos *	Assistidos **	Total
Plano BD I	22	157	179	94	89	183
Plano BD II	3	20	23	17	7	24
Plano CV	9.866	3.625	13.491	11.584	2.216	13.800

*Compõem os Ativos, os participantes auto patrocinados, Benefício Proporcional Diferido (BPD) e os pensionistas;

**Os Assistidos correspondem aos aposentados e participantes em auxílio doença.

A Infraero contratou empresa especializada para prestação de serviços técnicos de Avaliação Actuarial dos benefícios pós-emprego oferecidos aos seus empregados de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC n.º 33. A contratada realizou avaliação atuarial para a contabilização em balanço dos benefícios pós-emprego oferecidos. Dessa forma, as avaliações atuariais são elaboradas anualmente, por atuário externo, e as informações constantes, a seguir, referem-se àquelas efetuadas nas datas bases de 31 de dezembro de 2016.

Premissas atuariais e econômicas

As principais premissas atuariais utilizadas foram:

Hipóteses	BD I	BD II	CV
Crescimento real dos salários	0,00% a.a.	2,00% a.a.	2,00% a.a.
Crescimento real dos benefícios	0,00% a.a.	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Taxa de juros de desconto atuarial anual	11,07% a.a.	11,07% a.a.	10,93% a.a.
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	5,91% a.a.	5,91% a.a.	5,78% a.a.
Método atuarial de financiamento	Crédito unitário projetado		
Regime financeiro	Capitalização		
Expectativa de inflação	4,87% a.a. conforme a mediana da expectativa de mercado		
Fator de capacidade sobre os benefícios	0,98		
Tábua de mortalidade geral	Tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo		
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss		
Tábua de entrada em invalidez	N/A	Tábua Álvaro Vindas agravada em 50%	
Tábua de morbidez	N/A		
Tábua de rotatividade (Turnover)	-Até 30 anos: 2,5% a.a. -De 31 a 40 anos: 1,0% a.a. -De 41 a 58 anos: 0,5% a.a.		

Composição Familiar:

Plano I de Benefícios Saldado, Plano II de Benefício Definido e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável:

- Benefícios a Conceder: para a definição do número de beneficiários foi considerada a composição familiar média com as características recomendadas no “Estudo Técnico para Fundamentação das Hipóteses Atuariais a serem utilizadas na Avaliação Atuarial de 31/12/2014”, disponibilizado pelo Infracprev.
 - ✓ Percentual de Casados: 90%.
 - ✓ Diferença de Idade entre Participante e Cônjuge: 4 anos.
 - ✓ Filho temporário até os 24 anos.
- Benefícios Concedidos (aposentadorias e pensões): foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados fornecido pelo Infracprev.

Taxa de Desconto Atuarial Real:

A taxa de desconto atuarial real, compatível com os títulos públicos federais (NTN-B), com *duration* aproximada a dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes e assistidos da Infraero em cada plano são as seguintes:

Taxa de desconto atuarial real	<u>Duration (anos)</u>	<u>Taxa de desconto</u>
Plano I de Benefícios Saldados	15	5,91%
Plano II de Benefício Definido	10	5,91%
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável	19	5,78%

Para os Planos de Benefício Definido a *duration* foi apurada através da média ponderada entre o benefício (estimado para os ativos e o efetivo para os assistidos) e a expectativa de vida dos participantes vinculados à Infraero. Para o Plano de Contribuição Variável a *duration* foi apurada através da média do tempo esperado do fluxo de compromissos com cada participante vinculado à Infraero, considerando a expectativa de vida ponderada pelo benefício (estimado para os ativos e efetivos para os assistidos) e, para participantes ativos, considerando também a probabilidade de ocorrência de algum benefício de risco até a data de aposentadoria.

Valor Justo dos Ativos do Plano:

Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos	31/12/2016		
	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV
Valor justo dos ativos do plano no início do período	74.742	11.308	804.294
Receita de juros	10.581	1.635	112.878
Ganhos/(Perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	2.694	468	335.255
Outros ganhos/(perdas)	-	80	5.703
Combinação de negócios	-	-	-
Liquidações	-	-	-
Reduções	26	57	5.703
Contribuições do empregador	-	-	-
Despesas administrativas pagas pelo plano	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(5.676)	(508)	(91.820)
Ativos (adquiridos)/transferidos de outros planos por transação	-	-	-
(=) Valor justo dos ativos do plano no final do período	88.043	13.040	1.172.013

Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos	31/12/2015		
	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV
Valor justo dos ativos do plano no início do período	72.426	10.584	883.462
Receita de juros	9.468	1.390	55.052
Ganhos/(Perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	(8.085)	(735)	(139.473)
Outros ganhos/(perdas)	-	-	-
Combinação de negócios	-	-	-
Liquidações	-	-	-
Reduções	-	-	-
Contribuições do empregador	933	68	5.252
Despesas administrativas pagas pelo plano	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	-	-	-
Ativos (adquiridos)/transferidos de outros planos por transação	-	-	-
(=) Valor justo dos ativos do plano no final do período	74.742	11.307	804.294

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial a ser reconhecido no Balanço:

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial a ser reconhecido no Balanço para os Planos de Benefícios:	31/12/2016			31/12/2015		
	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV
1. Ativo Líquido de Cobertura do Plano						
1.1. Valor Justo dos Ativos do Plano	82.367	13.040	1.172.013	74.742	11.307	804.294
2. Conciliação dos (Ativos) e Passivos Reconhecidos						
2.1. Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	(73.116)	(8.338)	(1.189.459)	(59.774)	(7.472)	(888.180)
2.2. Nível de cobertura, se déficit ou (superávit) (1.1+2.1)	9.251	4.702	17.446	14.968	3.835	(83.886)
3. Status do fundo e (Passivo)/Ativo reconhecido						
Status do Plano de Benefícios						
Valor presente da obrigação atuarial	(73.116)	(8.338)	(1.189.459)	(59.774)	(7.472)	(888.180)
(-) Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial	-	-	-	-	-	-
(=) Valor Presente da Obrigação Atuarial Líquida	(73.116)	(8.338)	(1.189.459)	(59.774)	(7.472)	(888.180)
Valor justo dos ativos do plano	82.367	13.040	1.172.013	74.742	11.307	804.294
(=) Status do plano de benefícios (Déficit/Superávit)	9.251	4.702	(17.445)	(14.968)	3.835	(83.886)
Efeito do teto do ativo	(9.251)	(4.702)	-	-	(3.722)	-
Responsabilidade Ativo (Passivo) líquido decorrente da obrigação do plano			(17.445)		113	(83.886)
Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no balanço						
(Passivo) / Ativo reconhecido no início do período	-	-	(83.886)	-	-	(59.713)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	25	57	5.703	933	68	5.252
Revisão de compromissos com autopatrocinados	-	-	-	-	-	-
Reversão dos fundos de destinação e contribuição do Patrocinador para o Plano *	-	-	-	-	-	-
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	2	28	(17.494)	(968)	(37)	(6.423)
Valor reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	-	(198)	78.231	34.250	82	(23.003)
(=) (Passivo)/Ativo reconhecido no final do período	27	(113)	66.441	-	113	(24.174)
Apuração do efeito do teto do limite do ativo						
Valor presente dos benefícios econômicos (teto)*	-	-	-	-	113	-
Efeito da restrição sobre o ativo [(Superávit) - Teto]	9.251	4.702	-	14.968	3.722	-

*O cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do CPC 33 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido, considera o valor presente dos fluxos dos benefícios econômicos considerando a taxa de juros de desconto conforme item 83 do referido CPC.

Para o Plano BD I e BD II existem recursos integralizados suficientes para garantir o pagamento dos compromissos dos planos, não tendo obrigação atuarial a ser provisionada pela empresa.

Para o Plano CV, inexistem recursos integralizados para garantir o pagamento dos compromissos do plano, gerando uma obrigação atuarial acumulada pela Empresa (déficit) de R\$ 17.446 mil.

d) Plano de Assistência Médica

A Infraero oferece aos empregados ativos e aposentados o Programa de Assistência Médica da Infraero – PAMI, que constitui em um benefício concedido pela Empresa e tem por finalidade promover a prestação de serviço médico-hospitalar e ambulatorial. O PAMI é administrado pela Infraero, entidade de autogestão por RH, operado na modalidade de preço pós-estabelecido. As despesas do PAMI são custeadas pela Companhia, sendo que os beneficiários arcam com uma coparticipação, sempre que utilizarem os serviços, variando entre 4% a 20%, de acordo com a faixa salarial.

O PAMI é destinado aos empregados e ex-empregados aposentados da Infraero e seus dependentes, sendo que os aposentados somente permanecerão na condição de beneficiários caso tenham pertencido ao quadro de cargo regular da Infraero por no mínimo 10 anos contínuos. No caso dos aposentados, o benefício se estende apenas ao seu cônjuge.

Premissas atuariais e econômicas

As principais premissas atuariais utilizadas foram:

Premissas atuariais e econômicas		31/12/2016
Método atuarial de financiamento		Crédito unitário projetado
Regime financeiro		Capitalização
Crescimento real dos salários		2,00% a.a.
Crescimento real dos benefícios		0,00% a.a.
Expectativa de Inflação	apresentado no Relatório FOCUS, de 31/12/2015,	
Taxa de juros de desconto atuarial anual		10,93% a.a.
Taxa de juros real de desconto atuarial anual		5,78% a.a.
Tábua de mortalidade geral	Tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo	
Tábua de mortalidade de inválidos		Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez		Alvaro Vindas (A50)
Tábua de morbidez		N/A
Tábua de rotatividade (Turnover)		-Até 30 anos: 2,5% a.a. -De 31 a 40 anos: 1,0% a.a. -De 41 a 58 anos: 0,5% a.a. -A partir de 59 anos: nula
HCCTR (<i>Health Care Cost Trend Rate</i>)*		3,0% a.a. (real)
Composição familiar para custo de pensão (participantes/aposentados)	Foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados fornecido pela empresa com os titulares e dependentes no plano, sendo que, conforme disposto no regulamento, somente os titulares e seus cônjuges tem direito a permanecer no plano após a aposentadoria	

*A HCCTR (*Health Care Cost Trend Rate*) representa a expectativa de inflação médica anual nominal de longo prazo como, por exemplo, quanto os custos médico-hospitalares irão aumentar no longo prazo, independentemente do envelhecimento da população e da inflação.

Análise de Permanência no Plano de Saúde:

A análise de permanência visa projetar quais empregados irão permanecer no Plano de Saúde após o desligamento da empresa. Como a permanência no Plano de Saúde não implica no pagamento de mensalidade, somente no pagamento do valor da coparticipação referente aos atendimentos assistenciais, considera-se que 100% dos participantes ativos que se aposentarem permanecerão no Plano de Saúde com o seu cônjuge, observadas as regras definidas no regulamento do plano.

Composição familiar:

Para o Plano de Saúde, foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados da Infraero com os titulares e dependentes no plano, sendo que, conforme disposto no regulamento, somente os titulares e seus cônjuges tem direito a permanecer no plano após a aposentadoria.

A movimentação das obrigações atuariais durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no Início do Exercício	1.300.860	908.536
Custo do Serviço Corrente	49.935	26.170
Custo de Juros	189.855	120.246
Ganhos/(Perdas) Atuariais	(330.962)	(270.933)
Benefícios Pagos	23.847	25.025
Saldo no Final do Exercício	<u>1.847.765</u>	<u>1.300.860</u>

Nota 23 – Cobertura de Seguros

A Infraero adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

A Infraero mantém apólices de seguros contratadas pelo Centro Corporativo para todos os Centros de Negócios de forma corporativa. Os contratos são firmados junto às principais seguradoras do país em montantes considerados adequados para cobrir eventuais perdas sobre bens e/ou danos causados a terceiros, cujos processos licitatórios são realizados em conformidade com as Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02 e com o Decreto nº 5.450/05.

Devido ao seu campo de atuação e porte, a Infraero mantém apólices de diversos ramos de seguros para atender às necessidades específicas dos serviços aeroportuários. Sendo assim, as apólices estão divididas por ramos de seguros.

Ramo / Cobertura	Seguradora	Importância Segurada	Prêmio com IOF ²	Vigência
Responsabilidade Civil de Operações Gerais de Autoridade Aeroportuária (RC)	AIG Seguros Brasil S/A	US\$ 500.000.000,00	R\$ 4.511.699,38	30/6/2016 a 30/6/2017
Riscos Operacionais (RO)	Tóquio Marine Seguradora	R\$ 5.661.978.116,03	R\$ 946.998,74	14/8/2016 a 13/8/2017
Acidentes Pessoais e Coletivos (APC-bombeiros)	Cia de Seguros Previdência do Sul	R\$ 23.000,00 ¹	R\$ 24.960,00	9/11/2016 a 8/11/2017
D & O	Allianz Seguros S.A.	R\$ 20.000.000,00	R\$ 245.000,00	24/02/2016 a 24/02/2017

¹ Importância segurada por bombeiro cadastrado em caso de morte ou invalidez total.

² Por exercícios.

Nota 24 – Informações por Segmento de Negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Empresa, com base na divisão de sua gestão e tendo como critério as áreas de atuação de cada uma, sendo agrupados da seguinte forma: Comerciais, Embarque, Armazenagem e Capatazia, Pousos e Permanência, Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea, Exploração de Serviços, Conexão e Cursos e Treinamentos.

As informações por segmento de negócios revisadas pela Administração da Empresa e correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 são as seguintes:

31/12/2016

	Comerciais	Embarque	Armazenagem e Capatazia	Pouso e Permanência	Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea	Exploração de Serviços	Conexão	Cursos e Treinamentos	Total
Receita Líquida	908.175	830.298	185.951	268.488	545.529	51.433	45.776	4.303	2.839.953
Custo dos Serviços Prestados	(49.324)	(785.223)	(169.938)	(597.974)	(610.704)	(98.494)	(6.964)	(97)	(2.318.719)
Lucro Operacional do Exercício	858.850	45.075	16.013	(329.486)	(65.175)	(47.061)	38.812	4.206	521.234
Despesas	(44.392)	(433.941)	(65.655)	(380.529)	(207.370)	(64.260)	(7.109)	(73)	(1.203.329)
Outras Receitas / (Despesas)	21.100	206.253	31.206	180.866	98.564	30.543	3.379	35	571.946
Prejuízo Operacional do Exercício	835.558	(182.613)	(18.436)	(529.148)	(173.981)	(80.778)	35.082	4.167	(110.149)

31/12/2015

	Comerciais	Embarque	Armazenagem e Capatazia	Pouso e Permanência	Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea	Exploração de Serviços	Conexão	Cursos e Treinamentos	Total
Receita Líquida	870.091	799.616	207.973	268.659	411.192	40.409	46.524	5.630	2.650.093
Custo dos Serviços Prestados	(14.999)	(714.331)	(215.245)	(449.260)	(742.965)	(76.904)	(12.764)	(66)	(2.226.535)
Lucro Operacional do Exercício	855.092	85.285	(7.272)	(180.601)	(331.773)	(36.495)	33.759	5.563	423.558
Despesas	(6.076)	(289.396)	(87.202)	(182.008)	(300.996)	(31.156)	(5.171)	(27)	(902.032)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(11.050)	(526.278)	(158.580)	(330.989)	(547.374)	(56.658)	(9.404)	(49)	(1.640.383)
Prejuízo Operacional do Exercício	837.965	(730.389)	(253.054)	(693.598)	(1.180.142)	(124.309)	19.184	5.487	(2.118.857)

Nota 25 – Recursos Aplicados em Bens da União

Os investimentos realizados em bens da União são considerados, para efeitos contábeis e fiscais, como despesa, com base no Parecer CST/SIPR nº 2.100/1980, confirmado pela Decisão nº 121/1995 da 1ª RF-DISIT, da Secretaria da Receita Federal, vez que os aeroportos são bens públicos pertencentes à União (Art. 38 do Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei nº 7.565, de 19/12/1986). No exercício de 2016 foram aplicados R\$ 641.505 mil (R\$ 930.853 em 31 de dezembro de 2015). Objetivando demonstrar, com maior clareza, o Resultado Operacional do Exercício, este item apresenta-se imediatamente antes do Resultado Líquido do Exercício.

Nota 26 – Receitas Antecipadas

A receita antecipada corresponde ao preço fixo inicial previsto nos contratos comerciais onde há previsão, no edital, de restituição ao concessionário, caso haja interesse na rescisão unilateral por parte da Infraero sem que o concessionário tenha dado causa, neste contexto, a devolução deverá ocorrer proporcional ao tempo remanescente de vigência pactuada entre as partes.

Diante ao exposto, o reconhecimento desta receita, em 2016, corresponde ao valor de R\$ 95.419 mil a ser futuramente registrada no resultado de acordo com o princípio da competência

Nota 27 – Remuneração aos Dirigentes e Empregados

A maior e a menor remuneração pagas aos dirigentes e empregados, bem como o salário médio no mês de dezembro de 2016 e 2015, consoante o que determina a letra “e” do art. 1º da Resolução nº 3, de 31 de dezembro de 2010, editada pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, foram:

	31/12/2016	31/12/2015
Administração - Diretoria		
Maior	38.174	38.174
Menor	36.356	36.356
Média	36.583	36.583

	31/12/2016	31/12/2015	
Empregados			
Maior	36.739	33.926	
Menor	1.816	1.662	
	Inferior a 10 anos de empresa	5.166	4.607
Média	Superior a 10 e inferior a 15 anos de empre	5.368	4.837
	Superior a 15 anos de empresa	9.228	8.431

Para apuração dos valores da maior e menor remuneração dos empregados, foram consideradas as remunerações, nelas computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos.

Para obtenção da remuneração média dos empregados, foi utilizada a média aritmética levando-se em consideração os salários do mês de dezembro adicionados das vantagens e benefícios recebidos por cada empregado em função do efetivo tempo de serviço na Empresa.

Brasília (DF), de março de 2017.

DIRETORIA EXECUTIVA

ANTÔNIO CLARET DE OLIVEIRA
Presidente

JOÃO MÁRCIO JORDÃO
Diretor de Gestão Operacional e de
Navegação Aérea

JOSÉ CASSIANO FERREIRA FILHO
Diretor Comercial e de Logística de Cargas

MARX MARTINS MARSICANO RODRIGUES
Diretor de Planejamento e Gestão Estratégica

ROGÉRIO AMADO BARZELLAY
Diretor de Engenharia e Meio Ambiente

EDUARDO ROBERTO STUCKERT NETO
Diretor Jurídico e de Assuntos Regulatórios
Diretor Financeiro e de Serviços
Compartilhados Interino

ANDRÉ LEANDRO MAGALHÃES
Diretor de Aeroportos

IRIS CRISTINA FERREIRA DA SILVA
Gerente de Contabilidade e Custos
CRC – PE 020486/O-4 T-DF

1. Conforme previsto na alínea “f” do Inciso VI do Art. 7º-A do Regimento Interno da Diretoria Executiva da Infraero, aprovado pelo Conselho de Administração, em 29 de agosto de 2016, a Diretoria Financeira e de Serviços Compartilhados submeteu as Demonstrações Financeiras da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, elaboradas na data base 31 de dezembro de 2016, para parecer desta Superintendência de Auditoria Interna.
2. Foram disponibilizadas para análise e parecer: o Balancete Contábil Analítico de dezembro de 2016, as Demonstrações Contábeis, compostas pelo Balanço Patrimonial e pelas Demonstrações: de Resultados; dos Resultados Abrangentes; das Mutações do Patrimônio Líquido; dos Fluxos de Caixa, dos Valores Adicionados e respectivas Notas Explicativas.
3. Para emissão/fundamentação do presente parecer, nossas análises foram conduzidas de acordo com as normas de auditoria, sendo executados, por amostragem, testes nos registros contábeis, conciliação dos saldos contábeis com os razões auxiliares, validação dos cálculos das provisões e das contingências, exame documental e conferência das análises contábeis e outros procedimentos julgados convenientes às circunstâncias.
4. O presente parecer fundamenta-se, ainda, pelos testes de auditoria aplicados durante o exercício de 2016, na Infraero/Sede e nos Aeroportos de Aracaju e Foz do Iguaçu, visando avaliar, dentre outros, os procedimentos inerentes à Escrituração/Análise Contábil, Tesouraria, Almoxarifado e ao Patrimônio, conforme consignado nos Relatórios Consolidado de Auditoria nºs 02.2016-10.3/SEDE-09/AIAG; 08.2016-07.1/SBAR-27/AIAG e 10.2016-07.1/SBFI-00/AIAG e nos exames adicionais para monitorar a implementação das ações apresentadas pelos gestores quanto às recomendações de auditoria em monitoramento pela Superintendência de Auditoria Interna e nos testes aplicados nos procedimentos de encerramento do exercício.
5. Consubstanciado nos exames e técnicas de auditoria aplicados, a Superintendência de Auditoria Interna – PRAI **ressalta** a existência de divergências relevantes entre os saldos contábeis e respectivos relatórios auxiliares, nas contas de Ativo, Passivo e Receitas, reduzindo a segurança quanto ao valor consignado no resultado do exercício e nas Demonstrações em análise. A Superintendência Financeira, por meio do Memorando Circular nº 728/FIBR(FICC)/2017, de 13 de março de 2017, apresentou, nos anexos, em relação às principais divergências, os motivos/causas, bem como, informou que apresentará um plano de ação detalhando cada item a ser regularizado.
6. Ainda, com base nos exames e técnicas de auditoria aplicados, a Superintendência de Auditoria Interna - PRAI destaca como **ênfase**: (1) em que pese a existência de

Superintendência de Auditoria Interna – PRAI
Gerência de Auditoria de Gestão – AIAG



auditoria independente nas Sociedades de Propósito Específico – SPE, com exceção da Aeroportos Brasil Viracopos S.A. e Inframérica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A., o Resultado de Equivalência Patrimonial, contido na Demonstração de Resultado do Exercício – DRE da Infraero, foi obtido com base em Demonstrações Financeiras das SPEs, que até a conclusão do nosso trabalho de auditoria, não estão com o parecer de uma Empresa de Auditoria Independente, conforme prevê o art. 3º da Lei 11.638/07 e (2) ausência de detalhamento, nas demonstrações da Infraero, das operações com partes relacionadas registradas nos balanços das SPEs.

7. Por fim, após examinar as Demonstrações Financeiras citadas no item 2, verificamos, com exceção da ressalva descrita no item 5, que as Demonstrações Financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

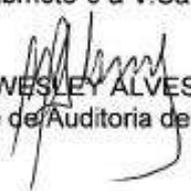

TATIANA CABRAL DE MORAES
 Assistente I
 CRC-DF 9313/O-5

Brasília, 13 de março de 2017.

VERIANO SILVA ARAUJO
 AS II – Auditor
 CRC-DF 0086939/O-3


CLOVIS DE ASSIS GERALDO FILHO
 Supervisor Técnico I

À PRAI
 Acolho o presente parecer e submeto-o a V.Sa.


WESLEY ALVES
 Gerente de Auditoria de Gestão

De acordo,

Brasília, 13 de março de 2017.


KEYLA REGINA DA SILVA TORRES BOSCO MATIAS
 Superintendente de Auditoria Interna

Aos
Administradores e Acionistas da
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA -
INFRAERO
Brasília - DF

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO (EMPRESA)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto tratado no parágrafo "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Identificamos o registro de notas fiscais de despesas de serviços e materiais decorrentes de exercícios anteriores em 2016, refletindo assim no resultado do exercício, ferindo o princípio contábil da competência.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **EMPRESA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Investimentos

A **EMPRESA** possui investimentos no valor líquido de R\$ 1.627.909 mil, os quais são avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial. No exercício de 2016 foi registrado uma equivalência patrimonial negativa de R\$ 632.362 mil. As demonstrações financeiras das investidas, encerradas em 31 de dezembro de 2016, foram submetidas a análise de outros auditores independentes. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Continuidade

A **EMPRESA** divulga na nota explicativa 2.1, letra b, que a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio, embora identifiquemos sucessivos prejuízos. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da **EMPRESA**, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da **EMPRESA**. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas e emitimos relatório em 15 de Março de 2016 com ressalva quanto a apuração da

equivalência patrimonial.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **EMPRESA** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **EMPRESA** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **EMPRESA** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de

distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **EMPRESA**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **EMPRESA**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **EMPRESA** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

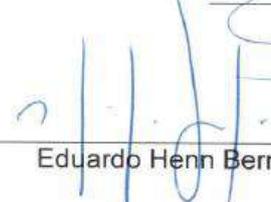
São Paulo, 10 de março de 2017.


MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS.5.460/O-0 – S - SP
ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
1CRC RS – 65.932/O-7 – S - SP
Sócia Responsável Técnica

O Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, em reunião realizada nesta data, em conformidade com a Lei nº 13.303, de 30.06.2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27.12.2016, Lei nº 11.638, de 28.12.2007, e Lei nº 6.404/76, de 15.12.1976, considerando o Relatório Anual - Exercício 2016, composto pelo Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, devidamente auditadas pela Auditoria Interna e pela Independente, ciente das ressalvas e ênfases constantes dos Pareceres da Maciel Auditores SS e da Auditoria Interna, bem como das providências que estão sendo adotadas para suas regularizações, entende que os referidos documentos retratam a situação patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2016, estando em condições de serem submetidos à Assembleia Geral.

Brasília/DF, 20 de março de 2017.



Sérgio Cruz

Eduardo Henn Bernardi

Mathias Lenz Neto



Créditos

Este relatório é o resultado do esforço da equipe da Infraero.
Agradecemos a parceria e o comprometimento de todos.

Coordenação
Superintendência de Gestão Estratégica e
Superintendência de Serviços Administrativos

Projeto Gráfico
Superintendência de Marketing e Comunicação Institucional